

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS  
MESTRADO

MARIA ISABEL CORREIA DA SILVA

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS MEDIAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM  
NA PERSPECTIVA DE ISTVÁN MÉSZÁROS**

MACEIÓ-AL

2021

**MARIA ISABEL CORREIA DA SILVA**

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS MEDIAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM  
NA PERSPECTIVA DE ISTVÁN MÉSZÁROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda

MACEIÓ-AL

2021

**Catálogo na fonte Universidade  
Federal de Alagoas Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

- S586c Silva, Maria Isabel Correia da.  
A crise estrutural do capital e as mediações de segunda ordem na perspectiva de István Mészáros / Maria Isabel Correia da Silva. – 2021. 109 f.
- Orientadora: Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 108-109.
1. Crise Estrutural do Capital. 2. Mediações de segunda ordem. 3. Capital. 4. Teoria da alienação. I. Título.

CDU: 330.342.14

“Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (Marx, 2013, p.93)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família pela presença e incentivo em prosseguir com o mestrado, mesmo diante dos momentos difíceis vividos na pandemia.

Agradeço em especial a minha orientadora pela oportunidade que sempre me foi dada, em contribuir nessa árdua tarefa de buscar o conhecimento.

Agradeço a todos os professores e colegas do mestrado, em especial a Jamyle e Ana pela amizade e companheirismo nesses anos, principalmente pelo incentivo tão valioso, vocês foram essenciais nessa jornada, meu eterno carinho.

A minha filha pela compreensão diante da ausência!

**Para Anariah minha poesia mais revolucionária e meu sorriso mais largo!**

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar algumas das contribuições teóricas do filósofo húngaro István Mészáros no que tange à Crise Estrutural do Capital e o papel das suas mediações de segunda ordem na manutenção e perpetuação do sistema do capital, negando um futuro positivo para a humanidade. Mészáros demonstra que o atual modelo de metabolismo social tem por base as determinações impostas pela relação-capital, que é irracional e incontrolável, colocando a humanidade diante de uma questão fundamental: ou assumimos o controle do sociometabolismo de forma positiva e consciente ou a humanidade irá seguir rumo a um cenário cada vez mais catastrófico, desaguando na barbárie humana. O presente trabalho se coloca como uma pesquisa teórico-bibliográfica, embasada na teoria social crítica, dividindo-se em duas seções. Buscamos compreender, ao longo da primeira seção, como se configura a crise estrutural do capital e seus limites absolutos, a qual decorre para a atualidade histórica contradições insuperáveis dentro dos limites do seu ordenamento. Na segunda seção, resgatamos o debate realizado por Mészáros acerca da teoria da alienação, pontuando o trabalho enquanto especificidade histórica na era do capital e raiz causal de todas as formas de alienação. Partindo deste debate, adentramos às postulações de Mészáros acerca do que ele denomina de mediações de segunda ordem, configuradas como mediações alienadas que escamoteiam e subjagam as mediações ontológicas produtivas de primeira ordem enquanto mediações que contribuem efetivamente com a construção verdadeiramente humana. Sendo assim, adentramos e resgatamos de forma breve algumas mediações de segunda ordem e destacamos o papel hierarquizador que cada uma desempenha sobre as mediações primárias na estrutura circular do sistema do capital, almejando como principal objetivo, cada vez mais, uma elevada extração da mais-valia do trabalhador em uma escala sempre crescente de acumulação e expansão, impondo-lhe uma realidade cada vez mais alienada e alienante.

**Palavras-chave:** Capital. Capitalismo. Crise Estrutural. Alienação. Mediações de Segunda Ordem.

## ABSTRACT

This work aims to analyze some of the theoretical contributions of the Hungarian philosopher István Mészáros regarding the Structural Crisis of Capital and the role of its second-order mediations in the maintenance and perpetuation of the capital system, denying a positive future for humanity. Mészáros demonstrates that the current model of social metabolism is based on the determinations imposed by the capital-relation that is irrational and uncontrollable, putting humanity before a fundamental question: either we take control of sociometabolism in a positive and conscious way, or humanity will follow towards an increasingly catastrophic scenario, leading to human barbarism. The present work is a theoretical-bibliographic research, based on critical social theory, being divided into two sections. In the first section, we seek to understand how the structural crisis of capital is configured and its absolute limits that it demands for historical actuality insurmountable contradictions within the limits of its order. In the second section, we recover the debate carried out by Mészáros (2006) about the theory of alienation, pointing to work as a historical specificity in the era of capital as the causal root of all forms of alienation. Based on this debate, we enter Mészáros' (2006, 2011) postulations about what he calls second-order mediations, configured as alienated mediations that elude and subjugate productive first-order ontological mediations as mediations that effectively contribute to the truly human construction . Therefore, we briefly enter and rescue some second-order mediations and highlight the hierarchical role that each plays over the primary mediations in the circular structure of the capital system, aiming at an increasingly high extraction of surplus value as the main objective. of the worker in an ever-increasing scale of accumulation and expansion, imposing on him an increasingly alienated and alienating reality.

**Key words:** Capital, Capitalism, Structural Crisis, Alienation, Second-Order Mediations.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 CRISE ESTRUTURAL GLOBAL DO CAPITAL: ATUALIDADE LATENTE .....	15
2.1 Mediações Ontológicas de Primeira Ordem: o Trabalho e a Sociabilidade Humana .....	15
2.2 Diferença Elementar entre Capital e Capitalismo .....	23
2.3 Crises: Parte Imanente ao Sistema do Capital .....	30
2.3.1 Crise estrutural do capital .....	33
3 O SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL E SUAS MEDIAÇÕES ALIENADAS .....	43
3.1 Ativação dos Limites Absolutos do Capital .....	44
3.2 Trabalho Alienado, Propriedade Privada e a Divisão do Trabalho, Regidos pelo Sociometabolismo do Capital .....	57
3.3 O Sociometabolismo do Capital e suas Mediações de Segunda Ordem .....	69
3.4 A Família Nuclear .....	77
3.5 Os Meios Alienados de Produção e suas Personificações .....	79
3.6 O Dinheiro e suas Inúmeras Formas .....	83
3.7 Os Objetivos Fetichistas da Produção .....	88
3.8 As Variedades de Formação do Estado do Capital .....	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS .....	108

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto condensa o acúmulo da pesquisa acerca da Crise Estrutural do Capital, apreendida pelo filósofo húngaro István Mészáros. Nele, tomamos como objeto de pesquisa compreender o atual momento de antagonismos impostos à humanidade e que se mostram sem saída visível – aos olhos do sistema – para esta. Resgatado o momento atual de extremas contradições e consequências devastadoras para a classe trabalhadora, buscaremos apreender o emaranhado de mediações de segunda ordem que surgem com o sistema do capital e qual a contribuição dessas mediações para o funcionamento do sociometabolismo do capital mesmo em tempos de grandes desumanidades.

Afirma-se a importância desse debate para o Serviço Social, à medida que a base da profissão<sup>1</sup> surge como exigência da sociedade capitalista em ascensão e se insere no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Deste modo,

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p.77).

Sendo assim, os desafios impostos à profissão ao longo desse percurso e em especial na década de 1970, com a eclosão da crise estrutural do capital que teve sua precipitação através da crise do padrão taylorista/fordista/keynesiano, expressão fenomênica da fúria destrutiva e incontrolável do capital na demonstração dos seus limites últimos (MÉSZÁROS<sup>2</sup>, 2011). A crise aqui apreendida coloca para o conjunto

---

<sup>1</sup> Não cabe ao nosso objeto de pesquisa adentrar o debate de grande importância no interior do Serviço Social acerca do processo de ruptura do Serviço Social com a sua base originalmente conservadora. Tal processo de ruptura permite à profissão analisar o seu significado social e assim elevar seu posicionamento, tendo em vista a interlocução com a teoria social crítica de Marx.

<sup>2</sup> Cabe aqui orientarmos o leitor que, ao tratarmos de crise estrutural do capital e as mediações de segunda ordem, seja através de citações ou ao longo do corpo do texto, sempre teremos como referência as obras de István Mészáros.

da profissão uma nova configuração de demandas, com o aumento das contradições expressas pelos limites absolutos do capital no cotidiano e materializadas através da questão social cada vez mais latente. Desta forma, é de suma importância para a profissão – que surge no modo de produção capitalista e encontra-se inscrita no lócus do Estado Moderno – compreender o funcionamento interno do capital, sua diferenciação em relação ao capitalismo, quais os mecanismos que o capital se utiliza para alcançar sua autorreprodução ampliada no contínuo movimento de acumulação e expansão.

Além disso, não podemos esquecer que o Serviço Social vem suprir uma demanda do Estado, não apenas de caráter econômico, mas também político e social, no sentido de responder prioritariamente às demandas do capital e, em alguma medida, às demandas do trabalho. Nesse sentido, as transformações ocorridas no mundo do trabalho que obscureceram as relações de trabalho e vêm afirmar o caráter cada vez mais alienado das relações sociais, alteraram profundamente a dinâmica estabelecida entre Estado e sociedade, enquanto limite absoluto do capital. Deste modo, os Estados nacionais foram redefinidos, impactando as políticas sociais em todo o mundo.

Sendo assim, é importante compreender a lógica do sociometabolismo do capital, em especial suas mediações alienadas de segunda ordem, que auxiliam o sistema no processo cada vez mais voraz e desumano de exploração do trabalho com o objetivo de acumular e expandir, tendo o Estado, enquanto comando político e braço sustentador desse sistema, cumprido a tarefa de garantir o conjunto das funções essenciais ao processo de acumulação e valorização do capital.

Expomos aqui resultados de uma pesquisa que se insere na produção teórica sobre Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais, área de concentração do PPGSS/UFAL, e integra a linha de Pesquisa: Trabalho, política e sociedade, configurando-se em uma investigação de caráter teórico-bibliográfica, na qual realizamos a pesquisa pela via da análise imanente<sup>3</sup>, fundamentada na teoria social crítica de Karl Marx. Optamos por essa perspectiva por entender que é a mais

---

<sup>3</sup> Antes disso, é preciso que se diga, com base no texto de Sérgio sobre análise imanente, o que é esse procedimento de pesquisa. A pesquisa foi pautada pela necessidade de retornar aos clássicos para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa. Fui motivada pelo desejo de compreender o mundo em que vivemos e as relações sociais cada vez mais desumanas, sendo assim, a leitura marxista da realidade enquanto fundamento teórico é a única capaz de desvelar e nos guiar rumo a ações verdadeiramente transformadoras, que possam na sua totalidade superar o capital e lançar as bases de um sistema sociometabólico verdadeiramente humano.

adequada à compreensão do nosso objeto, tendo em vista que é a mais fidedigna com o movimento do real.

Tem por objetivo expor o pensamento do filósofo marxista István Mészáros, que defende que no atual momento estamos diante de uma crise estrutural do capital. Para isso, ele expõe várias questões fundamentais a fim de defender seu pensamento. Desta forma, aponta que o capital existe muito antes do capitalismo, vivia ao longo de sua trajetória à margem dos sistemas sociometabólicos, nos quais o valor de uso predominava. Sendo assim, com a quebra da unidade política presente e dominante no sistema feudal, entra em cena a predominância das mediações econômicas, cuja ênfase é dada ao valor de troca das mercadorias, agora produzidas sobre a lógica do capital, enquanto senhor supremo das relações. Atrelada ao emergir do sistema do capital, Mészáros (2011) demonstra que surgem várias mediações, denominadas por ele de mediações de segunda ordem. Algumas mediações já existiam bem antes de o capital assumir o comando das relações sociais, porém, ressurgem nesse novo sistema devido ao redimensionamento qualitativo dado pela dinamicidade proposta pelo capital. Surgem como mediações alienadas que se sobrepõem às verdadeiras mediações, denominadas de mediações de primeira ordem. Assim, usurpam as funções de tais mediações – mas ao mesmo tempo não sobrevivem sem elas – para assim auxiliar o sistema do capital no seu ciclo vicioso. Deste modo, essa pesquisa busca identificar o que é o capital e sua crise imanente, bem como compreender este círculo vicioso de mediações de segunda ordem, que o compõe e auxilia o capital mesmo diante de um contexto de grande desumanidade.

Sendo assim, a categoria da mediação assume uma importância gigantesca, ao apreendê-la e assim compreendê-la no seu fundamento à luz da perspectiva marxiana, podemos então entender como os seres humanos estão inseridos e subjugados pelo sistema do capital. Sua compreensão demonstra de maneira geral os limites e as possibilidades do sistema vigente.

Deste modo, a investigação foi dividida em duas seções. Na primeira seção, resgatamos os aspectos históricos do debate, nossa reflexão busca apreender o pressuposto fundamental de que o trabalho funda o ser social e a sociabilidade humana. Parece uma retórica entre os marxistas e especialmente entre os lukacsianos iniciar qualquer produção resgatando esse pressuposto básico, porém, este debate faz-se fundamental, em momentos de crise estrutural do capital e mediante o debate que busca compreender a natureza do sistema sociometabólico

do capital e sua crise atual, assim como, em tempos ostensivos de ataques constantes das correntes irracionistas tão expressas nas pseudoteorias pós-modernas, que buscam de forma incessante retirar a importância e peso da objetividade deslocando-a rumo à centralidade do indivíduo e da subjetividade.

A categoria trabalho é o momento preponderante da gênese e do desenvolvimento do ser social. Vale dizer ainda que é evidente que o homem, como qualquer outro ser vivo, nunca deixará de possuir determinações biológicas, mas o trabalho permitiu o afastamento dessas barreiras naturais e a constituição de um novo ser que é responsável pela sua construção, o ser social. Nas palavras de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2013, p.211)

Tal colocação se faz importante principalmente para que possamos compreender qual o sentido do trabalho em termos da ontologia humana e o significado que ele assume na estrutura social em tempos de generalização do capital e crescente divisão social do trabalho.

Feita tais pontuações, iremos recuperar o debate de maior importância feito por Marx e resgatado por Mészáros, que é a diferença elementar entre capital e capitalismo, e que traz para o cotidiano da classe operária consequências práticas, interferindo nas estratégias e rumos da luta de classes. Prosseguiremos com o debate das crises do capital, as quais são imanentes ao seu funcionamento interno, e adentraremos na crise estrutural do capital, posta na ordem do dia como uma discussão urgente e necessária, tendo em vista as dimensões catastróficas que os efeitos da crise têm proporcionado de forma incisiva nas condições de vida da classe operária, bem como em todo ecossistema natural, base indispensável de sustentação de toda humanidade. O assunto foi exposto pelo pensador húngaro István Mészáros em meados da década de 1960 até a década de 1970, quando ocorreu uma ruptura no processo de desenvolvimento do sociometabolismo do capital que deixou para trás

seu período de ascensão, período esse compartilhado de limites relativos<sup>4</sup>, expressão das crises cíclicas do capital. Com o fim do apogeu do modelo fordista, Mészáros (2011) afirma que o capital entra em uma longa e profunda recessão, o sistema sociometabólico vigente confronta-se globalmente com os seus próprios problemas, que estão diretamente ligados aos seus limites absolutos. Esta crise estrutural veio apontar a debilidade e deficiência de um sistema que se mostra incontrolável. Mészáros (2011) expõe que qualquer tentativa de resolução de tais problemas dentro dos limites do capital se configura apenas como ajustes temporários, que, cada vez mais, aproximam a humanidade de sua real possibilidade de destruição, tanto no plano ontológico natural quanto do ser social. Sendo assim, apresentamos os fundamentos e as características basilares do sistema sociometabólico do capital e seu modo de produção vigente, que é o capitalismo.

Ao apreender os nexos causais que configuram a Crise Estrutural do Capital, resgataremos na segunda seção o debate mais contemporâneo acerca do ativamento dos limites absolutos do capital, que se configuram como expressão máxima dessa crise e impactam de forma catastrófica o cotidiano social. Tais limites são expressões de um sistema extremamente contraditório e que demonstra seu fim, suas consequências obscurecem ainda mais os caminhos propostos pelo sistema do capital e colocam a humanidade cada vez mais em vias de uma barbárie ou diante da possibilidade de uma abertura objetiva e positiva que leve a humanidade a outra forma de sociometabolismo.

Deste modo, para uma apreensão adequada do objeto de estudo, recorreremos a Marx (2015) para compreender os fundamentos da crítica marxiana da alienação, enquanto uma urgência e relevância sócio-histórica para o enfrentamento da crise e assim retirarmos alguns apontamentos que serão pertinentes para aqueles que estão centrados ao lado da classe operária e buscam alternativas, ainda que desesperadas, na direção de um sistema sociometabólico positivo para toda humanidade. Sendo assim, compreendido como se configuram as alienações decorrentes do trabalho alienado no sistema do capital, buscaremos resgatar através do debate de Mészáros (2016, 2011) as mediações de segunda ordem do capital, pontuando aquelas que mais se identificam com a nossa investigação, são elas: a família nuclear; os meios

---

<sup>4</sup> São os limites inerentes ao sistema sociometabólico do capital, capazes de serem remanejados para outras esferas e assim impulsionar o capital no seu contínuo e incontrolável processo de expansão e acumulação. São barreiras capazes de serem deslocadas pela lógica do capital.

alienados de produção e suas personificações; o dinheiro e as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global.

Por fim, demonstraremos que a relação capital nada mais tem a oferecer à humanidade, a rede de mediações de segunda ordem que se fundiram ao capital ao longo do processo histórico só contribui ainda mais para a agudização da crise, que o Estado, enquanto braço político do capital e momento predominante dessas mediações de segunda ordem, não encontra mais meios de deslocar as contradições e auxiliar o capital no processo de acumulação e expansão, e por fim buscaremos concluir que o sistema do capital nada tem a oferecer à humanidade e seu sistema de mediações jamais poderão fazer parte de uma sociabilidade positiva e controlada pelos produtores.

Convém aqui ressaltar que o presente estudo consiste em uma primeira aproximação com a obra do autor e com o debate em tela. O fato se deu prioritariamente pelos limites impostos pela atual forma do mestrado, pois que um maior aprofundamento do tema exigiria muito mais tempo que o disposto no momento. Destacamos também que foram inúmeras as dificuldades dos últimos anos, tendo em vista as impossibilidades objetivas e subjetivas impostas pela emergência da pandemia da COVID-19 ocasionada pelo vírus SaR- CoV-2.

## 2 CRISE ESTRUTURAL GLOBAL DO CAPITAL: ATUALIDADE LATENTE

Procuraremos nesta seção, de modo geral, iniciar o debate acerca da concepção de crise estrutural do capital, tese central desenvolvida por Mészáros na obra **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. A crise encontra-se na ordem do dia e tem enorme impacto na vida da classe operária ao redor do mundo, demonstrando ser uma crise sem precedentes na história da humanidade, o que configura seu caráter global. Para auxiliar no debate se faz necessário resgatar e compreender qual o fundamento do ser social, ou seja, o que Lukács denominou, na sua ontologia, de posições teleológicas primárias – e aqui é apresentada como apreendida por Mészáros: mediações de primeira ordem<sup>5</sup>. Ao pontuar o fundamento primeiro do ser social, buscaremos apreender a correta distinção entre capital e capitalismo, sua definição na esteira de Marx do que são as crises cíclicas e assim adentrar no objeto desta seção, que é a crise estrutural do capital, a qual põe para a classe operária o dilema histórico acerca de uma saída alternativa e positiva para essa questão, tendo em vista o esgotamento do sistema sociometabólico do capital, expresso no cotidiano social através da generalização das mediações alienadas e destrutivas do capital.

### 2.1 Mediações Ontológicas de Primeira Ordem: o Trabalho e a Sociabilidade Humana

Para uma melhor abordagem e assim compreender a segunda ordem de mediações do capital exposta por Mészáros (2011) se faz necessário e de forma inevitável pontuar, ainda que brevemente, o que são as mediações de primeira ordem e seu papel ontológico indispensável para reprodução do ser social e de toda práxis

---

<sup>5</sup> Partindo de uma rigorosa análise do pensamento de Karl Marx, Mészáros elabora seu próprio conceito de mediações de primeira e segunda ordem. Podemos aqui pontuar através da pesquisa elaborada, que as mediações de primeira ordem consistem – na esteira de Marx e de Lukács – naquelas mediações que dizem respeito à atividade produtiva, ao ato do trabalho, no caso, às posições teleológicas primárias. Para Mészáros, a existência humana é inconcebível sem a transformação da natureza pela mediação do trabalho, veremos essas colocações ao longo deste item. Pontuaremos aqui inicialmente que, além das mediações de primeira ordem, o autor resgata as mediações de segunda ordem do capital, que consistem nos atos teleológicos secundários, e se institucionalizam e configuram-se com a divisão do trabalho, com a propriedade privada e com o intercâmbio. Mais adiante, ao aprofundarmos o debate, iremos resgatar tais mediações que são historicamente concebidas pelos seres humanos e que consistem e reforçam as relações sociais alienadas.

humana. Contudo, aqui nos deteremos em delinear através dos preceitos marxianos a categoria do trabalho enquanto ponto de partida para entender o ser social e as conexões que permitiram a objetivação do mundo do ser humano.

No interior da teoria de Marx, o trabalho é uma permissa ontológica que se configura como o fio condutor que costura firmemente seu pensamento revolucionário ao longo da história. O resgate realizado por Marx da categoria do trabalho é considerado uma abstração ontológica sem precedentes na história da humanidade. Tendo em vista que o trabalho assume uma categoria da maior importância à medida que funda – de forma mais direta – a esfera produtiva, geradora de valores de uso indispensáveis para a humanidade, assim como todos os complexos da vida social, não de forma mecânica, mais em um contínuo processo dialético em que se mantém resguardando a autonomia de cada uma destas esferas.

[...] o homem, parte específica da *natureza* (isto é, um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras), precisa *produzir* a fim de se manter, a fim de satisfazer essas necessidades. Contudo, ele só pode satisfazer essas necessidades primitivas criando *necessariamente*, no curso de sua satisfação por meio de sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades *não-físicas*, que se tornam assim condições igualmente necessárias a satisfação de suas necessidades físicas originais (MÉSZÁROS, 2006, p. 79, grifos do autor).

O percurso feito pelo fio condutor do pensamento de Marx é a história enquanto chão das relações estabelecidas entre homem e natureza e os próprios homens, constituindo-se como elemento primordial para se compreender a evolução do ser social. O desenvolvimento da história da humanidade tem sempre em sua base um modo de produção específico que determina e que marca em determinada escala todas as relações humanas que compõem aquela época. Desta forma, para Marx (2013) e Mézáros (2011) o ponto de partida de uma correta investigação e compreensão da gênese e evolução do ser social é a forma como os homens se organizam para produzir e assim responder às suas necessidades materiais ou espirituais, ou seja, a produção dos bens de primeira necessidade.

Deste modo, o trabalho em seu sentido ontológico, enquanto sociometabolismo humano indispensável, cria uma rede de mediações distinta das outras esferas, inorgânica e orgânica<sup>6</sup>, indispensáveis à existência do homem. Contudo, o “corpo

---

<sup>6</sup> “[...] a ciência de hoje começa a, concretamente, chegar às pistas da gênese do orgânico a partir do inorgânico, na medida em que mostra que sob determinadas circunstâncias (atmosfera, pressão

inorgânico do homem” enquanto parte da natureza não é simplesmente o que é dado pela natureza, mas a “materialização de uma fase e estrutura historicamente dadas da atividade produtiva, na forma de seus produtos, dos bens materiais às obras de arte” (MÉSZÁROS, 2011, p.80).

O filósofo alemão nos diz que “o trabalhador não pode criar nada sem a *natureza*, sem o mundo exterior sensível. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz” (MARX, 2015, p.306). Através de uma íntima associação, o trabalho proporciona o salto ontológico<sup>7</sup> uma ruptura qualitativa e estrutural que distingue o homem perante todos os outros seres existentes, e através do trabalho é possível manter essa diferenciação da natureza e do objeto, fundando em largas medidas infindas esferas na totalidade do mundo social. A atividade humana auto mediadora, como denomina Mézáros (2006), permite que o novo ser social tenha consciência e apreenda a causalidade da natureza para satisfazer suas necessidades de forma agora posta, através do seu papel ativo e mediado pelo trabalho, que aqui se apresenta enquanto mediação primária e configura-se como única relação viável entre o homem e a natureza e entre os próprios homens. Nesta perspectiva, o trabalho realiza o homem, possibilita a sua socialidade<sup>8</sup>, garante e afirma a liberdade humana. É por isso que, segundo Mézáros, “Marx começa definindo a relação historicamente primária entre o homem e a natureza como a *relação da natureza consigo mesma*, como o fundamento de que o homem é uma parte específica da natureza.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 116).

Mézáros resgata em Marx de forma clara o seu conceito de liberdade, como tema primordial a ser trabalhado e desenvolvido, seu resgate ocorre, de forma concreta, como consequência do ser humano que cria e se autodetermina no processo de transformação da natureza e construção da vida. A “liberdade humana

---

atmosférica etc.) podem surgir determinados complexos altamente primitivos em que já estão contidas em germe as características fundamentais do orgânico. [...] E a teoria do desenvolvimento dos organismos, nos mostra como, gradualmente, com muitas contradições, com muitos becos sem saídas, as categorias da reprodução especificamente orgânicas alcançam o domínio nos organismos.” (LUKÁCS, 2018, p. 7-8).

<sup>7</sup> “Todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinada premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser”. (LUKÁCS apud LESSA, 2007, p. 28).

<sup>8</sup> Mézáros (2006, p. 145) afirma que “o denominador comum de todos esses poderes humanos é a *socialidade*. Mesmo os nossos cinco sentidos não são simplesmente parte de nossa herança animal. São desenvolvidos e refinados humanamente como resultado de processos e atividades sociais”.

não é a *transcendência* das limitações da natureza humana, mas uma *coincidência* com elas, [...] a liberdade humana não é a *negação* daquilo que é especificamente *natural* no ser humano [...] mas, pelo contrário, sua *afirmação*". (MÉSZÁROS, 2006, p. 149, grifos do autor).

[...] a atividade produtiva, imposta ao homem pela necessidade natural, como condição fundamental da sobrevivência e do desenvolvimento humanos, torna-se assim idêntica à plenitude humana, isto é, à realização da liberdade humana. (MÉSZÁROS, 2006, p. 153).

Como foi exposto, o trabalho funda o ser social e toda materialidade social <sup>9</sup>, sendo assim, Marx (1983) afirma que, "antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media [sic], regula e controla seu metabolismo com a natureza". (MARX, 1983, p. 149). E corroborando com este pensamento, Mézszáros (2006, p.108) nos diz que para Marx o primeiro ato histórico do homem é a criação de sua primeira necessidade nova". Deste modo, o homem como parte integrante da natureza, porém, distinta dela através de uma diferenciação fundamental, que o coloca em um patamar qualitativamente diferente, estabelece de forma insuprível uma ligação de dependência.

[...] como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1988, p. 50)

Marx (1983) quando trata do processo de trabalho enquanto mediação para o ser social apropriar-se da natureza e a transformar "numa forma útil para sua própria vida" não se refere às "primeiras formas instintivas, animais do trabalho" (MARX, 1983, p.149). Tais formas foram abandonadas com o processo de complexificação do próprio trabalho, deixando nos primórdios suas características iniciais de espontaneidade.

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa

---

<sup>9</sup> "Nesse sentido, o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) anterior ao conceito de homem. Mas essa prioridade é, evidentemente, relativa, pois todos os três membros dessa relação dialética pertencem ao mesmo todo complexo, e nenhum deles pode ser abstraído sem destruir essa relação específica como tal." (MÉSZÁROS, 2006, p. 117)

forma em que pertence exclusivamente ao homem. (MARX, 1988, p. 149).

Distinta de qualquer outra atividade desenvolvida no interior do mundo natural e condicionada a responder a uma necessidade inicial<sup>10</sup>, o trabalho exercido pelo homem é único. Quando Marx (1983) afirma que os favos de mel construídos pelas abelhas envergonham qualquer arquiteto humano, ele expressa uma distinção ontológica entre a atividade da abelha e a atividade humana, de modo que “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constituiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.” (MARX, 1988, p.149).

Marx (1983) apresenta que o homem em sua atividade do trabalho age de forma consciente; para além da transformação da matéria natural, o homem subordina e manipula a matéria conforme sua vontade orientada a um fim. “No processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.” (MARX, 1988, p. 149-150). O processo de trabalho para Marx não é um ato em si isolado. É posto em movimento uma série de órgãos pertencentes ao conjunto da corporeidade humana “braços, pernas, cabeça e mão” que em seu conjunto apropria-se da matéria natural e a transforma em objeto útil que responderá a uma necessidade concreta do ser social.

Desta forma, Marx (1988) distingue o homem e sua ação sobre a natureza das demais atividades existentes no mundo natural. E como nos explica Mészáros (2013), a atividade produtiva é o elemento “*mediador* na ‘relação sujeito-objeto’ entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta à natureza, que não se dissolva no ‘objeto’” (MÉSZÁROS, 2016, p. 79, grifos do autor). Ressaltamos que o homem é natureza e vive da natureza, porém, distingue-se dela através do ato do trabalho. Esse trabalho é a fonte da consciência, de onde surge a liberdade do ser humano, no processo de realização de suas necessidades. Para Mészáros (2006), a falsa consciência está diretamente relacionada com a atividade alienada inerente à sociedade capitalista.

---

<sup>10</sup> Toda atividade laborativa, ou seja, toda atividade produtiva humana surge como resposta a uma necessidade, que precisa ser respondida para que o ser social tenha continuidade. É dessa premissa ontológica que identificamos as raízes da tese lukacsiana de que o ser humano é um ser que dá resposta. Entretanto, a atividade produtiva já está posta desde o início na consciência do indivíduo, a posição teleológica como afirma Lukács (2018), existe previamente antes de qualquer movimento para sua efetivação.

O homem, de acordo com Marx (1988), se depara com a natureza como uma força natural e põe em movimento suas próprias forças naturais para transformá-la. Desta forma, constitui-se como parte da natureza e em determinada medida representa essa natureza na sua condição biológica e na constante necessidade de transformá-la e assim satisfazer suas necessidades enquanto ser social. Isso demonstra haver nessa relação uma ruptura que se concretiza com os saltos ontológicos e uma necessidade de continuidade expressa na condição biológica insuprível.

Em concordância direta com Marx (1988), Mészáros (2006, p.78) pontua que as mediações de primeira ordem ou funções primárias constituem “a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana”. Ou seja, são indispensáveis para a produção e reprodução dos indivíduos em sociedade, tendo em vista que atuam enquanto determinantes na relação do indivíduo com a natureza e com os outros indivíduos, interpondo-se entre os homens e a natureza, não exigindo qualquer relação social hierárquica para se firmar, buscando de forma decisiva cumprir seu objetivo, que é a reprodução sociometabólica da humanidade.

A relação entre o homem e a natureza é “automediadora” num duplo sentido. Primeiro porque é a natureza que se media (sic) consigo mesma no homem. E em segundo lugar, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro de seus aspectos ontológicos duais, a natureza medeia a si mesma com a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social -, o homem medeia a si mesmo com o homem. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Mediante esse complexo de relações, é de suma importância mencionar que não está em jogo apenas a satisfação das necessidades ditas físicas. Das necessidades básicas, primitivas do homem, surge uma interminável gama de necessidades não físicas que são igualmente importantes e complementares a satisfação das necessidades básicas. A categoria do sociometabolismo tratada por Mészáros carrega em si as relações ontológicas necessárias e fundamentais para a satisfação das necessidades humanas, e sua intensa relação com os indivíduos, impulsionando a sociabilidade.

Mészáros (2006) explica que o fundamento básico da teoria da alienação de Marx é a relação tríplice reflexiva entre homem, natureza e atividade produtiva. Para

o autor, a atividade produtiva, ou o que ele denomina de indústria, é condição ou causa primordial para a satisfação das necessidades humanas, e à medida que satisfaz tais necessidades, cria necessidades novas, e assim impulsiona e complexifica a sociedade e as relações humanas, “[...] essa *produção de novas necessidades* constitui o primeiro ato histórico e o *meio* de afirmar a supremacia do homem – como ‘ser universal’ que é ao mesmo tempo um ‘ser específico’ único – sobre a natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 100, grifos do autor)

Mészáros (2006) resgata uma categoria primordial da teoria marxista, que é a reciprocidade dialética, essencial na relação entre homem, natureza e atividade produtiva. Desse modo, afirma que “o ‘homem’ não é apenas o *criador* da indústria, mas também seu *produto*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 100). Essa relação de reciprocidade entre os elementos participantes, Marx denomina de “gênese da sociedade humana”. Ainda resgatando esse debate, o autor explica que a mediação da indústria, ou como ele conceitua, mediação de primeira ordem, imprimiu um papel determinante na tríplice relação, à medida que funda a esfera social humana, pois como bem expõe: “a consciência humana já implica uma relação humana específica com a ‘indústria’”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 101). Desta forma, “a natureza real do homem” engloba tanto a “essência natural do homem” quanto a “essência humana da natureza”, enquanto tríplice relação reflexiva que implica em uma reciprocidade dialética entre as três esferas participantes da relação.

O trabalho em sua forma primária, criador de valores de uso, é algo indispensável para a sobrevivência de toda humanidade, não importando o seu modo de produção. É com base nessa afirmação ontológica expressa na teoria marxiana que buscamos compreender a importância que tem o trabalho para o ser social e o grande prejuízo para a humanidade no que concerne à dominação sobre o trabalho realizada de forma objetiva pelo capital. É partindo dessa afirmação que Marx condena os ditos teóricos e críticos do trabalho que desconsideram o trabalho concreto enquanto dimensão da base material, a partir do qual as outras esferas da vida humana podem se desenvolver.

As mediações de primeira ordem não necessitam de hierarquias estruturadas de dominação e subordinação, sua função é manter preservadas a produção e reprodução dos indivíduos e da sociedade, de modo que as funções primordiais estão inclusas. Desta forma, a citação a seguir é necessária para elucidar tais mediações.

- a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
- a regulação do processo de trabalho, pelo qual o dispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;
- o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);
- a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;
- a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de *economizadora*) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e
- a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária. (MÉSZÁROS, 2011, p.213).

Através do trabalho, bem como do conjunto de complexos que se originam dele, os seres humanos são capazes de garantir sua sobrevivência e suprir suas necessidades. O trabalho rompe com a processualidade natural da simples reprodução do mesmo, funda o ser social a partir da materialidade natural e transforma a causalidade natural em causalidade posta, alterando o mundo objetivo e sempre abrindo novas possibilidades e processualidades cada vez mais complexas, possibilitando ao ser social a construção do próprio ser e de toda práxis social.

Quando Mézáros situa o trabalho (mediações de primeira ordem) como eixo central da relação homem e natureza e resgata sua função de criador do ser social, na esteira de Marx e Lukács, define que o trabalho é uma essencialidade humana e jamais pode constituir na sua essencialidade o polo oposto, ou seja, o capital. Não deve ser entendido de forma usurpada através de mediações de segunda ordem, que se sobrepõem às mediações de primeira ordem e as governam como um ser estranho e alienado. Somente nessas condições historicamente determinadas o trabalho é deformado pela alienação e a lógica imperativa do capital, levando a humanidade ao momento atual de profundas contradições e desumanizações impostas pela

incontrolável lógica do capital, que deságua na atual crise estrutural cada vez mais latente, a qual iremos adentrar nos próximos itens.

Agora, iremos resgatar no próximo item o debate fundamental e indispensável que consiste na diferença elementar entre capital e capitalismo.

## 2.2 Diferença Elementar entre Capital e Capitalismo

Antes de resgatar o debate acerca dos fundamentos do sistema sociometabólico do capital e adentrar na sua crise estrutural, pretendemos pontuar a diferença elementar entre capital e o modo de produção capitalista<sup>11</sup>, posta por Marx em **O Capital**<sup>12</sup> e posteriormente por Mészáros em **Para Além do Capital**<sup>13</sup>. De acordo com os autores, trata-se de fenômenos distintos e que em determinado momento histórico coexistem através de uma imanente relação no processo de exploração, acumulação e expansão do capital. Na teoria de Mészáros, essa distinção tem um traço muito peculiar e decisivo, tendo em vista que a extinção do capitalismo não é prerrogativa por extensão para o fim do capital. Por essa questão:

O objeto da crítica de Marx não era o *capitalismo*, mas o capital. Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da *produção capitalista*, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à “produção do capital”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 721).

Consideramos que essas colocações são pertinentes e de uma relevância fundamental para que possamos apreender as determinações da crise atual, bem como a continuidade do capital nas sociedades denominadas por Mészáros (2011),

---

<sup>11</sup> Ao lançar as bases da teoria social crítica, Marx categoriza o termo “modo de produção” no seu sentido pleno. Sendo assim, escreve na *Ideologia Alemã* (2009 p. 24-25) que não devemos pensar o modo de produção apenas como “mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem [*za aubern*] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*aubern*] a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o modo como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.”

<sup>12</sup> O projeto de Marx se ocupa das condições de produção e reprodução do *capital em si* – de sua gênese e sua expansão, assim como das contradições inerentes que prenunciam a sua supressão por meio de um “longo e doloroso processo de desenvolvimento”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1028)

<sup>13</sup> **Para Além do Capital** é a monumental obra do filósofo húngaro István Mészáros, em que o autor expõe um estudo aprofundado sobre o pensamento de Marx, resgatando o que é o capital e a sua dinâmica perversa, dentro deste contexto, expõe a necessidade histórica da humanidade superar a forma alienada e desumana das relações de produção e reprodução desse sistema.

como sendo pós-capitalistas<sup>14</sup>, e assim, descartar as leituras e traduções feitas pelo “marxismo” estreito e vulgar difundido durante e após a experiência soviética. Mészáros (2011, p.1064-1065) expõe que o capital antecede o capitalismo, assim como a mercadoria<sup>15</sup> antecede, em vários séculos, a produção capitalista de mercadorias.

O capital é uma relação social<sup>16</sup>, uma “categoria histórica dinâmica” que pressupõe um longo processo histórico. É uma “forma historicamente específica de dominação e exploração” que para se firmar enquanto senhor do sociometabolismo da humanidade, viveu subordinado por um longo tempo às forças de processos sociometabólicos mais fortes, à margem dos outros sistemas, movimentando-se apenas do necessário. Somente ao logo do complicado processo histórico, o capital

---

<sup>14</sup> Mészáros (2011) oferece importantes contribuições acerca deste debate sobre as experiências denominadas pós-capitalista ou do tipo soviético (1917) e os demais países do Leste europeu, que consiste na superação do modo de produção capitalista e suas personificações, conforme conhecemos. Porém, o capital permanece intacto, ou seja, como sistema sociometabólico, que organiza toda vida social. Deste modo, nosso autor afirma que o “sistema do capital pós-capitalista” não teria “absolutamente nada em comum com o socialismo” (MÉSZÁROS, 2011). Segundo o autor, o capital mantém o seu domínio nas sociedades pós-revolucionárias principalmente através: 1) dos imperativos materiais que circunscrevem a totalidade social; 2) da divisão social do trabalho herdada que, apesar das suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento das livres individualidades”; 3) da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível e da forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico; 4) dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica”, quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1030). Esse debate pode ser aprofundado através das contribuições de Mészáros (2011) expressas no capítulo 17 de “Para Além do Capital”. Compreendendo a complexidade da obra de Mészáros, podemos indicar ao leitor buscar uma primeira aproximação com o debate, na valiosa produção teórica publicada pelo Instituto Lukács, organizada pela professora Cristina Paniago, denominada de “Mészáros e a Crítica à Experiência Soviética” (2017).

<sup>15</sup> Mészáros (2011, p. 1064) afirma que o mesmo é verdadeiro para “a produção de mercadorias, que não pode ser identificada como a produção capitalista de mercadoria”. A primeira precede a última, novamente de muitos séculos, requerendo, assim, uma definição precisa das especificidades históricas do modo capitalista de produção de mercadorias porque, como insiste Marx, “a produção de mercadorias, necessariamente, transforma-se em produção capitalista de mercadorias, num momento dado (Marx, “Marginal Notes on Wagner”, p.228, de Value Studies by marx, London, New Park Publications, 1976)”.

<sup>15</sup> “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. [...] A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca”. (MARX, 1996, p. 165-171).

<sup>16</sup> A relação social capital identificada por Marx é extremamente contraditória, pois de acordo com Mészáros (2011, p.712) realiza uma “dupla cisão no lado do trabalho em contraposição a uma duplicação no lado do capital, parasitária da cisão do trabalho”, tais cisões estão articuladas historicamente com um “inconciliável antagonismo estrutural” (p.722). As cisões do trabalho são expressas na relação capital através: 1 - o sujeito real (trabalho) se expressa no processo de produção de forma alienada, anulando sua capacidade de sujeito e de assumir o controle global no processo de reprodução social. 2 - o trabalho social encontra-se cindindo e confronta-se com o capital de forma isolada, mantendo a força do capital sobre a totalidade do trabalho.

foi emergindo e adquirindo forças para superar os modos de produção anteriores e assumir as rédeas da produção societária.

As fases mais primitivas ou denominadas pré-capitalistas constituem-se como “capital usurário ou capital mercantil”. Para nosso autor, nesse momento o “capital não é ainda o elemento predominante das sociedades” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 702). Sendo assim, Marx (1983) afirma que a “primeira forma de aparição do capital” (p. 125) é o dinheiro enquanto resultado final da circulação de mercadorias. Podemos assim dizer que sua primeira aparição se deu na relação de troca de mercadorias em pessoas que possuíam valores de usos distintos.

Ao longo do processo histórico as formas pretéritas do capital tendem a se complexificar e assumir funções que vão para além do simples processo de troca baseado única e exclusivamente no valor de uso das mercadorias. Vai configurando-se no interior da sociedade feudal uma dinâmica de comprar para assim vender, por um preço acrescido, não agregando nenhum valor<sup>17</sup>. Desta forma, Marx afirma que o capital – como podemos ver seus antecedentes históricos – pressupõe movimento que inicialmente se dá na esfera da circulação. Na apreensão de Marx, o capital realiza dois movimentos, ou seja, duas formas distintas de circulação, cujo processo se dá basicamente do seguinte modo: a primeira forma direta de circulação de mercadorias é  $M — D — M$ , transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos uma segunda especificidade que se configura em  $D — M — D$ , transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Nesses dois processos ainda não temos a mais-valia<sup>18</sup>, que é produzida no processo de produção, apenas temos dinheiro que ainda não é capital, que transita entre a circulação e consumo.

Posteriormente, e seguindo sua processualidade interna, ultrapassa a forma transitória arcaica, através do processo denominado acumulação primitiva<sup>19</sup> e emerge de modo consolidado na fase capitalista mais desenvolvida e universal. De acordo

---

<sup>17</sup> De acordo com Marx, a “forma direta de circulação das mercadorias é M-D-M, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (MARX, 1983, p.125). A forma pretérita do capital, ou seja, sua forma inicial é expressa através do dinheiro que se realiza na circulação, passando entre mãos diferentes o valor criado na produção da época, que tinha um caráter unicamente de valor de uso como afirma Marx, ou seja, o capital comercial ou usurário não acrescenta valor, não é capaz de gerar mais-valia.

com Marx (1983) e Mészáros (2011) o capital já se apresenta de forma madura e como sistema sociometabólico da humanidade. E expõe que “o capital em seu ser-para-si é a *personificação necessária do capital* que, dependendo das circunstâncias históricas específicas, pode ou não ser o proprietário capitalista privado dos meios de produção”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 720).

O capital, no capitalismo, se expressa como um sistema totalizante – que controla tudo sem afrouxar em nenhum âmbito – exercendo um controle social, “não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora”<sup>20</sup> em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97). A base desse sistema é constituída por partes fundamentais: trabalho, Estado<sup>21</sup> e o próprio capital, esse enquanto momento dominante da ordem social atual, firmado sobre os domínios e sustentado via base econômica enquanto momento predominante da ordem social humana, sendo assim, apropriando-se e sugando da produção social de forma parasitária a mais-valia produzida por toda classe operária.

É na práxis social que emana a relação social capital, fundada a partir do trabalho social (assalariado) tendo como principal requisito histórico social a separação alienada entre trabalho vivo (que vende sua força de trabalho necessária, por um valor mínimo no mercado), e os meios de produção necessários para objetivação do trabalho. Deste modo, o capital se apresenta como trabalho acumulado, objetivado e alienado do seu produtor. Mészáros (2011) expõe que a força, controle e continuidade do capital encontram-se na forma como se estrutura na ordem social e é do trabalho vivo que emana a força vital do capital. Deste modo, podemos acrescentar que, para Mészáros (2011, p. 96), o capital não é algo material neutro ou, nas palavras do autor, algo “racionalmente controlável”, que estaria em disputa na práxis social e a depender da força social poderia estar em posse da burguesia ou do proletariado; é sim, “*em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*”. O capital, segundo Mészáros (2000, p. 11), “prevalece em

---

<sup>20</sup> Mais adiante iremos tratar desse aspecto intrínseco à ordem sociometabólica do capital e suas façanhas para dominação, bem como os efeitos dessa característica totalizadora que implica a perda de controle sob o processo de tomada de decisão.

<sup>21</sup> O Estado moderno surge como um complemento às estruturas econômicas do sistema do capital. “O Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). O Estado é a expressão política do capital, parte integrante e indispensável da sua estrutura, sendo assim, em momentos de crise estrutural também compartilha de uma crise geral. Sobre o Estado, trataremos mais adiante quando mencionarmos as mediações de segunda ordem do capital.

todo lugar, do menor microcosmo constitutivo ao macrocosmo, abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes”.

Assim, o autor destaca que o capital é uma relação social muito complexa, que deve ser entendida através do “quadro ontológico social dialético”, com bases eminentemente objetivas. No seu processo interno de desenvolvimento, mantém as características essenciais da sua natureza, impresso enquanto determinações ontológicas, presentes desde sua fase inicial. “A identidade das formas desenvolvidas e subdesenvolvidas do capital só se aplica à sua natureza mais profunda, não à sua forma e a seu modo de existência sempre historicamente adaptado” (2011, p. 184). Mézáros rejeita em suas colocações qualquer pensamento, por ele denominado de apologético, que busque defender as teorias eternizadoras do capital.

Expõe de forma categórica que o capital é composto por quatro condições básicas que o torna independente da forma que assuma, ou seja, são constituintes básicos do seu sistema sociometabólico, sendo elas a espinha dorsal em todas as relações do capital. São elas:

1) a separação e alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho; 2) a imposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, enquanto um poder separado que exerce comando sobre o trabalho; 3) a personificação do capital enquanto “valor egoísta” – com sua subjetividade usurpada e pseudopersonalidade –, que persegue sua própria autoexpansão com uma vontade própria (sem a qual não poderia ser “capital-parasi” como controlador do metabolismo social); uma vontade não no sentido de “capricho individual”, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si; 4) a equivalente personificação do trabalho (isto é, a personificação dos trabalhadores enquanto “trabalho” destinados a entrar numa relação de dependência contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital), confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias. Isto ocorre quando pensamos na categoria “trabalho” como o trabalhador assalariado sob o capitalismo, ou como o “trabalhador socialista” cumpridor e supercumpridor de normas sob o sistema do capital pós-capitalista, com sua forma própria de divisão horizontal e vertical do trabalho. (MÉSZÁROS, 2011, p.720-721).

Noutras palavras, e apoiado em Marx, Mézáros defende a invariabilidade do capital, sua natureza e determinações mais essenciais, independente da forma assumida ao longo da sua história. Seja na fase mais primitiva, capitalista ou pós-capitalista, o capital não muda sua natureza ontológica se essas quatro condições

não mudarem radicalmente, se ocorrerem mudanças parciais, ele continua sendo capital. Assim, podemos afirmar que o capitalismo corresponde a uma determinada fase do capital, pelo qual o mesmo pode se realizar de forma plena, sem deixar de ser capital. Ou seja, o processo histórico transforma o capital, seu modo de exploração e acumulação (a forma), sem que mudem, seus termos ontológicos fundamentais que fez daquela relação social ser o capital. Desta forma, acrescenta que no capitalismo, ou seja, na sua fase mais desenvolvida, a forma essencialmente assumida é:

a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante; 2. a força de trabalho em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria; 3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção; 4. o mecanismo vital de extração da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma forma inerentemente econômica; 5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e 6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2011. p. 1029)

Sendo assim, as exigências reprodutivas do capital se expressam através da reprodução sempre ampliada<sup>22</sup> dando-lhe a possibilidade no capitalismo da sua legitimidade enquanto modo de produção capaz de gerar e acumular riqueza. Porém, a reprodução ampliada, sua natureza, gera consigo contradições imanentes que iremos tratar mais adiante.

Desta forma, Meszáros afirma que o capital passa a existir depois do capitalismo, nas sociedades denominadas pelo autor como pós-capitalistas, ou seja, na experiência soviética são mantidas suas características essenciais que o acompanha desde sua fase mais primitiva. Sendo assim:

Os elementos constitutivos do sistema do capital (como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias) remontam a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maioria desses milhares de anos, eles permaneceram como partes subordinadas de sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo,

---

<sup>22</sup> A forma típica da reprodução no modo de produção capitalista é a **reprodução ampliada (ou alargada)**. Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.). [...] Essa conversão de *mais-valia em capital* caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a **acumulação de capital**. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 135-136)

incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal. Somente nos últimos séculos, sob a forma do capitalismo burguês, pôde o capital garantir sua dominação como um “sistema social” global. (MÉSZÁROS, 2000, p. 01)

Mészáros (2011) aponta que esta distinção que a princípio parece ser somente conceitual possui implicações práticas cada vez mais importantes, pois interfere diretamente nas estratégias a serem estabelecidas pelo movimento socialista no presente e, portanto, nas etapas que a eles conduzem futuramente. Expõe que uma transição socialista só pode ser conduzida com o real entendimento da distinção entre capital e capitalismo, bem como da clareza de que capital e produção de mercadoria sobrevivem e são partes constituintes nas sociedades pós-capitalistas, isso a história recente já mostrou com a experiência soviética.

Mészáros afirma que para apreender corretamente a análise marxiana da natureza do capital e assim entender todos os seus momentos históricos, faz-se necessário compreender e ser guiado pelo princípio metodológico básico que sempre orientou os estudos de Marx. Nos *Grundrisse*, de forma clara e explícita, Marx afirma que está nas espécies superiores a chave para compreender as espécies que as antecedem. São dos componentes ou estruturas preexistentes que se erguem sistemas sociometabólicos ou sociabilidades qualitativamente novas, partem de algo já existente, de uma base que caiu em ruínas, tornou-se obsoleta ao longo do desenvolvimento histórico-social, e assim tais sistemas foram substituídos por outros mais desenvolvidos.

Deste modo, Marx tem como objeto de análise, ponto de partida e ponto de chegada, a sociedade burguesa constituída. Encontra-se nela a chave para compreender as sociedades anteriores e assim traçar na história das formações sociometabólicas precedentes<sup>23</sup> e, a partir daí, entender o percurso feito pelo capital ao longo do seu desenvolvimento e assim afirmar com exatidão que o “capital é o poder econômico *onipotente* da sociedade burguesa” (2011, p. 702, grifo do autor). Somente na sociabilidade burguesa constituída, através do processo de expropriação e exploração do homem pelo homem, foi possível desenvolver as forças produtivas

---

<sup>23</sup> Para Mészáros (2011, p. 216), “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente.” Deste modo, o escravismo (desde a antiguidade grega e romana), bem como o feudalismo, se deparou com seus limites estruturais na esfera das relações de produção, sendo superados e substituídos por outro modo de controle sociometabólico mais desenvolvido.

ao seu ponto máximo no qual o capital, através do seu modo de controle totalizante, preenche todas as esferas da sociabilidade humana. Foi partindo dessa análise que Mészáros afirma ser “o capital o poder despótico da ordem sociometabólica existente” (2011, p. 703).

Para Mészáros (2011), a ordem da reprodução sociometabólica do capital estaria se defrontando com seus limites últimos como consequência das leis internas de desenvolvimento da natureza do próprio capital. O sistema do capital estaria – assim como ocorreu no escravismo e feudalismo – esbarrando nos limites, impostos pelas suas próprias relações de produção, se fazendo necessária uma mudança radical e qualitativa que rompa com as antigas formas de mediações do metabolismo humano no sentido de instituir novas relações de produção capazes de satisfazer as necessidades de reprodução da existência humana através de uma nova mediação/relação com a natureza. É a própria máxima do sistema metabólico que exige uma intervenção consciente, nas palavras de Mészáros, “sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e controle consciente, com os quais a produção do capital é estruturalmente incompatível” (MÉSZÁROS, 2011, p.1012).

Deste modo, o autor expõe que o capital enquanto um sistema complexo já existia antes do capitalismo e assume no modo de produção capitalista sua forma dominante, porém adverte que a forma assumida no capitalismo não é a única, tendo em vista que o capital sobrevive nas sociedades que extinguiu o capitalismo, denominado por Mészáros de países pós-capitalistas. Essas colocações são de profunda relevância para nossa pesquisa, tendo em vista que compreender o capital na sua diferenciação do capitalismo nos permite apreender seu sistema e em especial seu sistema de mediações de segunda ordem, que compõem sua estrutura circular no processo de expansão e acumulação sempre ampliada.

Por hora iremos pontuar outra consideração de igual importância no debate atual, que é a necessidade de esclarecer de forma breve os tipos e modalidades de crises para assim adentrar no objeto de pesquisa pretendido nesta seção, que são os fundamentos da crise estrutural do capital.

### **2.3 Crises: Parte Imanente ao Sistema do Capital**

Para Mészáros (2011), o que diferencia decisivamente as crises cíclicas da crise estrutural é o alcance dos seus efeitos, ou seja, se afeta a totalidade dos complexos<sup>24</sup> sociais e seus subcomplexos, bem como o conjunto dos outros complexos ou se se restringe apenas à parcialidade de um complexo. As crises conjunturais inerentes ao metabolismo do capital são necessárias para seu processo de expansão e acumulação, são crises parciais, passíveis de serem remanejadas, suas contradições são deslocadas, exigindo apenas algumas mudanças, que podem ou não serem mudanças importantes no interior do sistema. Sua parcialidade, ou seja, o fato de incidir apenas em um complexo social, determina também que seus limites são imediatos, apesar de seus efeitos no interior da reprodução social poderem se apresentar como “grandes tempestades”, porém, podem sofrer reparações mesmo que temporárias, até iniciar outro momento ou período de crise. Sendo assim, o pensador explicita que a severidade de uma crise não é momento determinante para definir sua natureza.

Mészáros (2011) cita a grande crise de 1929-1933 como exemplo de enorme representatividade desse tipo específico de crise. A crise vivenciada na década de 1929, apesar de ser agressiva deixou inúmeras possibilidades de saída e recuperação para o capital, inclusive com oportunidade de se reerguer com uma base econômica ainda mais forte, sendo impossível compará-la a uma crise de caráter estrutural. “Ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803). O capital, ainda subdesenvolvido no que diz respeito às suas potencialidades globais, identificou tal crise como uma barreira que deveria ser superada e a utilizou como alavanca para o seu pleno desenvolvimento global, iniciando seu processo de expansão, denominado pelo autor de totalidade intensiva<sup>25</sup>. Desta forma, as crises cíclicas:

---

<sup>24</sup> Marx, Lukács e Mészáros afirmam que todos os complexos sociais funcionam com base em reciprocidades dialéticas e que apesar dessa reciprocidade, cada complexo social tem seu *ubergreifendes Moment* que é objetivamente dominante. Mészáros chama a atenção que tal momento objetivamente predominante não pode ser manipulado de forma artificial para satisfazer as necessidades sociais convenientes a um grupo social.

<sup>25</sup> Mészáros (2011) afirma que quando culminou a crise de 1929-1933 antes de se completar o desenvolvimento das potencialidades globais do capital que foram impulsionadas pela lucratividade da primeira guerra-mundial e a reconstrução do pós-guerra, o capital iniciou ajustes políticos com o intuito de extinguir alguns “importantes anacronismos políticos”. Deste modo, o capital inicia uma fase denominada por Mészáros de totalidade intensiva, com o intuito incontrolável de alcançar os territórios intocáveis, tendo como polo central os Estados Unidos da América - EUA, já identificada por Marx como uma potência real do “dinamismo do sistema global”. Diante dessa conjuntura, propicia para o

[...] podem fazer isso precisamente por causa do seu caráter parcial, que não coloca em dúvida os limites máximos da estrutura global estabelecida. Ao mesmo tempo, entretanto, e pelo mesmo motivo, elas só podem *solucionar* os enraizados problemas estruturais subjacentes – que necessariamente se reafirmam repetidas vezes na forma de crise conjuntural específica – de um modo estritamente parcial e, temporariamente, de uma maneira mais limitada. E até que a próxima crise conjuntural apareça no horizonte da sociedade. (MÉSZÁROS, 2000 p.4, grifos do autor).

É diante dessa possibilidade de remanejamento e neutralização das contradições e pelo fato de incidir apenas na parcialidade dos complexos ou em um complexo, que as crises conjunturais ou crises cíclicas constituem um constante regular do processo de acumulação e expansão do capital, e estão relacionadas com o que Mézáros (2011) chamou de limites imediatos. Porém, cada crise possui suas determinações gerais, que são intimamente mediadas pelas determinações históricas de cada momento que a tornou possível – apesar de serem sempre destruição de capitais mais fracos ou absorção por grandes capitais e a retomada temporária do equilíbrio entre produção e consumo, tendo em vista que esta não é a resolutividade dos problemas imanentes ao capital. Consiste no deslocamento ou transferência de suas contradições imanentes para outros espaços, prolongando temporariamente o aparecimento de tais contradições, porém com mais intensidade.

Por conseguinte, Mézáros afirma que capital e crise estão imbricados de forma embrionária, “crises de intensidades e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795, grifos do autor). Desta forma, os limites imediatos são, “meras barreiras a serem transcendidas e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial do poder aparentemente ilimitado da autopropulsão do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798). Noutras palavras, o capital com sua necessidade imanente de expansão e acumulação gera crises e contradições históricas, retirando assim a liberdade e

---

desenvolvimento das potencialidades do capital inerentes à sua totalidade intensiva, ocorrem inúmeras mudanças na estrutura global do capital ao longo do processo, que contribuem decisivamente para o deslocamento das contradições agudizadas na década de 1929 e permitem a auto expansão dinâmica do capital e sua forma de sobrevivência como sistema sociometabólico presente. Na conjuntura atual Mézáros diz ser impossível realizar os ajustes feitos na década de 1929, porém realça a posição convicta de uma crise de dominação geral do sistema de dominação global do capital.

independência da satisfação das necessidades humanas e as submetem às necessidades do capital.

Feitas tais considerações acerca do tema e expostas as fundamentais características da crise cíclica inerente ao capital e levando em conta a importância da crise estrutural vivenciada, Mészáros (2011) afirma que: a crise atual do sistema do capital não pode ser negada, devido seus efeitos destrutivos para a humanidade, colocando na ordem do dia a possibilidade real de risco para a sobrevivência da estrutura global, diferentemente das crises anteriores vivenciadas pelo capital. Demonstra que uma das principais lições foi o fim do Estado Keynesiano, (*Welfare State*<sup>26</sup>) que ocorreu nos países de capitalismo central no pós-guerra, sendo consequência do fracasso do padrão de acumulação do capital a partir da década de 1970. Mészáros (2011) aponta que no pós-guerra, com o deslocamento das contradições do capital pela maquinaria, a mistificação ideológica de um capitalismo organizado e a falácia da integração da classe trabalhadora ao sistema do capital era quase impossível falar de crise. Porém, quando suas contradições e efeitos não podem mais ser varridos para debaixo do tapete do sistema, o Estado Keynesiano passou a ser uma impossibilidade real, pelo fato de não mais favorecer ao processo de expansão e acumulação do capital.

Feitas essas considerações sobre a imanência das crises do sistema do capital e as principais características de uma crise cíclica, podemos compreender o debate mais contemporâneo de Mészáros acerca da sua tese da crise estrutural e assim diferenciar seus efeitos e consequências para a humanidade. Analisaremos a seguir as principais determinações da crise estrutural, dando continuidade ao debate iniciado por Mészáros, no qual defende ser esta uma crise sem precedentes na história da humanidade, sendo assim sinônimo de destrutividade de força de trabalho, matéria-prima e da própria humanidade.

### 2.3.1 Crise estrutural do capital

---

<sup>26</sup> A expressão origina-se na Inglaterra, constitui-se junto com o fordismo um dos pilares do “processo de acumulação acelerada do capital no pós-45, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar” (BEHRING; BOSCHETTI, 2012, p. 88).

Também em **Para além do Capital**, obra que é foco das reflexões aqui expostas, Mészáros explicita que a crise estrutural do capital que inicia na década de 1970, veio demonstrar a debilidade e a incontrollabilidade do sistema do capital, afetando a totalidade dos complexos sociais e estendendo-se pelos subcomplexos, demonstrando ser uma crise de configurações materiais e subjetivas, uma crise do próprio sistema. É possível, de acordo com Mészáros (2011) enumerar quatro aspectos decisivos e incomuns a todas as outras crises experimentadas pelo capital. São eles:

(1) seu **caráter é universal**, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) **seu alcance** é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é **extensa, contínua**, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar \poderia ser chamado de **rastejante**, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796, grifos nossos).

Neste sentido, para ele não é muito difícil mensurar as consequências de uma crise sistêmica e de caráter estrutural, uma crise que afeta todo o globo, ou seja, todo “o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). O que está em jogo no cenário de crise estrutural do capital são os limites absolutos que obscurecem o futuro da humanidade. Sendo assim, apesar da aparente contenção (controle da situação) e aparente normalidade se comparada às crises cíclicas (tempestuosas), como afirma o autor, nada pode ser mais sério que uma crise gerada e capaz de desestruturar os fundamentos da própria reprodução sociometabólica do capital. Sua natureza é prolongada e, como expõe Mészáros, se arrasta pelo período histórico.

A crise estrutural afeta o sistema global e incide de forma contundente sobre as três dimensões internas responsáveis pela autoexpansão do sistema do capital que são: “produção, consumo e circulação/distribuição/realização” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798). Não pode haver crise estrutural se apenas uma dimensão for afetada direta ou indiretamente, tornando ainda viável o desenvolvimento e conseqüentemente a expansão do capital no sentido de superação do obstáculo em questão. É da junção e da complexa articulação dessas três dimensões que emana o capital, essa é a base vital para que o capital ultrapasse qualquer barreira, movido pela necessidade de acumulação expansiva. Ou seja, necessidade incontornável de se apropriar cada vez mais de trabalho não pago. O autor expõe que a crise estrutural “reside e emana” da junção dessas três partes constitutivas do capital e chama a atenção para as “disfunções” das partes que devem ser consideradas de formas isoladas, “devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais” (MÉSZÁROS, 2011. p.798, grifos do autor). A crise afeta toda a sociedade e não se restringe à esfera socioeconômica. É uma crise de dominação geral.

É importante fazer esta distinção porque, dadas as interconexões objetivas e as determinações recíprocas em circunstâncias específicas, até mesmo um bloqueio temporário de *um* dos canais internos pode emperrar todo o sistema com relativa facilidade, criando desse modo a *aparência* de uma crise estrutural, quando surgem algumas estratégias voluntaristas resultantes da percepção equivocada de um bloqueio temporário como crise estrutural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 799, grifo do autor).

Como já foi exposto, todo sistema sociometabólico traz consigo seus limites intrínsecos, que ao longo do desenvolvimento histórico vão se mostrando presentes até serem superados por outro sistema sociometabólico que responda de forma mais precisa às necessidades de cada época. Mézáros (2011) aponta que ao longo do processo histórico a base vital do capital começa a apresentar perturbações em grau e ocorrência cada vez maiores. “Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (2011, p.799). O autor afirma que, desde o princípio, a tripla dimensão do capital, que é responsável pelo seu constante processo de expansão, sempre formou uma “unidade contraditória”, uma dimensão sempre estava subjugada a outra no processo de expansão global. Expõe que, enquanto a

reprodução ampliada de cada uma das dimensões puder funcionar sem perturbações, as dimensões internas do capital, na sua totalidade permanecem fortalecidas e continuam em uma espécie de “harmonia contra pontual”. Porém, Mészáros (2011), esclarece que à medida que os interesses particulares de cada dimensão deixam de ser iguais em formas e dimensões, como algo natural e necessário para sua autoexpansão, a situação muda de forma drástica, radical. Deste modo:

A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas ao invés de serem absorvidas /dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições. (MÉSZÁROS, 2011, p, 799-800, grifos do autor)

O capital não poderia superar suas contradições, tendo em vista que é algo inerente à sua natureza, ou seja, ele é movido por essa lógica. Habitualmente o capital promove o deslocamento de suas contradições para níveis mais elevados e até espaços diferentes, em alguns períodos históricos ocorre a supressão de algumas contradições, mas nunca sua superação, o que implicaria na superação do próprio capital.

Mészáros (2011) nos explica que o capital só é capital enquanto mantém ativa sua capacidade de autorreprodução. Foi através desse dinamismo produtivo e de sua capacidade de transformar tudo em mercadoria, subordinando valor de uso ao valor de troca que o capital superou todas as outras formas de sociedades. O caráter positivo<sup>27</sup> do capital que se encontra intimamente associado à capacidade de desenvolver as forças produtivas, foi o que deu legitimidade histórica, mesmo diante

---

<sup>27</sup> Mészáros (2011), ao logo de sua obra dispensa qualquer juízo do valor acerca do capital. Quando menciona em diversas passagens do texto sobre o caráter positivo do capital, sempre direciona sua afirmação no sentido de destacar que o sociometabolismo do capital representou um avanço comparado aos outros sistemas sociometabólicos que o precederam, à medida que proporciona um avanço necessário no desenvolvimento das forças produtivas, no processo de produção genuína até determinado momento histórico. Cabe também ressaltar que, ao reconhecer as façanhas, digamos, positivas para o conjunto da humanidade pelo sociometabolismo do capital, de modo algum, esse é o principal objetivo do autor; ele organiza suas forças intelectuais para realizar o percurso contrário, seu principal objetivo é demonstrar como o sociometabolismo do capital se configura em um sistema extremamente contraditório e desumano, busca de forma incessante resgatar todos os seus fundamentos e realizar uma crítica contundente, na ânsia de demonstrar que temos condições objetivas de superá-lo, porém sem negar seus avanços de modo geral e o período que cumpriu um papel civilizador, ainda que objetivando seus próprios interesses.

de suas principais características extremamente desumanizadoras, negativas perante as necessidades humanas. O capital, ao longo de três séculos, vivenciou inúmeras crises conjunturais e atualmente entra na sua fase de decadência, como denomina Meszáros (2011), na sua crise estrutural demonstrando seus limites absolutos, nefastos para toda humanidade, o capital não tem mais nada de positivo para ofertar a humanidade.

Mészáros afirma que os limites absolutos tendem a ser inerentes à lei do valor<sup>28</sup>, em um período histórico de decadência do capital e de necessidade de sua afirmação. Porém, para se autoafirmar, o capital tem utilizado as mais diversas estratégias, seja no âmbito do Estado, promovendo e financiando políticas e governos autoritários que têm a necessidade imanente de um aparato militar cada vez mais destrutivo, seja através de mecanismos ideológicos de dominação que imanam da personificação do trabalho através do trabalho abstrato, para todas as esferas da totalidade social, no sentido de justificar a destruição das riquezas naturais e negação das necessidades humanas como algo elementar. Tal justificativa não encontra base, e é apontada por Mészáros como sendo um dos fundamentos da crise, tendo em vista que a vantagem histórica do capital que outrora chamou de avanço civilizador, hoje não é possível de ser sustentada e os mecanismos utilizados e reutilizados para alcançar tal façanha não surtem os mesmos efeitos.

O capital tem necessidade econômica de constante crescimento e contínua expansão, como já foi exposto acima, porém sua ascensão produtiva não poderia estruturalmente ser assegurada de forma indefinida devido às próprias contradições imanentes a sua auto reprodução. O crescimento alcançado em escala global não eliminou as contradições da sociedade capitalista, pelo contrário, agudizou. O único objetivo é o de assegurar sua reprodução, ou como diz o autor, sua autorreprodução destrutiva em constante oposição à produção genuína que outrora firmou historicamente o capital. Mészáros aponta que o capital sempre busca um novo mecanismo de autodefesa para assegurar sua autorreprodução, porém esses mecanismos de autodefesa irão apenas tentar responder às necessidades do capital

---

<sup>28</sup> Netto e Braz afirmam que “quando se consolida a produção mercantil, as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido. Essa é a chamada **lei do valor** que, como todas as leis econômico-sociais, não é a-histórica ou supra histórica, mas tem um âmbito de validade determinado: *ela impera no marco da produção mercantil* [...] Em poucas palavras: a lei do valor passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 100, grifos do autor)

e deslocar as necessidades verdadeiramente humanas. Ocorre assim o esgotamento do seu potencial civilizatório e o sistema sociometabólico

[...] teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável (MESZÁROS, 2000, p. 2).

Diante disso, o capital, de forma irracional e visando alcançar uma taxa de lucro, não leva em consideração a finitude dos recursos naturais que são parte construtiva e fundamental para a reprodução da vida e da sociedade, sua base material de sustentação. Essa característica destrutiva do capital, intrínseca à sua lógica, encontra-se intimamente ligada ao seu caráter expansionista. Visando apenas sua expansão produtiva, o capital alcançou os mercados mais inóspitos, preencheu todas as esferas da reprodução social com seu elemento fundamental, a mercadoria. Sendo assim, quando se esgotam os mercados, os territórios e sua lógica expansionista é cerceada, o capital de forma estratégica e visando uma maior circulação das mercadorias e assim mantendo a taxa de lucros, reduz o tempo de vida útil das mercadorias, sendo um dos principais meios encontrados para alcançar a taxa de lucro em contraposição ao declínio humano e destruição dos recursos naturais.

O capital é regido por uma lógica irracional e altamente destrutiva, não importando se a mercadoria produzida foi utilizada ou descartada. O que está em jogo não é a utilização das mercadorias, seu valor de uso, seu principal objetivo é converter a mercadoria em dinheiro, ou seja, realizar no mercado a mais-valia que foi gerada através do sobretrabalho expropriado do trabalhador no processo produtivo. A esse fenômeno, Mészáros (2011) chamou de “disjunção radical entre produção genuína e auto reprodução do capital”, passando a ser o fator predominante que rege o capital na atualidade.

Mészáros (2011), ao longo da sua obra expõe de forma extenuante que o capital é um sistema sociometabólico incontrolável, e que se espraia por todos os territórios e instituições sociais sem afrouxar em nada, e que sua “tendência à geração de desperdício não é um desvio, é uma tendência geral. O modo capitalista de produção é inimigo da durabilidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 635- 636). O sistema do capital deve driblar os métodos e meios que visem à durabilidade, descartando-a de forma aberta e sem ardeios. A redução da durabilidade das mercadorias produzidas

é chamada por Mészáros de “taxa de utilização decrescente” enquadrando-se como elemento chave em época de crise estrutural para que o capital produza em maior número e menor qualidade e, deste modo, torne-se uma lei tendencial.

No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a proporção segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639).

As alterações no padrão produtivo aliadas aos avanços no desenvolvimento das forças produtivas alteram também o padrão de uso e de consumo. A produtividade afetou significativamente a relação dos seres humanos com a natureza na produção dos bens necessários a sua subsistência, bem como, a relação dos seres humanos entre si. Deste modo, produtividade e taxa de utilização decrescente estão atreladas e determinam em larga medida o funcionamento da totalidade social. Porém, na variante capitalista a taxa de utilização decrescente jamais representa avanço, tendo em vista que as condições impostas para sua existência e desenvolvimento são a separação dos produtores dos meios de produção e a alienação das condições objetivas e subjetivas da autorreprodução dos seres humanos.

[...] na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido (por exemplo, produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam *utilizáveis* (isto é, *reutilizáveis*) por um período de tempo maior: uma *proporção* que obviamente tende a se alterar a favor dos *últimos*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639-640, grifos do autor).

Na atualidade capitalista a lei tendencial da taxa de utilização decrescente<sup>29</sup> assume contornos extremamente problemáticos, a sociedade que outrora

---

<sup>29</sup> O “capitalismo avançado” também inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias “consumidas” já no momento em que atravessam os portões das fábricas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

representava enormes avanços na produtividade é revertida e reduzida à “sociedade do descartável”, tornando descontrolável e insustentável a relação entre produção e consumo, nosso autor fala em um “desequilíbrio” total. Deste modo, são descartadas prematuramente mercadorias denominadas “duráveis”, tornando essa prática o combustível primordial para a reprodução deste sistema, às custas dos recursos naturais e humanos.

[...] o capitalismo define sua relação com o *valor de uso* e o *valor de troca*, investindo contra os limites associados à produção orientada para o valor de uso, bem como contra a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo severamente limitado que é inseparável dessa produção. (MÉSZÁROS, 2011, p. 643, grifos do autor).

Isso posto, podemos afirmar que o capital, na atualidade – e em especial no capitalismo em tempos de crise estrutural – adere sem receios, como principal domínio da sua estrutura, à taxa de utilização decrescente das mercadorias, produzindo montanhas de mercadorias que não serão utilizadas ou serão descartadas em menos tempo. Sendo assim, “o vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário” (MÉSZÁROS, 2011, p. 661). A taxa de utilização das mercadorias cai drasticamente, mantendo sempre a demanda pelo produto, aumentando o processo de troca e mantendo o crescimento do capital.

Deste modo, ocorre uma subutilização dos produtos através de sua perda de utilidade e prevalece a lucratividade enquanto imperativo universal do capital, justificando toda e qualquer prática, ainda que perdulária.

Ademais, o aspecto mais explosivo e desumano da taxa de utilização decrescente é sua determinação sobre a força de trabalho. Na ótica do sistema do capital, “o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, mera ‘força de trabalho’, [...] mas a ‘massa consumidora vital’ para o ciclo da reprodução capitalista e da realização da mais-valia.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 670,671). Porém, essa relação ocorre de forma bastante contraditória, tendo em vista que o capital busca de forma crescente uma massa de consumidores; por outro lado, o processo de absorver a força de trabalho em seus processos se dá de forma decrescente. Esta inconciliável relação

demonstra as imensuráveis contradições geradas pelo capital, que em tempo de crise estrutural se expressa de forma explosiva.

Neste sentido, a taxa de utilização decrescente abre um horizonte de novos consumidores para o capital à medida que impõe uma exploração dupla para o trabalhador, seja como produtor de toda riqueza, seja como consumidor.

O consumo destrutivo passa a ser a máxima do capital, o consumo sempre crescente e a utilização mínima das mercadorias como sinônimo de destrutividade, passam a ser equivalentes na lógica destrutiva do capital. Mészáros (2011) vai mais além ao afirmar que esse padrão destrutivo de produção perdulária tende a se intensificar ainda mais, à medida que o sistema do capital e a dinâmica capitalista impõem uma destruição ainda mais radical de “riquezas acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido” (MÉSZÁROS, 2011, p.679).

Essas são características internas e estruturais do capital, algo intrínseco à sua lógica que independe de vontades políticas adotadas pelo Estado, foge até da própria vontade das suas personificações, por ser algo imanente à sua lógica, como uma força que o move e o faz ser o sentido do capital. O autor expõe que o capital não reconhece limites, não aceita amarras ou controle, até as suas personificações operam mediante a vontade do sistema recebendo seus comandos.

O deslocamento das contradições instituídas pelo capital principalmente em momento de crise conjuntural, apenas teve um efeito retardatário, e em período de crise estrutural ressurgiu de forma preocupante: “universal” e preenchendo todos os cantos do globo, suprimindo os ciclos depressivos por uma crise cumulativa “contínua” sem precedentes que percorre ao longo do processo histórico de forma “rastejante” sem demonstrar a natureza do colapso do sistema.

Com isso, Mészáros (2011) esclarece que os limites absolutos do capital estão ativamente interligados à ineficiência do sistema do capital global na sociabilidade capitalista em não conseguir mais responder às suas necessidades expansionistas e de acumulação. Ou seja, na atual fase, o capitalismo ameaça de privar o sistema do capital global de sua *raison d'être*. O capital não encontra mais justificativa histórica para se manter como mediador do sistema sociometabólico humano, não importando a dimensão ou forma de seus processos manipulatórios, conforme veremos adiante.



### 3 O SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL E SUAS MEDIAÇÕES ALIENADAS

A distinção fundamental feita por Mészáros (2011) entre capital e capitalismo traz para o debate atual categorias de grande importância no contexto da teoria marxista, à medida que cumpre o papel preciso de traçar um caminho iniludível na compreensão da realidade contemporânea. Para nosso autor, não é possível compreender as mediações alienadas do capital e assim, buscar meios para sua superação sem antes compreender essa diferenciação fundamental.

Ao afirmar que o capital antecede em vários anos o capitalismo, expõe que este último se configura enquanto o modo de produção e expressão mais desenvolvida do sistema sociometabólico do capital, à medida que fixa suas principais determinações sobre a condição vital entre o homem e a natureza e os próprios homens. Mészáros (2006) aponta que o capital, ao logo do seu desenvolvimento histórico, se sobrepõe aos modos de sistemas sociometabólicos anteriores e se ergue dessas estruturas com suas próprias premissas e mediações que se configuram com “a propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas) e na apropriação humana dos produtos de suas atividades” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Como já foi exposto no capítulo anterior, o capital se mantém e se nutre do trabalho vivo, concreto, se realizando à medida que explora e realiza a mais valia no mercado, através da venda das mercadorias que são produzidas e acumuladas privadamente. Sendo assim, é no processo produtivo que o capital com seus tentáculos se fixa e se sobrepõe às mediações primárias, indispensáveis à reprodução da humanidade, impondo em todos os âmbitos, seja na produção (atividade produtiva) ou na reprodução dos indivíduos e da sociedade suas determinações alienadas e alienantes, aspectos que iremos tratar mais adiante.

Desta forma, Mészáros (2006) afirma, na esteira de Marx, que se faz necessário apreender o conceito eminentemente histórico da alienação, emanado da autoalienação do trabalho, conceito este que pretendemos expor mais a fundo. Sendo assim, o autor afirma que é difícil analisar e apreender o trabalho alienado, assim, para uma compreensão clara e sem naturalização da alienação se faz necessário realizar uma distinção entre a objetivação, condição indispensável para a existência

humana, e a alienação, forma particular alienada de um fundamento ontológico alienado.

Sendo assim, na esteira desse debate, iniciaremos, resgatando os limites absolutos do capital que anunciaram através do seu ativamento o fim último desse sistema sociometabólico. Tais limites trazem para o conjunto da classe operária e a luta de classe imensas contradições, que só podem ser superadas com o fim do sistema do capital e seus emaranhados de mediações de segunda ordem, que sustentam e reforçam cotidianamente o capital no seu processo de exploração e expansão.

Discutiremos os elementos centrais do debate da alienação e sua base, que consiste na propriedade privada, na divisão social do trabalho e o intercâmbio. O objeto da presente seção serão as mediações alienadas do capital, que nosso autor intitulou de mediações de segunda ordem do capital, bem como, iremos demonstrar como cada uma delas se configura e como elas se articulam no emaranhado processo que demanda a dinâmica do capital. Vamos ainda pontuar cada mediação de segunda ordem que priorizamos, bem como destacar o Estado enquanto mediação de segunda ordem e braço político do capital, evidenciado como momento predominante de tais mediações; sem ele, o capital não teria obtido tamanho êxito.

### **3.1 Ativação dos Limites Absolutos do Capital**

Como pontuado no final da primeira seção, desde a década de 1970 os limites absolutos do capital vêm sendo ativados sem que o sistema encontre saídas saudáveis. O capital não consegue encontrar formas possíveis de manejar os limites absolutos sem desencadear uma onda de efeitos globais destruidora, tanto para o próprio capital, quanto para a humanidade.

A ativação dos limites absolutos que estão na ordem do dia como cerne da questão representa de forma assustadora o real impedimento para a acumulação tranquila do capital, ameaçando seu funcionamento em nível global. Deste modo, a ameaça da incontrolabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 227). No que concerne à questão em pauta, Mézáros (2011) resgata quatro conjuntos de questões sociais, que concentram as contradições que estariam irrompendo de forma

expressiva os limites absolutos do capital na sua totalidade, conforme exporemos brevemente. São eles: 1) A oposição entre o capital transnacional e os Estados nacionais; 2) A degradação das condições ambientais, recursos naturais (renováveis ou não); 3) A luta pela emancipação das mulheres e a impossibilidade de uma igualdade substantiva; 4) O permanente agravamento do desemprego crônico e estrutural.

Não obstante, chama a atenção para que as questões na ordem do dia não sejam consideradas de forma isolada, pois representam enormes contradições em seu conjunto, além de expressar contradições insuperáveis na sua totalidade, ao “intensificarem imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 222). Esses limites estariam impedindo o funcionamento tranquilo do capital e estariam impulsionando sua derrocada, à medida que os impede de acumular capital em uma escala cada vez maior, deste modo, impulsionando uma depressão contínua.

Antes de iniciar resgatando as principais considerações feitas por nosso autor acerca do conjunto de elementos ativadores que estariam contribuindo para o agravamento dos limites absolutos, é de suma importância reafirmar que o conjunto de forças ativadoras desses limites sempre esteve presente enquanto ameaças latentes ao funcionamento do sistema do capital, fazendo parte da sua própria estrutura. Mantiveram-se assim por muitos séculos, até o esgotamento das possibilidades de deslocamento de tais limites, que estiveram por muito tempo atrelados à necessidade de expansão do capital, como já foi pontuado.

O autor também destaca que os limites absolutos não são impossíveis de serem transpostos, diferentemente de alguns autores que pressagiam o fim do mundo de forma catastrófica. Neste sentido, aponta que tais limites são insuperáveis para o capital, não para a humanidade.

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico. Em segundo lugar (o que é bem menos tranquilizador), é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável

é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais. No entanto, como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas, e muito menos adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas mais explosivos do espinhoso processo sociometabólico tende a ser procurada de outras formas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 220).

Sendo assim, a primeira questão em ordem diz respeito à inviabilidade estrutural de substituir o sistema de Estado nacional – que compõe o tripé de sustentabilidade da lógica desse sistema em conjunto com o próprio capital e o trabalho – por um governo (Estado) mundial do capital. Aponta que até para os próprios defensores do capital sempre foi muito complicado solucionar “a contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” (MÉSZÁROS, 2011, p. 227).

Os Estados nacionais possuem contradições que em certa medida entram em desarmonia com as estruturas de reprodução do capital global, as quais tendem a desenvolver-se de forma a romper as barreiras nacionais em contínuo processo de expansão. Essa relação representa uma contradição estrutural que traz consequências extremamente desumanizadoras. Deste modo, o autor expõe as características inerentes aos Estados nacionais que se contrapõem ao processo de expansão do capital global:

(1) monopólio e competição; (2) a crescente socialização do processo de trabalho e a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos (por várias personificações do capital – de capitalistas privados às auto-eterizadoras burocracias coletivas); e (3) a divisão internacional do trabalho, ininterrupta e crescente, e o impulso irreprimível para o desenvolvimento desigual, que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema global do capital (no período posterior à Segunda Guerra Mundial, basicamente os Estados Unidos) para a dominação hegemônica (MÉSZÁROS, 2011, p.222).

No que concerne ao *monopólio e competição*, Baran e Sweezy (1966) colocam que no século XX ocorreu uma intensa concentração de monopólios, que teve como principais objetivos maximizar os lucros e concentrar capital. Acrescente-se que, por maior que tenha sido para o capital o desenvolvimento dos monopólios nos grandes países desenvolvidos e que o Estado tenha utilizado as mais diversas artimanhas para

minimizar os efeitos e contradições inerentes à lei do valor, no que tange a sua lógica, nada jamais pode ser feito no sentido de superá-lo. Nas palavras de Mészáros (2011, p. 239), somente era possível “retardar o momento da verdade”. Diferente das apostas defendidas pelas teorias que acreditavam em uma organização do capital, o que podemos observar é a intensificação dessas contradições à medida que o capital é cerceado de se expandir. O autor expõe que a competição pelo domínio imperialista se intensifica e os interesses antagônicos entre os Estados nacionais entram em conflito, resultando:

[...] em poucas décadas, nas devastadoras desumanidades de duas guerras mundiais, em incontáveis guerras menores e também no clímax totalmente “não planejado” (ou melhor, planejado da única maneira pela qual as grandes corporações monopolistas são capazes de “planejar”, com unilateralidade intencional) de toda essa expansão, decididamente imprevisto e potencialmente catastrófico, levando a humanidade à beira da auto-aniquilação. (MÉSZÁROS, 2011, p.240).

Os Estados nacionais só podem, enquanto determinações da sua própria origem, natureza e função social, ser a personificação da dominação do capital sobre o trabalho; expressão das lutas entre os diversos capitais individuais até os limites dos seus domínios e “opositores” reais dos outros Estados nacionais em nível global, colocando-se em plena contradição ao capital global e se contrapondo enquanto elemento positivo numa possível meta de um Estado global do capital. Sendo assim, a disjunção estrutural e logo insuperável existente entre a estrutura de reprodução material do capital global e a sua estrutura totalizadora de comando político, materializada através dos Estados nacionais, expressa a impossibilidade de deslocamento das contradições existentes, no que concerne à garantia do processo de autorreprodução material do capital e tenciona a relação entre sua estrutura material e política, sendo um dos elementos ativadores dos limites absolutos.

O capital global está desprovido de uma forma adequada de Estado, pelo fato de sua base material de reprodução dominante em nível do macrocosmo não conseguir livrar-se de sua individualidade. Esta, de acordo com o autor, é necessária para o sistema do capital, nomeada de “individualidade combativa”, devido à necessidade de operar de forma conflitante, segundo o comando do capital, para defender sua expansão e acumulação privada. Tal “individualidade em questão é uma determinação *negativa* inalterável, que não pode ser preenchida com um conteúdo positivo” (MÉSZÁROS, 2011. p. 244). E acrescenta:

Neste sentido, encontramos no plano da reprodução material inúmeros capitais que se opõem uns aos outros e, o que é mais sério, os grupos de trabalho sob seu controle, todos lutando – inexoravelmente é, por sua própria natureza, descontroladamente, – para a dominação total em seu próprio território e além de suas fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, no plano político totalizador, o Estado do sistema do capital é articulado com uma série de Estados nacionais opostos entre si, (e, naturalmente a força de trabalho nacional sob seu controle “constitucional”) como “Estados soberanos” particulares. (2011, p. 244).

Assim, não importa o âmbito, seja em nível do macrocosmo ou das estruturas do microcosmo, a capital nunca será positivo, pois sua vitalidade vem do seu ser parasitário em relação ao trabalho. O Estado enquanto parte integrante do sistema sociometabólico do capital jamais se transformará “numa formação *positiva* para adquirir a capacidade de reunir e ‘conciliar’ debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num ‘governo mundial’ ou numa ‘liga das nações’ kantianas” (2011, p, 245). Conforme o autor, seria “pedir o impossível”. O Estado nacional do capital, como já foi explicitado, é por sua própria natureza e constituição,positor real aos outros Estados nacionais, assim como o capital épositor real ao trabalho. Sendo assim,

Pensar o Estado como instrumentalidade política de autodeterminações positivas (autossustentadas) significa esperar a restituição de suas funções controladoras alienadas em relação ao corpo social e, com isso, o necessário “estilar” do Estado. Na situação existente sob o domínio do capital, prevalece a negatividade que se afirma com implacável eficácia no plano da reprodução e no político, internamente e por meio das relações conflituosas entre os Estados. Entretanto, os limites absolutos do sistema do capital são ativados sempre que antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las. (MÉSZÁROS, 2011, p. 245).

É diante dessa incapacidade do capital de responder de forma satisfatória às exigências e necessidades impostas pela realidade social, tendo em vista que somente é capaz de responder aos seus anseios e exigências; e mediante a impossibilidade de espaços para deslocar suas contradições e assim resfriar seu sistema sociometabólico, que o capital demonstra sua fragilidade e extremas contradições, expostas através de seus limites últimos.

O conjunto de problemas globais sem precedentes, vivenciados pela humanidade na crise atual, traz na ordem do dia a segunda questão, que diz respeito

à degradação da base natural, necessária à reprodução do metabolismo do capital e indispensável para a humanidade. A passagem do processo de autorreprodução do capital para a atual fase histórica de sua autorreprodução destrutiva é, segundo o autor, uma tentativa desesperada da sociabilidade capitalista se manter enquanto senhor do comando do metabolismo social.

O autor revela que essa característica do capital, na atual fase histórica de destruição da sua base de autorreprodução, está decisivamente ligada ao caráter irremediável da tendência incontrolável de acumulação de capital. Suas unidades de personificação e reprodução – em destaque as grandes empresas transnacionais – estão programadas enquanto lógica imanente, a considerar todos os obstáculos externos como barreiras que precisam ser superadas. Deste modo, o autor acrescenta que o capital é a forma específica de mais-valia que precisa constantemente ser gerada e realizada. O capital “é o *movimento constante para criar mais da mesma coisa*. Para ele, a *fronteira quantitativa* da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. A *barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado*.” (MARX, Grundrisse, p, 334-335 apud MÉSZÁROS, 2011, p. 251, grifos do autor). Desta forma, acrescenta que o capital, no conjunto de suas contradições:

[...] não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que os resultados sejam catastróficos. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume de produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1009-1010)

Segundo o autor, não cabe atribuir juízo de valor para definir o capital como mal ou bom. Ele poderia ser abstratamente denominado de “indeterminado” que em momentos históricos favoráveis foi compatível com o progresso, mesmo de forma desigual e na atualidade, diante das condições objetivas e das necessidades humanas que impõem restrições à sua inexorável necessidade de expansão, demonstra de forma decisiva a sua fase mais devastadora. Deste modo,

Os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados “fatores de produção” externos em termos da lógica autoexpansionista do capital. Para ter impacto limitador, o poder de restrição do capital teria de ser *interno* à sua lógica. Além de certo ponto, a *tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital teria de se tornar uma *invasão universal* basicamente insustentável, com o

esgotamento dos domínios a invadir e subjugar. Por isso o “mais” começou paradoxalmente a significar “menos” o “controle universal” (assumindo a forma da “globalização” antagonista) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. (MÉSZÁROS, 2011, p. 253).

A lógica perversa do capital é claramente observada na devastação de forma sistemática dos recursos naturais existentes, bem como no acúmulo progressivo de um poder de devastação em massa que requer uma grande quantidade de riqueza em contraposição a uma grande quantidade de famintos estimados na casa dos milhões<sup>30</sup>, que são negadas diariamente condições mínimas para manter as necessidades básicas de subsistência. “O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do ‘subdesenvolvimento’ forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 801).

Mészáros (2011) faz uma crítica aos pensadores apologéticos do capital e a alguns partidos ditos de esquerda, que defendem a saída para o sistema do capital mediante os avanços tecnológicos e científicos, afirmando que tal meio não é um “antídoto plausível”. E acrescenta:

A verdade realista é que a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio das quais o capital impõe à sociedade as condições necessárias de sua existência instável. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia não são jogadores bem treinados e em boa forma que, sentados nos bancos de reservas, ficam à espera do chamado dos treinadores socialistas esclarecidos para virar o jogo. Em seu modo real de articulação e funcionamento, estão inteiramente implicadas num tipo de progresso *simultaneamente* produtivo e destrutivo. Esta condição não pode ser consertada separando-se o lado produtivo do lado destrutivo para seguir apenas o primeiro. A ciência e a tecnologia não sairão de sua situação extremamente problemática por qualquer “experiência em pensamento”, por mais bem intencionada que seja – pela qual elas só participariam em investimentos produtivos e se recusariam a ter qualquer coisa a ver com a dimensão destrutiva de tais investimentos –, mas somente se forem radicalmente reconstituídas como formas da prática social. (MÉSZÁROS, 2011, p, 265)

O capital é incapaz de achar alternativas viáveis para a questão ambiental, tendo em vista que todas as suas alternativas sequer irão deslocar as contradições

---

<sup>30</sup> <https://data.unicef.org/resources/sofi-2021/>

inerentes ao seu fundamento. Seria um engodo afirmar o contrário. István Mészáros afirma que se encontra no passado aquela retórica da defensiva do sistema sociometabólico do capital e o seu caráter de destruição positiva, justificada pelo avanço e progresso, pois, esgotado todo seu papel civilizador, resta apenas

[...] o fator *destrutivo* dos “custos totais da produção” – a ser enfrentado dentro de limites progressivamente restritivos – torna-se cada vez mais *desproporcional* e em última análise *proibitivo*. Historicamente passamos da prática de “destruição *produtiva*” da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável. (MÉSZÁROS, 2011, p. 267, grifos do autor)

István Mészáros também busca problematizar o terceiro conjunto de questões por ele defendido que determinam a crise estrutural, que seria a impossibilidade de uma igualdade substantiva no que diz respeito à questão da liberdade feminina na atualidade da crise estrutural, como sendo outro limite absoluto que emerge na ordem do dia. Segundo o autor, o capital

não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as *relações de poder* historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária *imposta* sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema. (MÉSZÁROS, 2011, p. 268, grifos do autor).

Apoiado em Marx e Lukács, Mészáros afirma que a personificação do trabalho que se encontra na base dessa forma de sociabilidade determina todos os outros complexos sociais que coexistem através de uma reciprocidade dialética. Na atualidade histórica predominam os imperativos do trabalho alienado, como foi exposto mais acima, que sustentam a reprodução econômica do sistema sociometabólico do capital, estabelecendo um sistema social de apartamento e hierarquização, análogo e determinado pela própria forma de administração do trabalho.

A família, dentro desse contexto de poder e hierarquização, cumpre um importante papel de manutenção da ordem do capital, à medida que internaliza e reproduz valores que não permitem questionar o capital. Deste modo, o autor afirma que a luta histórica do movimento das mulheres pela emancipação deve antes de tudo se afirmar enquanto demanda prioritária à emancipação dita verdadeira, que desafia

a legitimidade do próprio capital, indo para além da igualdade formal que é tolerável dentro dos limites do capitalismo. Deste modo, acrescenta:

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamentos pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto pela indispensável subordinação do “microcosmo” específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo. A verdadeira igualdade dentro da família só seria viável se pudesse reverberar por todo o “macrocosmo” social – o que, evidentemente, não é possível. Esta é a razão fundamental pela qual o tipo de família dominante deve estar estruturado de maneira apropriadamente autoritária e hierárquica. (MÉSZÁROS, 2011, p, 271)

A família, enquanto mediação de segunda ordem<sup>31</sup>, cumpre papel decisivo no interior da reprodução do capital, não somente como reprodutora da espécie, mas enquanto instituição que se encontra articulada com todo macrocosmo social. Para Mézszáros (2011), a igualdade formal concedida à mulher no capitalismo é o máximo possível sobre os ditames do capital, tendo em vista o papel que ela ocupa no interior da família nuclear e assim também no processo de reprodução do sistema metabólico do capital. Desta forma, acrescenta que até a igualdade formal concedida tem seus limites, tendo em vista que:

A exigência da emancipação das mulheres conferiu uma nova dimensão a esses antigos enfrentamentos históricos que faziam pressão em prol da verdadeira igualdade. As mulheres tiveram de compartilhar uma posição subordinada em todas as classes sociais, sem exceção, o que tornava inegável (até pelas forças conservadoras mais extremadas) que sua demanda pela igualdade não poderia ser atribuída a uma “particular inveja de classe” e assim descartada. Esta circunstância também deixou óbvio que o “poder nas mãos das mulheres”, em qualquer sentido dessa expressão, seria inconcebível se o quadro estrutural de dominação e hierarquia de classes se mantivesse como princípio organizador da ordem sociometabólica.

---

<sup>31</sup> Mas adiante trataremos, de forma breve, sobre o papel exercido pelas mediações de segunda ordem e entre elas destacaremos o papel da família.

Mesmo que todas as posições de comando nas empresas e na política do capitalismo fossem reservadas por lei para as mulheres – naturalmente isto não poderia acontecer por uma série de razões, incluindo-se, em lugar proeminente, a estrutura existente da família; de onde a hipocritamente exagerada admissão de minorias –, um número incomparavelmente maior de irmãs continuaria em abjeta subordinação e impotência. (MÉSZÁROS, 2011, p. 286).

O que significa que:

Não se poderia encontrar nenhum “espaço especial” para a emancipação das mulheres no referencial dessa ordem socioeconômica. Por isso, o “poder nas mãos das mulheres” teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução sociometabólica alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as “microestruturas” que constituem a sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 287)

No que tange ao último ponto do debate feito por Mézszáros (2011), este desenvolve sua tese na contramão das teorias malthusianas e neomalthusianas que profetizam uma explosão populacional vinculada à escassez de alimentos. Sendo assim, o autor afirma que a “explosão populacional” na verdade é o trabalho supérfluo, que se encontra intimamente ligado a não satisfação das necessidades humanas dessa gama de trabalhadores. Demonstra que o desemprego crônico é uma problemática de caráter mundial e afeta a totalidade dos trabalhadores, sem fazer distinção dos trabalhadores qualificados ou não qualificados, com especial destaque para os países de primeiro mundo com alto índice de desenvolvimento. O desemprego crônico nos países centrais vem na contramão do que era difundido pelo próprio sistema, uma vez que esse era um problema que afetava especificamente os países mais “atrasados” e “subdesenvolvidos” do globo.

Ao resgatar Marx, Mézszáros (2011) afirma que o capital tem como tendência a diminuição do preço da força de trabalho a um valor mínimo, bem como a diminuição do trabalho vivo perante os imperativos da ciência e tecnologia que a cada dia desenvolve a maquinaria, transformando grande parte da força de trabalho em força supérflua. O desemprego sempre foi um perigo latente na sociabilidade capitalista, porém na sua fase de ascensão o capital conseguiu deslocar suas contradições através da sua lógica expansionista. Contudo, em face da crise estrutural esse problema tomou contornos inimagináveis, tendo em vista a impossibilidade objetiva do sistema do capital seguir sua lógica de acumulação e expansão.

O autor adverte constantemente que chegamos ao limite das contradições geradas pelo sistema sociometabólico do capital. Todas as saídas ditas e propostas pelos Estados nacionais se configuram em grandes falácias legitimadas por estatísticas que desempenham o papel de falsear a realidade no que tange à real situação do desemprego e do pauperismo advindo dele. Os governos têm instituído regras flexíveis e desregulamentações que expõem a força de trabalho a níveis extremos de precarização, análogos ao trabalho escravo, como por exemplo, em alguns países como Índia e China.

Os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”. Dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, tanto nos negócios como na política, soam interessantes e progressistas. E muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da ‘desregulamentação’ em variadas formas –, correspondentes, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho. [...] E as mesmas pessoas que chamam de “flexibilidade” universalmente benéfica a difusão das mais precárias condições de trabalho também ousam chamar de ‘democracia’ a prática dessa autoritária legislação antitrabalho (MÉSZÁROS, 2000, p.34).

Esta é uma das estratégias utilizadas pelo sistema do capital, face à crise estrutural, lançando mão de um conjunto de medidas reguladoras para diminuir os custos e aumentar a produtividade. O desemprego crônico constitui-se enquanto uma das principais forças mediadoras no processo de ativação dos limites absolutos postos pela crise estrutural. Mézszáros (2000, p. 35) afirma que “o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”. Sendo assim, no bojo do desemprego estrutural surge uma gama de outros problemas sociais e econômicos que se agravam através do contínuo e rasteiro processo de intensificação da crise, a qual tem em sua base o cerceamento da necessidade incontrolável do capital de alcançar níveis satisfatórios da taxa de lucro, cada vez mais altos, em uma época que tal façanha torna-se cada vez mais difícil.

Deste modo, sem alternativas concretas para uma saída no que tange à questão do desemprego crônico, as medidas mais utilizadas pelo capital, mediante os Estados nacionais, têm sido o uso de leis autoritárias que têm como principal função

ameaçar a força de trabalho com as mais diversificadas medidas, inclusive o emprego constante da força.

A ativação dos limites absolutos é colocada na ordem do dia como constituinte da crise estrutural quando o sistema sociometabólico vigente não consegue suprir as necessidades primárias da humanidade, não por determinação de uma escassez estrutural ligada ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, perante os imperativos do capital, tais necessidades não são supridas porque a humanidade não são prioridade. Podemos observar que na base da sociabilidade do capital se desenvolveram e se perpetuaram relações sociais desumanas que emanaram de forma direta ou indireta em um contínuo processo dialético entre os complexos sociais secundários e a base fundante, que é o trabalho na sua personificação de trabalho abstrato. Trata-se de relações sociais alienantes e alienadas, que em momento de universalização do fetichismo originário da mercadoria, produziram uma sociabilidade que tem na sua totalidade das relações sociais reificadas. Tem-se nesse momento histórico a supremacia, a prioridade da coisa, o material em detrimento do humano. Tal concepção é difundida de forma tão imperceptível por todas as instituições e circula pelas relações mais singulares da atualidade que é reproduzida sem o menor esforço. Deste modo, o capital se utiliza da alienação da classe operária e promove sem muita ou nenhuma resistência um cenário extremamente desumano de miséria, fome, guerras, pauperização extrema, em direto contraste com o desenvolvimento das forças produtivas capazes de suprir, das mais variadas formas, as necessidades humanas.

O esgotamento das estratégias civilizatórias do capital abre um horizonte não muito distante a caminho da barbárie, tendo em vista que o capitalismo através do sistema do capital busca, de forma incessante se manter como dominador do sistema metabólico social, sem nada a oferecer e privando o gênero humano de uma vasta possibilidade de florescer. Nosso autor demonstra também, enquanto alternativa possível, o horizonte do socialismo para a humanidade como alternativa real e objetiva à barbárie.

Assim, a necessidade de uma transição para uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defende o projeto socialista, continua na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções. Naturalmente, esta transição exige uma mudança de era – um esforço sustentado de ir além de todas as formas de dominação estruturalmente arraigadas – que não pode ser

imaginada sem uma reestruturação radical das formas e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica, em contraste com a tentativa de acomodar os objetivos socialistas às restrições paralisantes das condições herdadas, como aconteceu no passado. Pois a *raison d'être* do projeto socialista é reter a consciência dos objetivos estratégicos de transformação, mesmo sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa na direção oposta: a da “linha de menor resistência”, que leva à revitalização da incontornável força controladora do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1014).

É diante dessa reflexão, cujas bases são eminentemente objetivas, que Mézáros (2011), expõe as determinações do sistema global do capital na sociedade capitalista, apontando suas principais contradições que são impulsos ao pleno desenvolvimento do capital em detrimento da condição verdadeiramente humana. E conclui com a convicção de que no momento atual temos condições objetivas de seguir rumo ao socialismo<sup>32</sup> se assim superamos o sistema do capital.

Nessa árdua tarefa de compreender a sociedade contemporânea, e pontuar como as alienações se configuram no interior da práxis, iremos agora analisar como o capital enquanto sistema sociometabólico e senhor da atualidade histórica se constituiu em um sistema totalizador, subordinando a produção e a reprodução social aos seus ditames, sem afrouxar em nenhum âmbito seu entrelaçado e interligado conjunto de mediações.

Para melhor compreender essa característica do capital e poder pontuá-la, iremos analisar, também através dos escritos de István Mézáros, o que são as mediações de segunda ordem do capital e o seu papel enquanto estruturas historicamente determinadas que emanam da realidade social, para auxiliar o capital no seu incontornável e contínuo processo de expansão e acumulação, subordinando as necessidades verdadeiramente humanas em contraste direto com o acúmulo de riqueza privada.

---

<sup>32</sup> Como define Mézáros: “O único modo de controle social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao futuro, já que a determinação de sua própria estrutura causal permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 134).

Buscaremos demonstrar como as mediações de segunda ordem do capital fazem parte de um círculo vicioso irracional em favor da permanência do sistema, ainda que isso represente no futuro não muito distante o fim da própria humanidade.

Trataremos a seguir sobre a concepção histórica do trabalho em tempos de capital, conforme apreendido por Marx enquanto trabalho alienado, fundado e sustentado pelo sociometabolismo do capital. Buscaremos apreender como o trabalho (mediação de primeira ordem) que, conforme exposto na abertura da primeira seção, funda o ser social e desenvolve suas potencialidades e a personalidade humana, se metamorfoseia em um instrumento de opressão e dominação entre as classes, direcionando a humanidade rumo a um futuro extremamente negativo, à animalidade, à destruição da natureza e de si mesma, negando as possibilidades reais, futuras de superação das desumanidades produzidas pelo capital.

### **3.2 Trabalho Alienado, Propriedade Privada e a Divisão do Trabalho, Regidos pelo Sociometabolismo do Capital**

Nos Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, ao abordar as questões pertinentes à problemática da alienação, Marx (2015) inicia sua investigação partindo dos preceitos próprios da economia nacional, investigando e resgatando os fundamentos da sociabilidade burguesa, apreendendo a “propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, igualmente de salário, lucro do capital e renda fundiária, bem como a divisão do trabalho a concorrência, o conceito de valor de troca etc.” (MARX, 2015, p. 302).

Resgatando e utilizando os seus termos, o pensador demonstra que, a partir das revoluções burguesas, a miséria do trabalhador aumenta em proporção e dimensão inversa ao que ele produz: “o trabalhador decai em mercadoria e na mais miserável mercadoria, a miséria do trabalhador está na relação inversa do poder e da magnitude da sua produção” (MARX, 2015, p. 302). Desta forma, a sociabilidade regida pela ordem do capital tem como princípio único e imanente “a acumulação do capital em poucas mãos, portanto o mais terrível estabelecimento do monopólio [...] e toda sociedade tem de dividir-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* desprovidos de propriedades” (MARX, 2015, p.302, grifos do autor).

É partindo dessa contradição dialética entre capital e trabalho que Marx delinea as bases da sua investigação. Estas surgem da unidade contraditória que é

estabelecida entre esses dois polos em um dado momento da história da humanidade, período em que o capital assume a ordem sociometabólica da reprodução social. Sendo assim, a relação capital-trabalho deve ser aqui entendida enquanto uma unidade contraditória, tendo em vista que o capital depende do trabalho em termos ontológicos e ao mesmo tempo se sobrepõe a ele, que se expressa nesse momento histórico mediante as condições impostas pelo capital. Isto é, só pode ser trabalho alienado, mercadoria, expressão da separação do trabalhador dos meios de produções e negação da própria humanidade do homem consigo mesmo e com sua existência.

De início, Marx (2015) ao desenvolver sua teoria da alienação resgata o papel que o trabalho assume na sociabilidade capitalista e suas repercussões objetivas e subjetivas. Aqui cabe apenas resgatar o sentido do trabalho alienado enquanto categoria fundante dessa sociabilidade alienada que emerge com seu emaranhado de mediações de segunda ordem do capital. Sendo assim, partimos da afirmação de que o trabalho alienado é o fundamento que possibilita a existência desse sistema e consequentemente dessas mediações alienadas.

Mészáros (2006) realiza uma profunda abstração do pensamento de Marx (2015), ao resgatar o trabalho como ponto de convergência dos diversos aspectos da alienação. Ele afirma que o trabalho

é considerado tanto em sua acepção geral – como atividade produtiva [...] como em sua acepção particular, na forma da ‘divisão do trabalho’ capitalista. É nesta última forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – que o trabalho é a base de toda a alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 78)

Mészáros (2006) destaca que o “ponto de Arquimedes”, ou seja, o conceito crucial da engenhosa investigação de Marx (2015) é a autoalienação<sup>33</sup> do trabalho. É através da apreensão dessa categoria que ele desenvolve toda elaboração teórica de sua crítica. “O trabalho alienado, exteriorizado” (MARX, 2015, p. 314), é o ponto de partida, raiz causal de todo o complexo da alienação. E a alienação é gerada e

---

<sup>33</sup> Marx (2005), de acordo com abordagem de Mészáros (2006), abarca “todos os problemas filosóficos básicos em relação com a autoalienação do trabalho, da questão da liberdade até a do significado da vida [...], da gênese da sociedade moderna até a relação entre a individualidade e o ‘ser comunitário’ do homem, da produção de ‘apetites artificiais’ até a ‘alienação dos sentidos’, e desde uma avaliação da natureza e da função da filosofia, arte, religião e direito até os problemas de uma possível ‘reintegração da vida humana’ no mundo real, por meio de uma ‘transcendência positiva’ em lugar da *Aufhebung* meramente conceitual da alienação” (p.77).

geradora do processo de desumanização, é um complexo multidimensional, que se encontra diretamente imbricado e determinado nas relações materiais de produção.

Deste modo, e seguindo o pensamento de Marx exposto nos manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, podemos expressar que o trabalho alienado, associado aos seus íntimos desdobramentos que são a propriedade privada e a crescente divisão social do trabalho, possui em sua base quatro dimensões que se articulam e decorrem do processo de produção, em sua origem já alienado.

Sendo assim, Marx (2015) destaca e identifica as dimensões que emanam da relação sujeito e objeto<sup>34</sup> tendo o trabalho alienado enquanto mediador desse processo, e destaca que: **o trabalhador é alienado do produto de sua atividade, e no fim do processo produtivo é expropriado pelo capitalista.** O trabalhador no final do processo produtivo é separado do objeto por ele efetivado através do trabalho, ou seja, o que por ele é produzido não o pertence, e quanto mais o trabalhador produz, se aliena e se distancia de si mesmo, do processo social e da sua relação com a natureza, torna-se mais pobre em relação ao objeto que produz e do seu ser. Desta forma, podemos afirmar que:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. [...] A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o trabalhador é desrealizado até a morte pela fome. A objetivação aparece a tal ponto como perda do objeto que o trabalhador é privado dos objetos mais necessários não só da vida como também dos objetos de trabalho. [...] O trabalho produz obras maravilhosas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. (MARX, 2015, p. 304-306).

Mais adiante, explica que “Até aqui apenas consideramos a alienação, a exteriorização (*Entausserung*) do trabalhador sob um aspecto; a saber, o da sua *relação com os produtos do seu trabalho*”. (MARX, 2015, p. 308, grifos do autor). A

---

<sup>34</sup> “[...] para Marx, na relação entre sujeito e objeto, o polo regente é este último, embora, com isso, não seja diminuída a importância da subjetividade. [...] É próprio do ser social estruturar-se sob a forma de uma relação entre sujeito e objeto. Ao contrário dos animais, a relação do homem com a natureza, como fica demonstrado pela análise do trabalho, não é uma relação imediata, mas realizada através de um conjunto de mediações. São essas mediações, tanto materiais (ex.: ferramentas), quanto não materiais (ex.: linguagem) que estabelecem uma distância entre sujeito e objeto. Essas mediações são necessárias porque não há uma relação direta e imediata entre o fim pretendido e a realidade objetiva. A realidade tem que ser transformada para adequar-se ao objetivo almejado pelo sujeito. Isso implica escolhas, já que as alternativas oferecidas pela realidade são muito diversas.” (TONET, 2018, p. 103, 104).

alienação não apenas se expressa no produto do trabalho, antes disso ela é gerada e emana da atividade produtiva no processo de exteriorização ativo, que faz parte integrante da produção, o trabalhador já não se reconhece no próprio ato produtivo. Deste modo, Marx apreende **a alienação do trabalhador também como alienação da atividade produtiva**. A produção, a atividade produtiva, desde a sua formação e essência, configura-se enquanto alienação ativa. Deste modo, as determinações decorrentes desse processo só podem ser permeadas e geradoras de novos processos alienatórios. “A atividade produtiva é então a fonte da consciência e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada, ou da alienação da atividade, isto é, da auto alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p.80). O trabalho deixa de ser a realização do trabalhador em respostas à sua necessidade, deixa de representar a manifestação da sua essência, de sua vida produtiva livre e consciente, passando a ser algo forçado e imposto.

[...] o trabalho é *exterior* ao trabalhador, i.e., não pertence a sua essência, que ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physi*) e arruína o seu espírito. Por isso, o trabalhador se sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho *forçado* (*Zwangsarbeit*). Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um *meio* para satisfazer necessidades externas a ele. O caráter alienado (*Fremdheit*) evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não existe qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste” (MARX, 2015 p.308-309).

Nesse processo, o trabalhador não se realiza na sua autoatividade, torna-se um escravo, cuja única satisfação se dá executando apenas as atividades comuns aos animais, tais como: comer, beber e procriar<sup>35</sup>. A relação com a atividade do trabalho não lhe oferece satisfação no seu fazer e na sua realização, a não ser pelo ato de vendê-la.

Contudo, Marx (2015) ainda apreende que das duas importantes determinações que brotam do trabalho alienado, tem-se um terceiro aspecto decorrente das primeiras dimensões até aqui expostas, que o autor apresenta como

---

<sup>35</sup> Marx destaca que tais atividades também são “funções genuinamente humanas. Porém, na abstração que as separa do âmbito restante da atividade humana e delas se faz finalidades últimas e exclusivas, elas são animais”. (MARX, 2015, p. 309).

**a alienação do gênero humano.** Desta forma, na ordem sociometabólica do capital, o processo de trabalho corrompe a humanidade enquanto parte integrante da natureza, exatamente na soleira que a distingue dos animais, a livre atividade consciente que torna a atividade produtiva a essência genérica<sup>36</sup> do homem e da humanidade. Nesse processo, ocorre de forma degradante a perda da humanidade, de modo que os homens se apresentam no processo de trabalho como algo alheio e inconsciente, passando a ser a atividade do trabalho apenas um meio de vida, de sobrevivência.

Assim, o trabalho alienado faz: [...] *do ser genérico do homem* – tanto a natureza quanto a sua capacidade espiritual genérica (*Gattungsvermögen*) – uma essência *alienada* a ele, num *meio* de sua *existência individual*. Ele aliena o homem do seu corpo próprio, bem como a natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a sua essência humana. (MARX, 2015, p. 313-314, grifos do autor).

Ainda é possível observar uma quarta dimensão que emana do trabalho alienado, a qual se configura como **a alienação do trabalhador da sua vida genérica, alienação do homem pelo homem.** Para o filósofo alemão “quando o homem se confronta a si próprio, enfrenta-o *outro homem* [...] cada homem considera o outro segundo a medida e a relação na qual ele próprio se encontra como trabalhador”. (MARX, 2015, p.314) Sendo assim, se o trabalho alienado não permite que o homem se identifique e se afirme positivamente enquanto ser humano, na mesma medida, não permitirá que o ser social identifique humanidade em outrem.

Deste modo, o trabalho apresentado para nós nos manuscritos econômicos e filosóficos e nos textos posteriores, Marx expressa que sob o jugo do capital o trabalho assume uma face medonha e injusta, servindo única e exclusivamente para suprir as necessidades imediatas dos indivíduos, deixando para trás os atributos inerentes ao trabalho no seu sentido ontológico, ou seja, o trabalho que humaniza e que é formador de um ser social total<sup>37</sup>, livre e distinto de qualquer outro ser presente no mundo

<sup>36</sup> Mészáros (2006, p.80) resume que “o homem é único ser que pode ter uma tal ‘consciência da espécie’ – tanto subjetivamente, em sua percepção consciente da espécie a que pertence, como nas formas objetivadas dessa ‘consciência da espécie’, da indústria e às instituições e às obras de arte - e assim ele é o único ser genérico.”

<sup>37</sup> “Sobre o homem como ser ‘universal’ ou ‘total’, cf. L. Feuerbach, *Principes de la philosophie de l’avenir* (1843). ‘O homem não é um ser particular, como o animal, mais um ser universal, que por esta razão, não é um ser limitado e cativo, mas um ser ilimitado e livre [...]; esta liberdade e esta universalidade se estendem ao seu ser total’ (L. Feuerbach, *Manifestes philosophiques*. Paris, 1960, p. 196) [...]” (MARX, 2015, p. 210, 211).

natural. Porém, o homem moldado pelo trabalho alienado é limitado e pobre de espírito, tendo em vista que não desenvolve uma atividade livre e consciente, desenvolve sua atividade laboral de forma mecânica apenas como dispêndio de força de trabalho, algo típico e característico de uma sociedade que converte todas as relações sociais em processos reificados. Deste modo, o trabalhador produz para o capital e não para suprir suas necessidades.

A atividade produtiva é, então *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela 'natureza'. Isso pode ocorrer até mesmo em uma fase altamente desenvolvida da civilização, se o homem for sujeitado, como diz o jovem Engels, a 'uma lei baseada na inconsciência dos participantes'" (MÉSZÁROS, 2006, p.81)

Deste modo, sob a lógica do capital, os trabalhadores que são lançados no mercado como pássaros livres<sup>38</sup>, como bem expressou Marx, deixam em algum lugar da história da humanidade as amarras (alienações) típicas da sociedade feudal<sup>39</sup>, e assim, seguem rumo ao assalariamento, substituindo um grilhão por outro ainda mais forte, pesado e sangüinário.

Segundo Mézáros, na elaboração teórica de Marx, a noção de trabalho é "o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação" (MÉSZÁROS, 2006, p.78). Sendo assim, a partir dos escritos do filósofo húngaro, podemos afirmar com

---

<sup>38</sup> O processo de acumulação primitiva, termo criado e desenvolvido por Marx no livro I do O capital, demonstra as condições básicas instituídas no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Momento em que o capital retira do trabalhador a posse da terra e os meios de produção necessários para sua subsistência e os lança no mercado apenas com sua força de trabalho, ou seja, transforma o trabalhador em trabalhador assalariado. Deste modo, na sociedade em formação surgem dois tipos de possuidores: o trabalhador (com sua força de trabalho) e o capitalista (com os meios de produção), desta forma, se equiparam no mercado com uma falsa igualdade em uma relação de compra e venda da força de trabalho. Essa relação se intensifica ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e torna-se cada vez mais nefasta e degradante para o trabalhador, tendo em vistas as condições impostas pelo capital para seguir em seu processo de valorização.

<sup>39</sup> Mézáros (2006) afirma, baseado em Marx, que na passagem do feudalismo para o capitalismo, ou seja, no longo processo histórico de transição, as relações feudais eram baseadas e mediadas pela política, "apenas mais tarde quando a propriedade feudal da terra é derrotada e o novo modo de produção se consolida, é que o pensamento econômico adquire a forma de ciência independente. [...] O desenvolvimento da economia política visa a universalidade, [...] a economia política liberal, porém deixa bem claro que suas leis mais gerais não conhecem fronteiras e não estão sujeitas a limitações. Nessa evolução da parcialidade para a universalidade, da personificação para a impessoalização, das limitações e mediações políticas para a liberdade e imediação econômica, a economia política supera o velho fetichismo e formula claramente as condições de uma alienação sem obstáculos. Assim, a evolução da parcialidade política para a universalidade econômica significa que a alienação particular, ou 'específica', é transformada em uma alienação universal" (MÉSZÁROS, 2006, p. 127).

exatidão e clareza que “a causa última de todas as formas de alienação” (2006, p. 2015) é o “trabalho alienado”.

Porém, em toda abordagem realizada por Marx (2015) acerca da autoalienação do trabalho, Mészáros (2006, p. 78) destaca que a “‘atividade’ (*Tätigkeit*) ‘divisão do trabalho’ (*Teilung der Arbeit*), ‘intercâmbio’ (*Austausch*) e ‘propriedade privada’ (*Privateigentum*) são os conceitos essenciais dessa abordagem da problemática da alienação”. Tão importante como compreender o trabalho alienado para apreender de forma precisa e articulada as mediações de segunda ordem do capital, é compreender como esse modo de ser do trabalho funda e permite o desdobramento da propriedade privada e da divisão do trabalho em uma relação dialética direta no processo de aprofundamento das relações de dominação.

Sendo assim, Marx (2015) afirma que “a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio”. (MARX, 2015, p. 317, grifos do autor). Sendo um dos pilares da sociedade capitalista, a propriedade privada é decorrente e é desdobramento do próprio trabalho alienado, ou seja, surge em um íntimo e intrínseco processo dialético com o próprio trabalho alienado e, ao longo do desenvolvimento do sociometabolismo do capital, coexistem, portanto, em um processo de interdependência recíproca. É desta forma, “que ela é *produto* do trabalho exteriorizado e, por outro, que ela é o *meio* através do qual o trabalho se exterioriza, a *realização dessa exteriorização*”. (MARX, 2015, p. 317, grifos do autor). Ela surge do trabalho alienado e ao mesmo tempo é o chão, a base, o meio pelo o qual o trabalho se aliena.

Esta íntima relação estabelecida entre trabalho alienado e propriedade privada repercute e tem desdobramentos importantes no interior da sociedade civil, à medida que um dos resultados do trabalho alienado é sua apropriação privada da riqueza que dele se origina. Assim como na produção, na vida cotidiana dos indivíduos podemos observar o isolamento da sua vida genérica (MARX, 2015), decorrente desse processo.

A relação da propriedade privada contém em-si latente a relação da propriedade privada como *trabalho*, assim como a relação da mesma com o *capital* e a *ligação* de ambas expressões uma com a outra. A produção da atividade humana como *trabalho*, portanto como uma atividade totalmente alienada a si, ao homem e à natureza, portanto também alienada à consciência e a expressão da vida; a existência

abstrata do homem como um simples *homem de trabalho*, que, portanto, pode precipitar-se diariamente do seu nada preenchido (*erfüllten*) para o nada absoluto, para a sua não existência social e, por isso, a sua não existência real – assim como, por outro lado, a produção do objeto da atividade humana como *capital*, em que toda a determinidade natural e social do objeto está *apagada*, [...] (MARX, 2015, p. 326, grifos do autor).

A propriedade privada em suas mediações relaciona-se com o capital e o trabalho, ou seja, enquanto materialização e acúmulo do trabalho alienado do homem, que foi por ele produzido, mas não lhe pertence. Sobre o jugo do capital, a propriedade privada aliada à divisão do trabalho cumpre a função de auxiliar no processo de acumulação de riquezas e assim ampliar ainda mais o capital.

Marx (2015) demonstra que a propriedade privada<sup>40</sup>, no que concerne ao impacto de sua função na humanidade, torna os seres humanos “estúpidos e unilaterais”. Conforme o autor, “um objeto só é *nosso* se o tivermos, portanto se existir para nós como capital, ou se for imediatamente possuído, comido, bebido, trazido no corpo, habitado por nós etc., em resumo *usado*” (MARX, 2015, p.349, grifos do autor). Afirma ainda que os produtos aparecem como meios de vida, porém, o único meio permissível é a propriedade privada, o trabalho alienado e o capital. Em oposição a esse ser alienado, Mézáros (2006, p.106) argumenta que o “'verdadeiro homem' – a 'verdadeira pessoa humana' – não existe realmente na sociedade capitalista, salvo em uma forma alienada e reificada na qual encontramos a ele como 'trabalho' e 'capital' (propriedade privada) opondo-se antagonicamente.”

Deste modo, ao resgatamos ao longo do texto o conceito de trabalho alienado desenvolvido por Marx (2015) e demonstrar a sua contraditoriedade em relação ao trabalho em sua acepção geral, no seu sentido ontológico, enquanto gerador de valor de uso e meio para a satisfação das necessidades dos seres humanas, seguindo o pensamento de Marx e Engels, (2009), se faz necessário apreender a divisão do trabalho e a propriedade privada como “expressões idênticas: a primeira enuncia em

---

<sup>40</sup> Marx (2015) traz esse debate em contraposição à economia política, à medida que reconhece seus avanços em relação ao se desligar das velhas formas de fetichismo inerentes à propriedade feudal. Também afirma que no lugar das formas fetichizadas da era feudal, foram instauradas novas formas de fetichismo ainda mais potentes, e assim a economia política se torna “impotente para enfrentar o fetichismo da mercadoria”. Afirma que a propriedade e suas consequências sobre a humanidade devem ser entendidas historicamente, sob a luz do trabalho alienado como uma determinação dele. Desta forma, se contrapõe firmemente à economia política e sua abordagem limitada de que a “essência da natureza humana” é egoísta. Marx nega a essência humana egoísta, pois não aceita que na realidade algo seja fixo. Para ele, o homem se **torna algo** através de sua atividade que tem na sua base o dinamismo; ao transformar o meio, o ser social também se transforma. Sendo assim, segundo Marx, nada é fixo ou eterno.

relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade.” (MARX, 2015, p. 46).

Seguindo a linha de pensamento do nosso autor no tocante aos desdobramentos do trabalho alienado, percebe-se que este auxilia de forma direta no êxito do sistema capitalista de produção. A divisão social do trabalho<sup>41</sup> embora seja comum às formas anteriores de sociedade, na passagem do feudalismo para o sistema capitalista de produção assume função antes nunca vista na história das formações econômicas e chega a um nível alto de nocividade. Mézáros (2006, p.131) define a “divisão do trabalho como uma expressão econômica que só se aplica às condições de alienação”, e afirma que “os economistas políticos confundem ‘a sociabilidade do trabalho’ – uma condição absoluta da sociedade – com a divisão do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p.131-132).

[...] a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade [17] a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. (MARX, 2009, p. 46-47, grifos do autor).

Como explicitado em momentos anteriores deste trabalho, na sociabilidade capitalista as relações sociais são movidas e direcionadas pelo valor de troca, como prioridade sobre o valor de uso<sup>42</sup>. Desta forma, o valor de troca assume a condição de meio e se estende à totalidade social. O produtor e o produto já nascem como mercadorias que podem e devem ser vendidas, ou seja, “para tornar-se mercadoria,

---

<sup>41</sup> Cabe aqui salientar que nos deteremos nas formulações de Marx em *A ideologia Alemã* (2009), bem como no livro I de *O capital* (1983) no que tange ao seu debate acerca da divisão do trabalho sobre o jugo do capital no processo de exploração do homem pelo homem. Estamos cientes do enorme esforço de Marx para realizar a distinção essencial entre divisão social do trabalho que surge com as primeiras famílias e tribos e se desenvolve como componente orgânico do processo de trabalho em todas as sociedades e a divisão do trabalho na manufatura, que no sistema sociometabólico do capital auxilia diretamente no processo de exploração do trabalhador e assume em tempos de Crise Estrutural do Capital, contornos extremamente nocivos para a classe operária como um todo.

<sup>42</sup> “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...] O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1983, p. 45-46).

é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1983, p. 49).

Marx (1983) afirma ainda que a divisão do trabalho que implica no desenvolvimento e complexificação da atividade produtiva existe independente da mercadoria enquanto expressão do sistema capitalista; de forma contrária, não existe possibilidade de existência do sistema de produção de mercadorias sem a divisão do trabalho.

Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho. (MARX, 1983, p. 50).

A divisão do trabalho<sup>43</sup> auxilia no dinamismo da produção, acelerando e potencializando o valor das mercadorias, tendo em vista que os valores das mercadorias são determinados pela quantidade de trabalho que foi gasto para produzi-las, ou seja, “enquanto valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”. (MARX, 1983, p. 48). Como a produção não é direcionada para a satisfação das necessidades humanas e sim para realização do capital, a divisão do trabalho se intensifica seguindo o progresso e o desenvolvimento das forças produtivas e assume sobre a égide do capital uma forma particular. A “acumulação de capital aumenta com a divisão do trabalho e a divisão do trabalho aumenta com a acumulação do capital” (MÉSZÁROS, 2006, p. 130).

---

<sup>43</sup> Marx (2009, p. 79-87) afirma que “a divisão do trabalho foi a separação da produção do intercâmbio, a formação de uma classe especial de comerciantes [...] com a expansão do comércio pelos comerciantes para além dos arredores imediatos da cidade [...] de uma cidade são levadas para as outras ferramentas, e a divisão entre a produção e o intercâmbio em breve dá origem a uma nova divisão da produção entre [45] cada uma das cidades. [...] A divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve por consequência imediata o nascimento das manufaturas nos ramos de produção que tinham ultrapassado o sistema corporativo. [...] Com a manufatura liberta das corporações mudaram também, imediatamente, as relações de propriedade. [...] A manufatura, em geral o movimento da produção, recebeu um enorme ascenso com o alargamento do intercâmbio que teve lugar com o descobrimento da América e do caminho marítimo para as Índias. [...] A expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação de capital móvel [...] criaram uma grande burguesia. [...] a concentração do comércio e da manufatura num país, a Inglaterra, criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com ele, uma demanda por produtos manufaturados, [...] ingleses que já não podia ser satisfeita pelas forças produtivas até aí existentes na indústria. [...] surge a grande indústria.” Com o aprofundamento da divisão do trabalho, é possível observar um alargamento na distância entre o que é produzido e a pobreza material e espiritual do trabalhador, que nesse processo é partícipe apenas de um movimento repetitivo.

Marx (1983, p. 269) destaca que a divisão do trabalho assume características distintas e adota “uma espécie particular de cooperação”. Expõe que o trabalhador perdeu a noção de totalidade do processo de trabalho, passando a desenvolver trabalhos parciais e unilaterais. O processo de trabalho se fragmenta em inúmeras partes.

O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiadas a uma artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão acidental se repete, mostra suas peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. (MARX, 1983, p. 268)

Desta forma, a divisão do trabalho assume um caráter peculiar e sobre o comando do trabalho alienado, cumpre o papel de cindir ainda mais os trabalhadores, à medida que, os mesmos não se reconhecem, pois não participam do processo de produção em sua totalidade haja vista que executam diferentes trabalhos de forma parcial, automática e repetitiva. O trabalhador não se realiza em suas potencialidades.

Assim, a divisão do trabalho se transforma no oposto de seu sentido e funções originais. Ao invés de libertar o homem de sua dependência da natureza, ela continua a criar limitações novas e artificiais, desnecessárias. Assim, paradoxalmente, devido à ‘lei natural baseada na inconsciência dos participantes’, quando mais a propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – estende seu poder e sua esfera, fornecendo ao homem-mercadoria uma grande abundância de mercadorias, tanto mais tudo se torna sujeito a um poder exterior ao homem. E para tornar a contradição ainda mais aguda, isso se aplica não só ao trabalhador, mas também ao dono da propriedade privada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 134-135).

Se contrapondo à economia política, Mézáros (2006, p. 131), “define a divisão do trabalho como uma expressão econômica que só se aplica às condições de alienação”. E afirma que é historicamente possível e legítimo “pensar na superação da alienação precisamente porque é possível opor o caráter social do trabalho à alienante condição histórica da divisão do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p.132).

De acordo com Marx, uma vez que a atividade vital deixa de ser regulada com base na propriedade privada e na troca, ela irá adquirir o caráter de atividade do homem como *ser genérico*. Em outras palavras: o caráter social do trabalho irá manifestar-se diretamente, sem a mediação alienante da divisão do trabalho. Do modo como as

coisas estão, porém, a divisão do trabalho torna as coisas e os poderes da vida independentes do homem, e faz que eles o governem<sup>44</sup> (p. 132).

Este breve resgate do trabalho alienado, da propriedade privada e da divisão do trabalho, bem como, a dialética interação entre tais categorias fez-se necessário, porque abre o campo para o debate acerca das mediações de segunda ordem do capital e para o debate de Mészáros (2011) acerca desse emaranhado de mediações que na atualidade reforçam e mantêm o capital em uma unidade coesa, apesar da sua crise estrutural que é imanente à essência de qualquer sistema sociometabólico.

Cumprido aqui expor que o processo de complexificação da sociedade e conseqüentemente das relações sociais – que devido às demandas impostas pela relação capital impuseram-se e impulsionaram as modificações ocorridas na sociedade e nas relações de trabalho,<sup>45</sup> – não alterou em nada a estrutura fundamental da sociabilidade capitalista, que tem em sua base o trabalho alienado.

Esse debate se fez necessário, tendo em vista que o que hoje conhecemos como mediações de segunda ordem do capital, foi denominado por Mészáros após estudo minucioso da análise dos escritos de Marx acerca da alienação do trabalho, como a raiz causal de todo o complexo de alienações.

Desta forma, adentraremos no próximo item, e iremos demonstrar que, na atualidade, com o aprofundamento das relações de dominação, a alienação abrange a totalidade das relações sociais de tal modo que o “capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, mas também pela maximização da tendência à alienação, a tal ponto que é a existência mesma da humanidade que está agora em jogo.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 228). Essa tendência à máxima alienação em momento de crise estrutural do capital é reforçada e assegurada pela teia de mediações de segunda ordem do capital, que busca a todo custo, ao custo da humanidade, realizar ajustes cada vez mais temporários nas contradições e antagonismos gerados pelo sistema, numa luta incessante de manter o capital como senhor do sistema sociometabólico da humanidade, não importando as

---

<sup>44</sup> Marx se ocupou dessa questão desde cedo e anotou certa feita em um caderno: ‘do que decorre o fato de os poderes vitais do homem se erguerem vigorosamente contra ele? Resposta breve: decorre da divisão do trabalho, cujos graus dependem do desenvolvimento das forças produtivas’ (MEWE, v. III, p. 540 apud MÉSZÁROS, 2006, p. 132).

consequências. Deste modo, nega sem receios e sem medir os meios inescrupulosos, um futuro<sup>46</sup> diferente do que ele projetou.

### 3.3 O Sociometabolismo do Capital e suas Mediações de Segunda Ordem

Neste item, buscamos compreender através da nossa investigação sobre os escritos de Mészáros o funcionamento da lógica interna do capital, bem como suas estruturas de segunda ordem, sejam elas econômicas, políticas ou de cunho ideológico que, articuladas de forma centrífuga, corroboram decisivamente no processo de permanência do capital, mesmo diante de uma lógica autodestrutiva, seja para o próprio capital, seja para a humanidade.

Dando continuidade à análise do estudo do filósofo húngaro István Mészáros no que concerne a categoria da mediação, iremos pontuar suas considerações acerca das mediações de segunda ordem, tendo em vista que se configuram enquanto mediações alienadas do capital, interpostas entre o homem e natureza e entre os próprios homens. Tais mediações auxiliam o capital no seu processo de reprodução e o garantem como o único “regulador sociometabólico do processo de reprodução material, que em última análise, determina não somente a dimensão política, mas muito mais além dela” (MÉSZÁROS, 2011, p. 29) e assim satisfazem de forma incansável e incontrolável as necessidades do próprio capital de forma “eternizadora”.

Já mencionamos em várias passagens que o ser humano e toda sua existência são inconcebíveis sem o ato do trabalho, em todas as formas de sociabilidade, e na atual forma de sociedade comandada pelo capital a atividade produtiva<sup>47</sup> é o único fator absoluto em todo o complexo **trabalho – divisão do trabalho – propriedade**, porque o homem necessita transformar a natureza para responder às suas necessidades materiais e espirituais.

Mészáros refuta de forma categórica as teorias que afirmam a rejeição de Marx em relação às mediações em geral, ou seja, as mediações primárias (trabalho ontológico), que tais colocações nunca seriam dialéticas, sua rejeição parte de “uma

---

<sup>46</sup> Dada a inalterável temporalidade retroativa do capital e seu defeito estrutural de negação do futuro, no sentido de estabelecer enquanto único futuro permissível, seu fundamento só pode ser reativo e retroativo, ou seja, qualquer abertura ou reestruturação possível será comprimida e reabsorvida pelo sistema em um molde estruturalmente compatível com o capital.

<sup>47</sup> Aqui seguindo os estudos de Mészáros de acordo com sua interpretação de Marx, especificamente aquelas retiradas dos Grundrisse, de onde compreendemos o conceito de atividade produtiva como ato do trabalho que gera valores de uso.

série de mediações de segunda ordem (**propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho**), uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* de automeiação ontologicamente fundamental do homem com a natureza.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78, grifos do autor) que se configura e se expressa através do trabalho assalariado.

A inter-relação original do homem com a natureza é transformada na relação entre **trabalho assalariado e capital**, e no que concerne ao trabalhador individual o objetivo de sua atividade está necessariamente confinado à sua auto-reprodução como simples indivíduo, em seu ser físico. Assim, os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem. (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Neste sentido, as mediações de segunda ordem do capital se sobrepõem às mediações de primeira ordem, que são ontologicamente necessárias para a reprodução dos indivíduos e da sociedade. Nascem como formas historicamente específicas e alienadas das mediações de primeira ordem. Sendo assim, a distinção feita anteriormente, entre o trabalho como categoria ontológica e a forma que o trabalho assume na sociedade do capital, enquanto trabalho abstrato é de fundamental relevância, tendo em vista que, ao generalizarmos o trabalho abstrato desconsiderando que ele corresponde a um determinado momento histórico, negamos a possibilidade, igualmente histórica, de superação dessa ordem. E como bem expôs Mézáros (2006(p. 79) estaríamos com isso “inviabilizando o surgimento da questão de uma transcendência (prática) real da alienação”.

De acordo com Mézáros (2011), as mediações de segunda ordem surgem em um momento específico da história da humanidade. Afirma o autor que as sociedades precedentes ao sociometabolismo do capital “eram caracterizadas por um grau elevado de *autossuficiência* no relacionamento entre a produção material e seu controle”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 101, grifos do autor). Tal característica se estende desde as sociedades tribais primitivas até as sociedades de “economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média”. (MÉSZÁROS, 2011, p.101). Deste modo, com o desabrochar rumo à consolidação do capital,

[...] esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o *vitorioso avanço do modo de controle do capital*,

trazendo consigo, no devido tempo, também a *difusão universal da alienação e da reificação*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 101; grifos nossos).

Desta forma, são introduzidos componentes fetichizados e alienados de controle social, tendo em vista que o capital ao se consolidar é “fundamentalmente incontrolável”. Desconhece de forma ferrenha as mediações que visam relações de produção autossuficientes, “as unidades econômicas do sistema do capital *não necessitam nem são capazes* de autossuficiência”. (MÉSZÁROS, 2011, p.1102, grifos nossos). Desta forma, pela primeira vez na história da humanidade, os indivíduos se deparam com um sistema sociometabólico que, para se consolidar de forma global, reconhece qualquer obstáculo em seu caminho como impulso à sua realização, descartando toda e qualquer necessidade humana.

Ao se opor às estruturas anteriores que visavam à autossuficiência, nas quais produção e consumo remetem ao valor de uso, o capital altera essa relação e, “como produtor de valor historicamente específico só pode ser consumado e ‘realizado’ (e, por meio de sua ‘realização’ simultaneamente também reproduzido numa forma estendida) se penetrar no domínio da *circulação*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102) e assim realizar o círculo vicioso da sua mais-valia, submetendo o valor de uso em relação ao valor de troca.

Liberto das amarras da autossuficiência, o capital torna-se o maior “*extrator do trabalho excedente*”. Segundo Mézáros (2011):

[...] a ‘força bombeadora’ do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece *fronteiras*, (embora tenha limites estruturais, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 103, grifo do autor)

Ao se consolidar e se generalizar, o capital introduz no menor microcosmo suas determinações. Desta forma, quando emerge das ruínas do sistema feudal e se universaliza através da mediação econômica<sup>48</sup>, como senhor do sistema

---

<sup>48</sup> Mézáros afirma que ao longo do desenvolvimento do capital no processo de consolidação enquanto sistema sociometabólico ocorre um progressivo afastamento do comando político que representava e dominava as mediações no sistema feudal. Durante esse processo, o capital institui no lugar das mediações até então dominantes um sistema próprio de mediações eminentemente econômicas que têm em sua base o sistema de troca; afirma que tal sistema, agora dominante, tem uma forte tendência à universalização. Fala que isso foi possível porque o capital, embora tenha uma lógica perversa,

sociometabólico da humanidade, generaliza consigo seus tentáculos alienados e reificados. Sendo assim, a emergência das mediações de segunda ordem é simultânea à emergência do capital.

O capital se constitui enquanto uma dinâmica relação social, ou seja, um sistema totalizante de relações alienadas e alienantes. Mészáros (2011) afirma que ao se comparar o sistema sociometabólico atual em relação aos seus antecedentes históricos, o

[...] capital se torna a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si” (p. 96). Sendo assim, “*em última análise o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico* [...] este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano [...] surgindo no curso da história como a mais poderosa *estrutura totalizadora* de controle” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifos do autor)

Desta forma, essa característica totalizadora

torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomadas de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia [...] mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. (MÉSZÁROS, 2011, p. 98, grifos do autor).

Mészáros também aponta que as mediações de segunda ordem, na condição de estruturas de controle do capital, se articulam e se consolidam enquanto força de comando até com as menores estruturas singulares, chegando a determinar as oportunidades de vida dos indivíduos, que estão inevitavelmente articuladas e “determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital.*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98, grifos do autor).

Porém, ele alerta para o fato de que apesar da sua força incontrolável que se expressa na forma de controle sociometabólico, o principal problema do sistema do

---

redimensiona de forma positiva (comparado ao desenvolvimento das forças produtiva no sistema feudal) as mediações reprodutivas, que em alguns casos são anteriores à própria consolidação do capital.

capital “é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações ao longo do prazo”. (MÉSZÁROS, 2011, p.175, grifos do autor)

Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 175, grifos do autor)

O capital, no que concerne à sua estrutura, apenas reconhece aqueles limites que são capazes de serem remanejados e tratados segundo seus efeitos, ou seja, “seus esforços remediadores ‘visam’ a modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias” (MÉSZÁROS, 2011, p.175). Seria inevitável o fim do sistema do capital, se assim reconhecesse que os problemas atuais são causados pelo seu modo de reprodução social, isso seria suicídio, coisa que o sistema jamais iria cometer, tendo em vista sua necessidade a todo custo de se manter como senhor da humanidade.

A razão por que o capital é estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas – em vez de tratar a todas as dificuldades e complicações emergentes como efeitos manipuláveis com maior ou menor sucesso – é que esta é a *sua própria fundamentação causal*: uma verdadeira *causa sui* perversa. [...] Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômico que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. [...] Os fundamentos causais que autoimpõem o sistema não podem ser questionados sob hipótese alguma. Quando aparecem os problemas devem ser tratados como disfunções ‘temporárias’, a serem remediadas com a reafirmação sempre mais rigorosa do imperativo da reprodução expandida. (MÉSZÁROS, 2011, p. 176)

O sistema sociometabólico do capital não reconhece a possibilidade de um futuro positivo. Desconhece qualquer planejamento que vise um longo prazo, mesmo que traga prejuízos ao seu funcionamento. O único futuro permissível para o capital é aquele que possa ser projetado de forma direta o passado e o presente, seu ponto de partida será sempre o que foi acumulado no agora. Desta forma, institui um “círculo vicioso de curto prazo”, no qual seu sistema de mediações possa comandar as relações sociais. Ele necessita dessa negação do futuro para permanecer como senhor do sistema, negando e destruindo qualquer possibilidade e abertura de outro

futuro possível para a humanidade, que não seja o preconizado pelo seu sistema de mediações.

*A inalterável temporalidade do capital é a posteriori e retrospectiva. Não pode haver futuro num sentido significativo da expressão, pois o único 'futuro' admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2011, p. 177, grifos do autor).*

Desta forma, as mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso cuja aparência não permite fuga possível, tais mediações típicas da ordem do capital negam e escamoteiam as mediações primárias<sup>49</sup>, indispensáveis para a reprodução social em qualquer forma de sociabilidade; colocam o valor de uso dos objetos como submisso e inerte ao valor de troca. Na condição de senhor do sistema, não admite a intervenção de qualquer princípio regulador de cunho socioeconômico que por ventura almeje cercear sua dinâmica a expansão e acumulação.

Para Mézáros (2011, p. 180, grifos nossos) o sistema de mediações de segunda ordem do capital pode ser indicado como sendo:

**a família nuclear, os meios alienados de produção e suas personificações, o dinheiro e suas inúmeras formas, os objetivos fetichizados da produção, o trabalho separado da possibilidade de controle, as variedades de formação do Estado do capital e o incontrolável mercado mundial.**

Nos próximos tópicos, abordaremos a partir dos estudos de Mézáros os determinantes históricos-materiais que culminaram no surgimento de cada mediação de segunda ordem, além de discutirmos cada uma delas, bem como destacaremos sua relação no processo de reforço e manutenção do capital em tempos de crise estrutural.

### 3.4 A Família Nuclear

No intuito de aprofundar o conhecimento acerca das mediações de segunda ordem, citadas acima por Mézáros (2011), buscaremos compreendê-las a partir do papel que cada uma desempenha na estrutura do controle social exercido pelo capital. Partiremos assim, da compreensão de que o capital, como demonstramos na primeira

---

<sup>49</sup> O autor adverte que na atualidade, apesar do subjugo das mediações primárias em relação às mediações de segunda ordem, o trabalho é impensado separado da atividade industrial organizada e incrementada pela alta tecnologia.

seção, vive um momento de crise no que tange ao seu controle sobre o metabolismo social. Mézáros demonstra que tal crise afeta diretamente as instituições sociais, apesar dos enormes esforços dessas mediações no intuito de manter a ordem social e assim o comando do capital.

Iniciaremos com o conceito de **Família Nuclear**<sup>50</sup>, uma instituição social que, além de ser indispensável no microcosmo, no processo de reprodução da espécie, também se articula com o macrocosmo social, para cumprir sua função no processo de reprodução das relações produtivas no sistema do capital; nesse emaranhado de mediações, mantém-se em um processo vicioso com a mediação do Estado e as suas leis, garantindo e afirmando a reprodução do capital e a reprodução do próprio Estado.

O conjunto das mediações de segunda ordem desempenha na estrutura circular do capital uma relação de reciprocidade; elas existem articuladas e unidas de forma a garantir o controle sociometabólico do sistema atual. Esta articulação coesa impede que os esforços parciais que visam à emancipação não tenham êxito e que muitas vezes fiquem apenas na projeção de uma tentativa. Isso é possível porque o capital precisa manter vívida a sua capacidade de se autogerar e autoimpor.

Mézáros (2011) demonstra que a constituição destas mediações configura um longo processo cumulativo, pois “pela repetição espontânea das práticas exigidas para boa troca” (MÉSZÁROS, 2011, p. 189) no decorrer do processo histórico, a mediação denominada família sofreu inúmeras modificações fundamentais<sup>51</sup> até se consolidar enquanto família monogâmica, firmada na base da propriedade privada e da completa dominação do homem. Desta forma, tal mediação, já existente na reprodução social, se junta e se articula com outras mediações existentes e passa a ser moldada e determinada pelo capital para cumprir uma função social precisa no processo de reprodução do capital.

Naturalmente, quanto mais esses fatores e essas práticas de reprodução se fundem por meio de sua *repetição cumulativa*, mais tendem a constituir um *sistema* poderoso e a se reforçar mutuamente.

---

<sup>50</sup> As mediações foram pontuadas seguindo a sequência que o autor as desenvolveu na sua obra, porém podemos acrescentar que todas desempenham um papel no processo de constituição do controle social do capital sobre o trabalho, tendo em vista que o conjunto de mediações de segunda ordem do capital se articula e se interaciona de forma recíproca em um círculo vicioso incansável. Porém, destacamos que a mediação do Estado cumpre papel decisivo no processo de afirmação do capital, constituindo o braço político e compondo o tripé de sustentação desse sistema.

<sup>51</sup> Devido aos limites do objeto da pesquisa, neste trabalho não achamos pertinente resgatar todos os antecedentes e formas que a mediação família assumiu ao logo da história da humanidade. Podemos mencionar como referência o livro escrito por Friedrich Engels “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”.

Dessa maneira, também intensificam simultaneamente a influência combinada do conjunto do sistema emergente, graças aos complexos intercâmbios e ao funcionamento cada vez mais reciprocamente complementar de suas partes. Assim, as contingências originais são progressivamente empurradas para o fundo, abrindo espaço para a *necessidade* geral cada vez mais arraigada. Pois, uma vez que as mediações da segunda ordem estejam articuladas e consolidadas como um *sistema* coerente torna-se praticamente impossível eliminar isoladamente uma ou outra de suas estruturas e funções mediadoras específicas ou introduzir, no sistema firmemente estabelecido, fatores rivais estruturalmente novos e diametralmente contrários à sua complexa rede de partes constituintes mutuamente reforçadoras. (MÉSZÁROS, 2011, p. 189, grifos do autor)

Mészáros é preciso ao afirmar que a mediação família possui antecedentes históricos à constituição do sociometabolismo do capital. Tais mediações se fundiram ao processo de desenvolvimento do capital, mais poderoso e qualitativamente<sup>52</sup> coerente, comparado ao sistema sociometabólico que o precedeu. Desta forma, “é muito importante ressaltar que o demorado processo de constituição das mediações de segunda ordem do capital é *cumulativo*, mas de maneira alguma *uniforme*.” (MÉSZÁROS, 2011, p.189, grifos do autor). Para dar um exemplo importante,

a consolidação da família nuclear – sintonizada com a necessidade de *relações flexíveis de propriedade* adequadas às condições de alienabilidade e reificação universais e também à exigência essencial da boa reprodução de uma *força de trabalho móvel* sem a qual a fase *capitalista* do desenvolvimento do sistema do capital talvez não funcionasse – é um fenômeno histórico bem posterior ao aparecimento das relações dinâmicas de troca monetária. (MÉSZÁROS, 2011, p. 207)

Na incansável tentativa em dar ênfase à historicidade do capital e se contrapor aos seus apologistas que reconhecem como sendo uma virtude a sua “inalterável temporalidade”, ou seja, a negação do futuro possível, eternizando o capital como único futuro permissível, o autor demonstra que é através do lento processo cumulativo de constituição e consolidação do capital que são instituídas relações sociais alienantes específicas entre as relações sociais anteriormente estabelecidas

---

<sup>52</sup> Mészáros esclarece que o processo cumulativo e a fusão de mediações anteriores à consolidação do capital só são possíveis porque o capital permite um redimensionamento qualitativo a essas mediações se comparado aos sistemas sociometabólicos que o precederam. Deste modo, o fato desses antecedentes se fundirem ao capital não representam - ao contrário do que defende o pensamento burguês e sua defesa eternizadora do capital – uma justificativa para assim eternizar o sistema do capital.

e postas entre as pessoas, que emanam das relações de produção agora através do trabalho alienado, como expomos acima.

O capital, como senhor do sistema sociometabólico e componente fundamental do seu processo, exige um controle social dominante, hierárquico e discriminatório, que segundo Mészáros (2011) está em sintonia com os princípios estruturadores da sociedade antagônica e seguindo as determinações da regulamentação das relações de trabalho (macrocosmo).

Conforme esse raciocínio, e compreendendo que os complexos sociais em seu dinamismo funcionam em reciprocidade com os outros complexos existentes na reprodução social, temos que até o microcosmo mais insignificante deve funcionar em reciprocidade com o seu conjunto.

Desta forma, as determinações do macrocosmo, em certa medida, no caminho que encontrarão seu equivalente, determinaram todas as relações em todos os níveis de intercâmbio humano, “até mesmo nas menores ‘microestruturas’ ou ‘microcosmo’ da reprodução ou do consumo habitualmente teorizado pelo nome família” (MÉSZÁROS, 2011, p. 268) encontraremos as relações hierarquizadas e mascaradas pela igualdade formal.

O menor de todos os “microcosmos” da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra. Nesse aspecto, não é menos importante seu papel essencial na reprodução do *sistema de valores* da ordem estabelecida da reprodução social, *totalmente oposto* – como não poderia deixar de ser – ao princípio da verdadeira igualdade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 269-270, grifos do autor).

Ainda acerca do debate que trata o conceito de família nuclear, encontra-se a questão do papel e função que a mulher ocupa nessa estrutura, aspecto já tratado no item dos limites absolutos do capital, que estão imbricadas com a luta das mulheres por uma igualdade verdadeira, que para nosso autor é impossível nos moldes da sociedade dominada pelo capital,

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevaemente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle

metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamentos pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto pela indispensável subordinação do “microcosmo” específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 271, grifos do autor)

Ao citar os limites absolutos do capital, aqueles que não podem ser remanejados, ou seja, que anunciam as possibilidades de destruição do sociometabolismo do capital e da possível construção de relações humanas verdadeiramente positivas, o autor resgata a questão da igualdade substantiva da mulher sobre a égide do capital. A impossibilidade real demonstrada por Mészáros no que tange à igualdade real da mulher na sociedade do capital se articula no âmbito do microcosmo com o papel hierarquizado e patriarcal desempenhado pela família nuclear na internalização do sistema de valores exigidos pelo capital para que o papel da mulher esteja em consonância com as exigências reprodutivas do capital.

Deste modo, as relações estabelecidas entre as pessoas são de suma importância, tendo em vista que são historicamente mutáveis. Na era comandada pelo sociometabolismo do capital, observamos com base nos estudos de Mészáros (2011), que o entendimento da família nuclear e o seu papel na estrutura hierárquica do capital perpassa as principais determinações impostas e exigidas pelo processo produtivo do capital. Cumprem o papel de instituir no nível do microcosmo e macrocosmo relações alienantes e conflituosas permeadas por contradições, dominações e exploração. As relações instituídas no seio da família nuclear são configuradas pelos valores do patriarcado, do racismo e principalmente pelas demandas exigidas na institucionalização e consolidação do capitalismo, representando uma unidade firme que impossibilita, na sua parcialidade, a emancipação feminina nos moldes socialistas.

A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Tanto isso é verdade que, quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifesta de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores – como a crescente onda de crimes, por exemplo –, os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da

responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”. (MÉSZÁROS, 2011 p. 272-273)

Deste modo, uma questão bem mais ampla, de cunho estrutural, o redimensionamento e o papel que cada família vem desenvolvendo no processo de internalização dos valores exigidos pelo capital. Neste sentido, “o aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271, grifos do autor).

Enquanto instituição social a serviço do capital, a família cumpre um papel autoritário e hierárquico, auxiliando-o em seu processo de reprodução, demonstrando uma total incompatibilidade com as mediações que visam à igualdade substantiva.

Face ao exposto, é possível concluir que a família nuclear se encontra assim como o capital, em uma crise, demonstrada pelas inúmeras reivindicações pela igualdade substantiva e pela luta das mulheres para que se objetive a verdadeira emancipação.

Outra dimensão fundamental do problema que nos preocupa é a piora da posição das mulheres, como resultado das mudanças na estrutura familiar resultantes dos imperativos do capital e diretamente associadas à indispensável ampliação do círculo consumidor. As contradições também estão claras nesse terreno; por um lado, o processo ininterrupto de reprodução do capital precisa seriamente de mudanças ocorridas no consumo (que parecem continuar com a mesma intensidade) mas, por outro lado, o sistema está ao mesmo tempo exposto aos riscos e perturbações que surgem da crescente instabilidade da “família nuclear”. Em outras palavras, o capital depende da continuidade dessas mudanças e tende a ser por elas enfraquecido. (MÉSZÁROS, 2011, p. 302).

Isso posto, partiremos agora para outra forma de mediação de segunda ordem, apresentada por Mézáros e essencial para a produção e reprodução do capital, representando em seu contexto geral a grande força do capital.

### **3.5 Os Meios Alienados de Produção e suas Personificações**

Ainda articulada e pertencente às partes que compõem esse emaranhado de mediações forjadas pelo capital, Mézáros (2011, p.180) pontua como mediação

originária do capital os **meios alienados de produção e suas personificações**, “pelos quais o capital adquire rigorosa ‘vontade férrea’ e consciência inflexível para impor rigidamente a todos, submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente”.

Afirma que cada modo de produção traz consigo suas personificações, que irão corresponder às exigências necessárias para seu desenvolvimento. Isso ocorreu com todos os modos de produção anteriores ao capital. Durante a consolidação da formação econômica burguesa, o capital vai subjugando e substituindo as mediações de autossuficiência produtiva por novas mediações que carregam em seus núcleos o valor de troca e assim também a universalização da alienação e reificação. Essa forma específica do sistema sociometabólico do capital se processa, desenvolve e se dá prioritariamente pelas suas personificações do trabalho e do capital.

Marx (1999) afirma que ao longo do desenvolvimento do capital enquanto relação social, ou seja, no início ou em sua fase madura, especificamente na sociedade capitalista, o pressuposto básico que constitui o sistema é a separação dos produtores dos meios de produção necessários para produção e reprodução de sua subsistência. Desta forma, ao longo desse processo histórico de consolidação do capitalismo, os meios sociais de produção foram transformados em capital privado e os trabalhadores em trabalhadores assalariados possuidores de uma única mercadoria, sua força de trabalho. Sendo assim, esse processo implicou “a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital” (MARX, 1999, p.292).

Foi através de um longo e complexo processo de transição<sup>53</sup> consolidado com as revoluções burguesas que os até então produtores típicos da sociedade feudal foram forçados a se transformarem em proletários e os meios de produção em capital.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre

---

<sup>53</sup> O processo e transição do feudalismo para o capitalismo se configura através de um longo e doloroso percurso, que se inicia com a separação dos trabalhadores dos meios de produção e subsistência, tudo foi transformado em propriedade privada e apropriado pelo capital através de suas personificações. Esse longo processo culminou na expulsão de milhares de servos que foram lançados no mercado como pássaros livres, para assim vender sua força de trabalho como mercadoria e suprir suas necessidades básicas.

crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1999, p.262).

Desta forma, a sociedade em ascensão por meio do capital e suas personificações, que agora se firma enquanto senhor do sistema sociometabólico da humanidade, tem, como apresenta Marx (1988, p. 262-263) “o comando do capital sobre o trabalho” não apenas no sentido formal, mas como “[...] uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha”. Ao analisar o poder dessas personificações e o papel que cada uma verdadeiramente desempenha na reprodução social, Mészáros afirma que:

Sob o sistema do capital estruturado de maneira antagonista, a verdadeira questão é a seguinte: qual é a classe dos indivíduos que realmente produzem a ‘riqueza da nação’ e qual a que se apropria dos benefícios dessa produção; ou, em termos mais precisos, que classe de indivíduos deve ser confinada à função subordinada da execução e que indivíduos particulares exercem a função de controle – como ‘personificações do capital’, na expressão de Marx. (MÉSZÁROS, 2011, p. 68).

A direção do processo social de produção encontra-se nas mãos do capital e ao longo do seu desenvolvimento esse comando torna-se cada vez mais específico e voraz. Desta forma, Marx (1999) acrescenta que ao entrarem no processo de trabalho, os trabalhadores,

deixam de pertencerem a si mesmos [...] eles são incorporados ao capital. Como cooperados, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital. (MARX, 1999, p. 264).

Os trabalhadores agora dependem do capital para sobreviver, pois, desprovidos dos meios de produção, têm como única opção estabelecer uma relação com o capital e assim na venda do seu único bem, sua força de trabalho, receber em troca um valor mínimo necessário para sua subsistência.

O capital estende sua força desde o início do processo produtivo até as estruturas políticas de comando. Suas personificações, como demonstra Mészáros (2011, p. 96), fazem parte de uma estrutura “totalizadora de controle à qual tudo o mais, em especial os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar.” Tal condição transforma a sociedade em duas classes antagônicas, separa de forma radical “as funções de produção e controle” e entrega a cada classe específica uma função.

nem mesmo a ordem feudal institui esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si. (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Deste modo, completa que “o modo de controle sociometabólico estabelecido é totalmente inconcebível sem a superposição hierárquica das personificações do capital à força de trabalho”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 139) Porém, Mészáros (2011) adverte que o sistema do capital é incontrolável, não reconhece amarras mesmo que sejam das suas personificações capitalistas.

Não pode haver espaço para intenções operacionais conscientemente executadas – ou seja, realmente autônomas – no quadro de referências estruturais do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente *instrumentais* do sistema como um todo devem ser impostos e *internalizados pelas* personificações do capital como “suas intenções” e “suas motivações”. Qualquer tentativa de afastamento da necessária instrumentalidade resulta em intenções frustradas e nulificadas, ou seja, inteiramente quixotescas. O sistema segue (e implacavelmente afirma sobre todos os indivíduos, inclusive suas personificações “controladoras”) as próprias “determinações férreas”, não importando a gravidade de suas implicações até para a sobrevivência humana e num prazo nem assim tão longo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 140).

Os meios alienados de produção e suas personificações “se sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles” (idem, p. 71). O trabalhador assalariado é visto no sistema de mediações alienadas do capital apenas como um “meio” perante o objetivo principal do capital, que é a produção da mais-valia. Apartado dos meios para produzir, não participa das decisões e assim, suas necessidades não são a finalidade última. Enfaticamente podemos aqui expor que o trabalhador só aciona suas capacidades

produtivas (dadas as limitações do capital) no momento em que está inserido no processo produtivo, à medida que retorna para seu cotidiano, sua família, o trabalhador é anulado, encontra assim o vazio da sua existência e a não realização das suas capacidades.

Assim sendo, no que diz respeito à sua lógica imanente, os meios de produção já não são *meios* genuínos, mas uma parte determinada do *capital* que se *auto-impõe*. Como “meios de produção”, eles representam uma forma específica de capital. Entretanto, por constituírem apenas uma parte do capital em si, estão sujeitos às determinações intrínsecas desse sistema produtivo como um todo. Seu “desenvolvimento independente” só é realmente independente dos objetivos e necessidades dos produtores; ao passo que, para viabilizar-se tal desenvolvimento, é totalmente dependente de sua estreita conformidade à lei da contínua expansão do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 664, grifos do autor).

O capital, portanto, exerce uma completa dominação econômica sobre o trabalho. Seu poder é expresso de forma extraparlamentar na apropriação dos meios de produção e de toda riqueza produzida pelos trabalhadores. Os trabalhadores passam a ser dominados pela própria lógica do capital, através do trabalho social em sua forma alienada. O círculo vicioso das mediações de segunda ordem torna-se mais intenso e esmagador perante a crise estrutural e o ativamento cotidiano dos seus limites absolutos, tendo em vista que o capital e sua personificação necessitam intensificar ainda mais essa relação antagônica e desumana, na busca de manter a produção e a realização da mais-valia, ou seja, de manter vívida a realização ampliada do capital de forma incontrolável.

Posto isto, iremos agora adentrar na mediação do dinheiro e suas várias formas, com o intuito de realizar um breve resgate dessa mediação e seu poder alienante e reificado no processo de troca das mercadorias.

### **3.6 O Dinheiro e suas Inúmeras Formas**

O pensamento de Mézáros (2011) nos conduz de forma direta à emergência e dominação das mediações de segunda ordem e as relacionam de forma direta com alguns antecedentes históricos do capital, como já foi explicitado. Para que seja possível evitar o equívoco clássico da economia burguesa, quando descarta a todo custo as especificidades históricas ao longo do desenvolvimento da humanidade, com

o único objetivo de pautar o capital enquanto único sistema sociometabólico viável, e assim instituir suas relações sociais eternizadoras, Mészáros chama a atenção para a falácia de um capital eterno, ou seja, até o fim dos tempos.

Nos fala que o próprio desenvolvimento histórico também refuta tal afirmação e novamente o autor chama a atenção do leitor para o fato de que o capital possui “profundas raízes históricas”, que tal afirmação precisa ser considerada enquanto condição necessária para direcionar e projetar a luta por uma sociedade socialista, pois essas raízes são firmes e a luta para derrubá-las tem sido e será árdua, carecendo de um amplo projeto estratégico que vise tais raízes e não padeça no erro cometido outrora.

E assim, afirma que o sistema do capital possui “três conjuntos de determinações que permanecem incorporadas à constituição estrutural do sistema do capital como se fossem ‘camadas geológicas’ ou ‘arqueológicas’”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 206).

Cronologicamente, a mais recente pertence à fase *capitalista* do desenvolvimento, que se estendeu apenas pelos últimos quatrocentos anos. Em compensação, a camada intermediária abrange uma escala de tempo bem maior, cobrindo muitos séculos em que emergem e se consolidam algumas mediações particulares de segunda ordem do capital, como acontece, por exemplo, com o primitivo capital monetário e comercial. Contudo, essas formas de mediação sociometabólica resumem-se apenas ao que Marx chama de “*subordinação formal* do trabalho ao capital” – em comparação com a sua *subordinação real* sob as condições históricas específicas do capitalismo – como veremos no capítulo 17. A fase mais antiga de desenvolvimento, importante para a compreensão da constituição histórica do capital, produz formas de dominação que absolutamente não são características do modo de funcionamento do sistema do capital, mas nele são posteriormente reproduzidas numa forma adequada à tendência geral de seu desenvolvimento. Assim, a *divisão hierárquico-estrutural do trabalho*, que, em seu devido momento, assume uma série de formas de *dominação de classes*, precede historicamente até as mais embrionárias manifestações do modo de controle do processo sociometabólico pelo capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 206-207, grifos do autor).

De modo que o mesmo ocorre com praticamente todas as formas de dominação anteriores ao capital e, ao longo da emergência das mediações de segunda ordem, foram sendo incorporadas à lógica do sistema dominante, o qual agora institui, como foi explicitado mais acima, um controle com mediações

eminentemente econômicas que se “orientam em direção à prevalência universal do ‘nexo do dinheiro’”. (MÉSZÁROS, 2011, p.207).

Um desses antecedentes históricos incorporados à lógica do capital, assim como a instituição família, é o dinheiro, que ao longo de todo o processo histórico assume várias formas antes de se fixar ao sistema do capital e adquirir uma mobilidade e importância nunca vista.

O dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora, considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usurário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje; (MÉSZÁROS, 2011, p. 180)

Uma das principais características do sistema do capital é a sua incontrolabilidade. Ela foi capaz de catalisar forças e fazer do capital um sistema propício de nascer à margem de outros sistemas enquanto formas subsidiárias e, em dado momento e condições favoráveis, aderir forças e assim superar todos os obstáculos impostos pelo sistema político medieval rumo à sua solidificação. Essa característica superou enormes barreiras, entre elas a priorização do próprio valor de uso, derrubando-a das discussões “ideológicas dos tempos medievais” que consideravam a “usura” como um pecado mortal que deveria ser banido a todo custo. O principal objetivo nesse período era “reter o controle sobre o capital (financeiro/monetário da época no interesse do processo de acumulação e, ao mesmo tempo, assegurar o lucro por meio do empréstimo de dinheiro) e vencer a batalha em torno da ‘alienabilidade da terra’”. (MÉSZÁROS, 2011, p.100). Desta forma, Mézáros afirma que,

os fatos de que, por um lado, a terra esteja individualizada e, por outro, de que o servo pertença ao senhor feudal, fazem parecer como se houvesse uma unidade dos dois. Mas essa unidade que se estabelece nos limites do feudalismo e que era mantida pela dominação política apenas poderia ser conservada na ausência (ou na debilidade) de uma força econômica que pudesse questioná-la. Ao passo que essa força econômica, na forma do dinheiro, se torna mais poderosa no interior da formação social feudal, assumindo, paulatinamente, a função mediadora da política, mais evidente se

torna a divisão entre a propriedade e o trabalho, e mais diminui o poder e o alcance da política direta. (MÉSZÁROS, 2011, p.128)

A finalidade essencial do sistema sociometabólico do capital é expandir de forma constante o valor de troca, no sentido de subordinar todas as relações, sejam elas materiais ou espirituais aos imperativos do lucro, desconsiderando as necessidades humanas. Mézszáros (2011) afirma que esse tem sido o traço mais marcante do capital desde sua origem. Sendo assim, o capitalista produz valores de uso como meros suportes para os valores de troca. Assim, no mercado, as mercadorias se confrontam como diferentes enquanto substâncias corpóreas, que possuem valores de uso distintos, porém, enquanto valores, necessitam encontrar uma equivalência para assim serem trocadas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o valor passa a adquirir uma forma comum e passa a ser expresso pela forma dinheiro. Marx (1999) acrescenta que as mercadorias apresentam uma objetividade de valor, mas somente “na medida em que elas sejam expressão da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria” (MARX, 1999, p. 54). Para se chegar assim ao valor velado nas mercadorias só a partir do processo de troca. Marx retorna à manifestação do valor, expondo que até uma pessoa mais comum tem uma mínima compreensão da forma comum de valor que chega aos olhos do consumidor na forma fetichizada do dinheiro. Sendo assim, Marx inicia uma investigação antes nunca feita pela economia burguesa, buscando “comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro”. (MARX, 1999, p. 54)

Desta forma, Marx (1999, p.69) acrescenta:

Então, o gênero específico de mercadoria, cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenha o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias.

O dinheiro, de acordo com Mézszáros, desde o período medieval não possuía dono e também não respeitava os critérios de aprisionamento, porém, na era do capital assume uma universalização ao se converter em mercadoria.

O **dinheiro**, na medida em que possui o **atributo** de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o **objeto** enquanto possessão eminente. A universalidade de seu **atributo** é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente [...]. O dinheiro é o **alcoviteiro** entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 164, grifos do autor).

O dinheiro só pode se manifestar na relação de troca, pois se encontra oculto nas mercadorias, é algo abstrato e só pode se expressar de forma estranha e alienada na coisa, ou seja, na mercadoria. Desta forma, na sociedade das mercadorias o dinheiro também se converte em mercadoria, passando a ser a mediação elementar no processo de troca. Assume a posição de equivalente universal, podendo ser trocado por qualquer mercadoria nas circunstâncias do mercado.

Sendo assim, ao situar a alienação perante o capital, Netto (1981) afirma que o dinheiro é uma expressão real das relações entre os homens, que nas sociedades anteriores à sociedade capitalista, o dinheiro surge enquanto facilitador das trocas, em um momento que os objetos tinham predominantemente o valor de uso, ou seja, somente participava do processo de troca o pouco excedente produzido. Porém, na sociabilidade do capital, o dinheiro se desenvolveu e assumiu a categoria das alienações predominantes. Isso só é permitido com o desenvolvimento do comércio e da propriedade privada, nesse novo contexto, as relações de mercado tornam-se prioritárias e o que é produzido passa primeiramente a atender outras necessidades que não são as necessidades de quem o produz.

Nesta breve análise da mediação do dinheiro e sua função na sociedade capitalista, é possível visualizar seu papel enquanto mistificador das relações sociais, e o seu longo percurso histórico até assumir a forma atual fetichizada pela relação capital. Enquanto mediação de segunda ordem, o dinheiro e seu fetiche só se manifestam como meios nas relações de troca, relações privadas, demonstrando a intrínseca relação dessas mediações em reforçar e contrabalancear a força de cada uma delas de forma articulada e circular.

Buscaremos agora compreender quais os verdadeiros objetivos da produção capitalista e o papel que desempenha a estrutura de manutenção do capital em tempos de crise estrutural.

### 3.7 Os Objetivos Fetichistas da Produção

No que tange aos objetivos fetichistas da produção, estes submetem “de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p 180), Mézáros expõe que o homem precisa transformar o mundo a sua volta de uma maneira singular, ou seja, através de uma atividade automediadora com a base natural, e assim, transformar o mundo externo conforme suas necessidades e habilidades. Porém, quando se aparta a relação mediadora entre sujeito-objeto, a atividade torna-se alienada. O trabalho agora, como trabalho abstrato, promove uma cisão na relação de troca entre o homem e a natureza e torna-se a base de toda alienação, fazendo emergir o reino da reificação em todos os domínios da vida humana.

Ao romper com o sistema de troca primária entre o homem e a natureza, o capital impõe de forma avassaladora a lógica articulada das mediações de segunda ordem, cujo objetivo é a subordinação do valor de uso ao valor de troca. Dessa forma, impõe de modo velado e predatório as necessidades do capital em detrimento das necessidades verdadeiramente humanas.

No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a *proporção* segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639, grifos do autor).

Com as alterações realizadas pelo capital na forma de produção, muda-se também os objetivos e o direcionamento do que foi produzido. Deste modo, tudo é transformado em mercadoria, até o trabalho vivo, que passa a se submeter às exigências do capital para assim atender a sua reprodução ampliada. O trabalho é reduzido à forma reificada.

No estágio atual de desenvolvimento do capital e em tempos de crise estrutural, o que prevalece é a crescente taxa de utilização decrescente, como foi mencionado

anteriormente. O equilíbrio existente no início da sociedade do capital, cujo desenvolvimento produtivo ainda representava um avanço para a humanidade e poderia se falar em equilíbrio entre produção e consumo, é quebrado de forma avassaladora, tendo em vista que o capital tem como único objetivo de sua produção manter o consumo de forma cada vez mais crescente, tendo por base os estímulos artificiais de uma sociedade que enxerga tudo como obsoleto ou descartável, não importando os impactos e consequências para a natureza e para própria humanidade.

[...] na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido (por exemplo produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam *utilizáveis* (isto é, *reutilizáveis*) por um período de tempo maior: uma *proporção* que obviamente tende a se alterar a favor dos *últimos*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639-640, grifos do autor).

Deste modo, o desenvolvimento e acúmulo inimaginável das forças produtivas contrastam com o objetivo fetichista da produção, que é produzir bens não duráveis, ou seja, descartáveis, voltados para o consumo cada vez mais imediato. Isso ocorre, de acordo com Mézáros, porque

A maneira como foi articulado o sistema de reprodução do capital e como chegou à perfeição “perversa” no decorrer do último século (com o desperdício incorporado em sua estrutura e a deturpação paralisante até das necessidades humanas mais elementares) torna suas realizações e seu modo de funcionamento ampliado extremamente problemáticos, se não contraproducentes em inúmeros aspectos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 264)

Para Mézáros (2011, p. 606), a linha geral de comando do capital ao longo da história, tem sido “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital”. Aduz, através do pensamento de Marx que, no momento em que o capital subordina o valor de uso em relação ao valor de troca, a produção da riqueza para o capital, tornou-se o objetivo primordial da humanidade. Estando assim orientado na base de todas as suas mediações uma única lógica, que é a produção e a reprodução ampliada do valor de troca. Sendo assim, o “caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção reificada, associada à estrutura e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 610).

Com os meios de produção alienados pelo capital, como expusemos mais acima, e os objetivos da produção direcionados para a satisfação das necessidades do capital, o ser humano que trabalha não representa mais seu ser, mas faz parte de uma equação enquanto seres reificados (estranhos) que compõem a equação como mera condição material para viabilizar a produção.

E já que o sistema produtivo estabelecido, sob a regência do capital, não pode reproduzir si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve não apenas ser considerada a finalidade da humanidade, mas – enquanto um modo de produção ao qual não pode haver alternativa – deve ser tomada como premissa que a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza. (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

### **3.8 As Variedades de Formação do Estado do Capital**

No que concerne à exposição de Mézáros (2011) ao longo de sua obra aqui apreendida, é possível observar de forma refulgente que o sociometabolismo do capital é a estrutura mais poderosa e totalizadora que já existiu ao longo da história da humanidade. O autor expõe ao longo do texto – e aqui dito em muitas passagens – que para o capital não existem barreiras que não possam ser transpostas, não importando os meios ou métodos utilizados e suas consequências para o planeta/humanidade. O único objetivo do sistema do capital é satisfazer os seus anseios metabólicos fundamentais, aumentando de forma incontrolável seus ganhos, ou seja, suas formas cada vez mais sofisticadas de explorar a força de trabalho. Para garantir total eficiência durante esse processo, necessita obrigatoriamente de instrumentos que o auxilie e garanta a execução dessas funções com maestria. Deste modo, é auxiliado e “complementado pela dimensão *coesiva* do poder de controle da “mão invisível”, e das funções legal e política do Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2011, p. 848).

Antes de adentrar nas diversas funções desempenhadas pelo Estado em auxílio às exigências dos antagonismos gerados pelo sistema do capital, é importante destacar que o Estado, seguindo a linha de pensamento cravado na ontologia marxiana, surge como exigência da sociedade de classe, tendo por base a divisão social do trabalho, cada vez mais acentuada, e a propriedade privada, conforme destacamos no item mais acima.

Nesse sentido, Mészáros (2011) demonstra que o Estado Moderno<sup>54</sup> surge como uma poderosa estrutura, com o mesmo alargamento que a esfera econômica do capital emergiu, como um mecanismo “na forma de estrutura totalizadora do comando político do capital”, sendo seu defensor incontestado. Sendo uma mediação de segunda ordem, encontra-se embrionariamente entrelaçado nas estruturas no capital, em um vicioso e poderoso círculo de mediações em seu auxílio. “O capital chegou à dominância do reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Para Mészáros (2011, p. 06) o Estado Moderno em sua estreita relação com a base sociometabólica do capital tem a função de “assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. No que concerne ao processo de exploração da força de trabalho, o Estado Moderno além de regulamentar juridicamente o contrato de trabalho para exploração da classe trabalhadora, impulsiona mudanças organizacionais no processo produtivo, as quais repercutem incisivamente na vida material e intelectual dos trabalhadores. As instituições jurídicas, sociais e políticas também sofrem mudanças ao longo do processo, em benefício do capital, funcionam como uma rede que tem como função exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas do capital, que não se submetem aos seus imperativos e que emana da sua unidade produtiva isolada.

Assim, para demonstrar como o Estado auxilia o sistema do capital e qual a sua importância enquanto composição do tripé que sustenta essa forma de sociabilidade, Mészáros aponta especificamente o papel que o estado desempenha no que se refere às medidas corretivas nos seus defeitos estruturais (produção e controle, produção e consumo, produção e circulação), como se dão essas “correções” e como a principal função do Estado Moderno é assegurar o pleno desenvolvimento do capital em seu processo de acumulação e expansão. Portanto, os defeitos que necessitam de corretivos ainda que temporários estão localizados na ausência de unidade, que assumem ao longo da história do capital a forma de antagonismos sociais, favorecendo e injetando dinamicidade ao capital enquanto dominador das relações sociais.

---

<sup>54</sup> O Estado Moderno surge na era da Acumulação primitiva e se consolida com as Revoluções Burguesas nos séculos 17 e 19. Para maior aprofundamento, conferir MARX (1988).

Deste modo, em relação à ausência de unidade entre “produção e controle”, o Estado passa a proteger de forma institucionalizada as relações de forças estabelecidas, principalmente com o auxílio das personificações do capital, e assim, conseguem subjugar a força de trabalho, “impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais ‘livremente iniciado’ (e as vezes até constitucionalmente ficcionalizado)” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

Assim, na administração dos antagonismos gerados por essa falta de unidade, escreve Mézáros (2011, p. 107) que

a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturados – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.

Em relação ao segundo problema de unidade (produção e consumo) e os efeitos corretivos cabíveis ao Estado Moderno enquanto função primordial no auxílio do capital, é apontado por Mézáros como uma quebra de unidade efetivada pelo sistema do capital, antes nunca foi observada na história da humanidade. O que possibilitou

a expansão antes inimaginável e, em seus próprios termos de referência, ilimitada – devido ao fato já mencionado de se abandonar historicamente a dominância do valor de uso característica de sistemas autossuficientes – está destinada, por sua própria natureza a atingir seus limites mais cedo ou mais tarde. A expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

Porém, apesar de assumir um caráter positivo no início da ascensão do capital à medida que impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas e permitiu à humanidade conhecer novas possibilidades e formas de viver, o que sempre

prevaleceu foi uma ordem guiada por uma ideologia dominante que escamoteia as “iniquidades” das relações dominantes, principalmente na esfera do consumo. Assim como o

antagonismo estrutural de produção e controle é inseparável dos microcosmos do sistema do capital, a combinação de unidades socioeconômicas particulares num quadro produtivo e distributivo abrangente deve apresentar as mesmas características de fragmentação encontradas nas unidades socioeconômicas menores: um problema de importância fundamental, que deve ser resolvido de alguma forma. Consequentemente, apesar da constante pressão pela racionalização ideológica, torna-se necessário chegar a bons termos com a situação realmente existente, de maneira compatível com os requisitos estruturais da ordem estabelecida, aceitando certas características das condições socioeconômicas dadas, sem admitir suas implicações potencialmente explosivas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

As determinações do papel totalizador do Estado Moderno, não importando a situação imposta pela reprodução social, sempre terão como principal função ajustar, ainda que não seja de forma genuína,

as funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômica, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo (MÉSZÁROS, 2011, p.110).

Prosseguindo na nossa demonstração, resgatamos em Mézszáros o terceiro defeito na estrutura do capital, no que tange à produção e à circulação. Ele aponta que o papel do Estado é gigantesco, tendo em vista que todas as suas ações são permeadas por contradições seja em nível nacional ou internacional. A contradição mais latente e

mais inadministrável, historicamente as estruturas corretivas global e de comando político do sistema do capital se articulam como *Estados nacionais*, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global) seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites. (MÉSZÁROS, 2011, p. 111)

O autor ainda enfatiza que o único meio que o Estado Moderno encontra para gerir essa contradição é aderindo ao que ele chama de “duplo padrão”. Ou seja, os chamados países centrais mais desenvolvidos adotam um padrão elevado de vida para a classe trabalhadora, enquanto os países periféricos de economias

subdesenvolvidas assumem a máxima exploração, alternando, a depender da conjuntura de cada país, um perfil de governo ditatorial. Deste modo, a globalização representa no plano da política totalizadora do capital um ranking de Estados nacionais que têm maior ou menor poder. Mészáros alerta que essa determinação não é estática, sua permanência ou não está relacionada às condições de ascendência do sistema do capital e seu pleno processo de acumulação e expansão.

Diz Mészáros (2011, p.107):

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital.

Podemos compreender assim, como essa embrionária relação foi constituída ao longo do processo histórico, através de uma estreita relação apreendida por Mészáros como parte constitutiva e permanentemente sustentadora do sistema do capital. O Estado moderno é uma estrutura compatível e a serviço do capital, que mantém e assegura principalmente em nível da expressão política as instituições em sintonia com o projeto do sistema do capital.

O Estado moderno como única estrutura corretiva viável não surge *depois* da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente *determinado* por elas. Não há dúvidas quanto à *determinação unidirecional* do Estado moderno por uma base material independente, pois a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 117, grifos do autor).

O sistema do capital enquanto estrutura de comando articulado historicamente que assume o controle sociometabólico da humanidade, seria incapaz de desempenhar suas funções e assim chegar à qualidade de senhor do sistema sem uma estrutura de comando político nos moldes do Estado Moderno. Por ter se desenvolvido historicamente de forma desenfreada e não possuir a autossuficiência inerente aos sistemas metabólicos que o precedeu, contém falhas estruturais de controle que exigiram um comando político de grande abrangência que emergiu da sua base material e tornou-se parte dela, “tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas”.

O Estado Moderno, enquanto estrutura totalizadora de comando político do capital é impensável fora do contexto do sistema do capital no auxílio do processo de acumulação e expansão. É indispensável para sustentação do próprio sistema e jamais deve ser considerado como superestrutura, pois, como demonstra Mészáros (2011), o Estado, por si só, tem sua própria superestrutura. Neste mesmo sentido, no que concerne à “autonomia” dada pela economia política ao Estado, foi possível compreender que, “como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis.” (MÉSZÁROS, 2011, p.119).

Pensar o Estado apartado do capital é um equívoco, ele promove o deslocamento dos antagonismos que podem ser remanejados (limites relativos) e promove, sem receios, a reificação em todos os microcosmos das relações determinadas pelo capital buscando, ainda que parcialmente, uma harmonização temporária. Deste modo, para além do controle das funções produtivas e para auxiliar também nesse controle, o capital necessita do complemento do Estado, enquanto sua expressão política e controle político sobre o trabalho. Sendo assim, um complemento perfeito a tais exigências reforça a dualidade entre produção e controle, acentuando a cada ajuste o poder hierárquico sobre o trabalho.

Por isso, sem o surgimento do Estado moderno, o capital jamais poderia se tornar uma estrutura totalizadora de comando, transformando suas estruturas em microcosmos socioeconômicos identificáveis,

produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas *incapazes* de coordenação e totalização espontâneas, mas também *diametralmente opostas* a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital – devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta – que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2011, p. 123).

Deste modo, o Estado enquanto mediação de segunda ordem do capital é impensado fora do seu círculo vicioso como função sociometabólica, tendo em vista a completa falta de unidade ente as estruturas orgânicas do capital, o Estado se

configura, dentre as mediações alienadas, uma das mais importantes e imprescindíveis. Para o autor, é uma determinação recíproca que mantém o capital em todos os âmbitos.

Ressalta Mézáros que o círculo vicioso não é eternamente esmagador, é possível identificar uma dissonância entre o Estado moderno e as estruturas socioeconômicas do capital que abrem possibilidades futuras para o projeto socialista. Sem tais contradições que surgem da dinâmica social de forma dialética, estaríamos perdidos enquanto classe trabalhadora no que concerne às possibilidades futuras.

Diante de tudo que foi exposto, destaca-se o papel desempenhado pelas mediações de segunda ordem, que cumprem a função de manter as condições necessárias para garantir a reprodução ampliada do capital. Elas assumem um papel cada vez mais negativo, tendo em vista a ativação dos limites absolutos. Graças ao papel das mediações, os limites não se colocam apenas como barreiras materiais ou obstáculos à plena reprodução do capital na busca de uma maior produtividade e riquezas, pelo contrário, eles representam “uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade”. (MÉSZÁROS, 2011, p.699).

Incapaz de se basear por um referencial humano, seu impulso interno, que é sempre programado para autoexpansão, não reconhece limites, não aceita as medidas positivas que visam reverter à produção para a satisfação das necessidades humanas. Pelo contrário, sua lógica interna se direciona rumo às práticas que visam a autorreprodução destrutiva e ampliada, sem se importar com os limites impostos pelo mundo natural, levantando a questão que nos leva cada vez mais próximos à destruição. Nesse sentido, a função do Estado na atualidade é

assumir um papel intervencionista direto em *todos* os *planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta *intervenção direta* no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em *base contínua*, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema pendularidade do sistema capitalista contemporâneo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 700).

Pontuadas as principais funções exercidas pelas mediações de segunda ordem do capital aqui expostas, podemos assim afirmar que o poder do capital é uma

gigantesca força opressora que se encontra espalhada na reprodução social, fazendo parte das relações mais simples do cotidiano das pessoas. Tal feito é possível graças à articulada rede de mediações de segunda ordem que se formou ao longo do processo histórico, fazendo emergir o capital como senhor do sistema sociometabólico da humanidade, gerando uma unidade contraditória e poderosa entre trabalho, capital e Estado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo buscamos apreender a concepção de crise estrutural do capital e seus limites absolutos, dando ênfase ao conjunto de mediações de segunda ordem do capital, o qual auxilia e fortalece as contradições e antagonismos que o impulsiona no seu processo de acumulação e expansão nesse momento de crise estrutural. Iniciamos pela discussão do trabalho em seu sentido ontológico, como fundamento do ser social, mediação positiva e necessária entre o homem e a natureza.

O trabalho funda o ser social e toda sociabilidade humana, distingue o homem perante a causalidade natural. Tem a finalidade de produzir sempre o novo, e esse novo é resultado de uma relação dialética entre homem e natureza. Ao produzir sempre novas situações objetivas e subjetivas, cotidianamente renovadas através das infindas mediações que compõem os complexos sociais, o trabalho, ao fundar sociabilidade humana, produz valores de uso que satisfazem as necessidades humanas não apenas materialmente, mas também espiritualmente, na medida em que faz do homem o próprio homem.

Marx afirma que o homem é também natureza e vive da natureza, necessita dessa interligação para assim sobreviver, como expõe Mészáros (2006, p.79): “é parte da natureza” é “um ser com necessidades físicas historicamente anteriores a todas as outras” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79), necessitando assim “produzir a fim de manter-se, a fim de satisfazer essas necessidades” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79). Deste modo, o homem, para nossos autores, configura-se como um ser social, que necessita transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, seja de cunho material, seja de cunho espiritual. Assim, o homem torna-se cada vez mais social e no final de cada processo de trabalho defronta-se com sua subjetividade objetivada.

Aprendemos com Marx que a forma como os homens se organizam para produzir seus meios de subsistências determina sua forma de sociabilidade. Na era do capital não é diferente, o que vai determinar as relações sociais no interior de uma sociedade é a forma de trabalho elegida pelos próprios homens; no caso aqui exposto, o trabalho abstrato, alienado, que aparta o homem de sim mesmo. Foi partindo da concepção ontológica do trabalho extraída de Marx, Lukács e Mészáros que buscamos as conexões necessárias para compreender o mundo em que vivemos na

atualidade. Nesse sentido, o trabalho é instrumento de desenvolvimento das potencialidades humanas, bem como – a depender da forma que assuma em dado momento histórico – pode, ao mesmo tempo, representar a opressão dos seres humanos, conforme se constata a partir das sociedades de classes, particularmente no capitalismo.

Sendo assim, ao longo dessa abordagem e mediante estudos realizados, foi possível observar que seria impossível compreender as mediações de segunda ordem e sua superação sem abordar as questões que envolvem a distinção entre capital e capitalismo, debate de fundamental importância para orientar a luta da classe operária rumo ao socialismo.

Podemos concluir que o capital passa a existir nas sociedades pós-capitalistas do tipo soviético, bem como se analisarmos o processo histórico há séculos atrás, podemos identificar formas arcaicas e transitórias de capital, que sobreviveram às margens de outros sistemas sociometabólicos até alcançar sua máxima efetivação na sociedade capitalista (através do núcleo fundante capital, trabalho e Estado), e assim assumindo o sociometabolismo da humanidade.

Vimos que a natureza mais íntima do capital permanece intacta ao longo de décadas, apenas variando em forma e modo de existência, que são moldadas pelo processo histórico; isso demonstra, e a história comprova, que o capital sobreviveu nas sociedades do tipo soviético, o que não quer dizer que ele seja eterno. A história já demonstrou através da derrocada das sociedades pós-capitalistas, que caso o capital não seja destruído em sua totalidade e no seu modo distinto de se reproduzir, o mesmo irá buscar mecanismos de sobreviver, apenas se ajustando na sua forma, ou seja, se metamorfoseando. Mészáros é enfático ao dizer que o círculo vicioso do capital deve ser combatido, ou seja, é necessário romper com o fetichismo do sistema em sua forma desenvolvida, caracterizada pelo emaranhado de mediações de segunda ordem.

Foi necessário compreendermos o conceito de capital, sua natureza, tendo em vista calçar o terreno para adentrar e apreender os esforços intelectuais de Mészáros, no que tange à sua defesa de que estamos vivenciando uma crise estrutural do capital, crise distinta das crises cíclicas inerentes e necessárias ao próprio sistema.

Na aproximação do pensamento de Marx e Mészáros, podemos observar que é no interior do sistema sociometabólico do capital que se encontram as determinações que impulsionaram sua ascendência, possibilitando o

desenvolvimento das forças produtivas através do predomínio das mediações econômicas, bem como sua decadência, ou seja, os limites últimos que precisam ser superados junto com o próprio capital e seu sistema de mediações de segunda ordem.

O processo produtivo do capital é guiado e impulsionado pela busca incessante de lucro, conforme mencionamos; tal processo gera contradições e antagonismos insuperáveis, seja para o conjunto da classe operária, seja para o próprio sistema do capital. As crises periódicas são inerentes a esse sistema, e necessárias para seu processo de expansão que, ao longo do percurso, saiu das crises cíclicas, com um alargamento da sua base produtiva, tendo em vista as possibilidades de expansão e de deslocamento das contradições.

Vimos também que desde a década de 1970 o capital entrou em uma crise estrutural que impera sobre todo o sistema, desde seus complexos e subcomplexos, caracterizando uma crise que afeta a totalidade dos complexos, caracterizando-se como uma crise de caráter global. Mézáros a todo o momento deixa explícito que a crise estrutural não se restringe apenas à esfera econômica ou apenas incide sobre os países de terceiro mundo, mas afeta todos os setores da produção capitalista, sendo também uma crise política, ou seja, uma crise imanente das relações sociais geradas, mantidas e cada vez mais agudizada pelo poder alienado e alienante do capital.

Vivemos tempos inquietantes, o capital alcançou um patamar alto de desenvolvimento das forças produtivas e, na mesma proporção, destrói o que produz para realizar seu círculo vicioso de acumulação e expansão. A crise estrutural impede que as partes constituintes e fundamentais do capital operem de forma eficiente, seu funcionamento é comprometido na base de sua realização, na acumulação privada de riqueza.

A crise estrutural do capital tem em sua base o processo destrutivo, seja da base material (natureza), seja da própria força de trabalho. O capital não consegue mais deslocar suas contradições imanentes à superprodução, como outrora, e passa a acumular uma força destruidora sem precedentes, colocando em jogo a humanidade e o próprio sistema.

Para lidar com essas questões, o sistema do capital passa a manipular o tempo de vida útil das mercadorias em ordem decrescente, ou seja, a taxa de uso decrescente das mercadorias, que, como explicita nosso autor, faz parte do próprio processo produtivo de desenvolvimento das forças do trabalho. Essa característica

destrutiva do capital é algo determinante para que seja defendida a concepção de crise estrutural.

Importante pontuar que o capital passa a disseminar o uso destrutivo dos bens de consumo rápido ou duráveis, introduzindo em nível do micro ou macrocosmo relações sociais também destrutivas. Assim, dentro da dinâmica da autorreprodução do capital, imperam relações que em sua base instigam ou determinam em dada medida um fundamento de destrutividade que se espraia por toda reprodução social.

Desta forma, temos um sistema sociometabólico que possui uma força exorbitante, capaz de produzir em grande escala, ao mesmo tempo em que subutiliza os produtos dessa produção. Nas palavras do nosso autor, podemos observar uma “produção dissipadora” cuja realização do capital se dá pela efetivação da destruição, sendo justificada política e ideologicamente pelo Estado capitalista.

Constata-se que a crise estrutural não elimina as crises cíclicas, ou seja, as crises habituais e necessárias ao sistema. Desta forma, nos tempos atuais, podemos afirmar que convivemos com as duas modalidades de crises que se arrastam em um “*continuum depressivo*”.

Diante da compreensão do capital e da atualidade de sua crise imanente pudemos compreender que o seu movimento contraditório não pode mais ser deslocado e impulsionado, desta forma, tais contradições começaram a se tornar disfuncionais à própria dinâmica do capital, passando a representar uma ameaça a seu pleno funcionamento. Diante de tais circunstâncias, o capital presencia a ativação de seus limites absolutos, conforme mencionamos, o que nos conduziu a expor sobre os limites absolutos do capital como lócus de investigações de onde deve-se retirar as determinações históricas da crise estrutural, para melhor apreendê-las em seu fundamento. Em seguida, realizamos um movimento de retorno ao debate que Marx traz acerca da alienação e seu caráter multidimensional sobre a objetividade e a subjetividade do indivíduo e as mediações alienadas do capital, para assim adentrar na análise feita por Mészáros acerca das mediações de segunda ordem. Essa teia de mediações que o filósofo húngaro nomeou de mediações de segunda ordem permite ao capital prosseguir com êxito, ainda que para isso a humanidade arque com custos exorbitantes.

Apreendemos que na base desse sistema e das suas mediações alienadas, se encontra uma forma específica de trabalho, o trabalho alienado que emana e, em determinadas medidas, funda complexos sociais também alienados, que têm como

principal objetivo a satisfação das necessidades do capital. O conceito de alienação de Marx, apreendido por Mészáros, abrange a totalidade das relações sociais, sendo um elemento fundamental para a compreensão de qualquer complexo social na sociabilidade do capital.

Seguindo essa linha de investigação, podemos afirmar que o que ancora a concepção de Mészáros acerca da crise estrutural do capital, é o conjunto de limites absolutos expressos nas questões impostas a humanidade. O primeiro deles é a incompatibilidade real entre os Estados nacionais e a necessidade do capital global de um Estado global. Essa impossibilidade é algo determinado desde a origem da relação capital, tendo em vista que está se estrutura e se desenvolve a partir da separação dos produtores dos meios de produção e sobrevive da apropriação privada dessas riquezas. Desse modo, tudo que é produzido é apropriado privadamente nas mãos de diversos capitalistas opostos entre si. O capital consiste em uma totalidade composta por diversos capitais, sendo impossível o Estado, em sua totalidade, representar uma unidade contraditória composta por diversos capitais opostos entre si. A luta entre os monopólios jamais terá para a humanidade um aspecto positivo, muito menos os interesses dos Estados terão como objetivo essa força positiva. Desta forma, constatamos que, o “Governo Mundial” deve continuar sendo um sonho irrealizável hoje e no futuro, como o era há duzentos anos. (MÉSZÁROS, 2011, P. 248).

Sempre que o capital global exige mediações positivas mediante um Estado mundial, a impossibilidade real desse feito ativa o limite absoluto nessa esfera e os “antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las” (MÉSZÁROS, 2011, p. 245).

O segundo conjunto de problemas que sustenta a concepção de crise estrutural é a destruição das condições naturais necessárias a qualquer sistema sociometabólico, está intrinsecamente ligada à necessidade incontrolável do capital de acumular em escala cada vez maior. Na necessidade de satisfazer esse impulso incontrolável, o capital institui uma forma peculiar de relacionamento entre homem e natureza, que é marcada por uma extração desordenada de recursos naturais que na atualidade são subutilizados ou, como melhor expõe Mészáros, desperdiçados diariamente. Deste modo, na atualidade da crise a lei tendencial de utilização da taxa

decrecente prevalece de forma irracional e com ela o impulso gerado pelo capital ao consumo.

Dentro da estrutura do capital, não existe saída positiva para a questão. Seria ingênuo esperar que a ciência ou a tecnologia enquanto contratendências mostrem soluções vindouras para essa questão, “uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 989).

Ao destruir a natureza, o capital apenas reafirma seu compromisso consigo mesmo, tendo em vista que seu impulso e realização se dão prioritariamente para elevar ao máximo o valor de troca das mercadorias em detrimento do valor de uso. Essa lógica apenas se intensifica em momento de crise estrutural e torna-se algo insuperável, pois a natureza é parte indispensável para a reprodução dos seres humanos em qualquer sociabilidade. A proteção da natureza no sistema do capital é um enorme engodo, seria algo contraditório para a lógica do capital, tendo vista que na atualidade a sua destruição é o único meio viável para realização e acumulação do próprio capital.

O terceiro conjunto de questões se manifesta na luta pela emancipação feminina. Compreendemos que a pauta da emancipação das mulheres nunca será atingida na sociedade regida pelo capital. O capital e sua organização hierárquica espriam por todo o microcosmo do sistema sua forma de controle e modo de funcionamento, de modo que até os menores microcosmos estão impregnados pela sua lógica perversa. Sendo assim, em todas as esferas da reprodução social, a mulher é subordinada a relações de gênero que têm na sua base a dominação. A mediação da família é exemplar nesse sentido, pois a subordinação da mulher no seio da família, seja para gerir o lar ou na obrigação de criar os filhos, a privou historicamente de participar da tomada de decisões. Sendo assim, podemos concluir que o capital e suas mediações são incompatíveis - em todos os níveis de intercâmbios- com a igualdade substantiva, fazendo com que os esforços parciais sejam facilmente neutralizados e englobados pelo capital.

A quarta questão de base da crise atual é o desemprego crônico, que mina cotidianamente a estabilidade social, atingindo todos os países sem fazer distinção. O desemprego crônico configura-se como uma das expressões mais explosivas da crise estrutural, tendo em vista que as alternativas escolhidas pelo sistema do capital têm intensificado cada vez mais a exploração da classe operária. Diante do estudo

desenvolvido, podemos observar que os limites absolutos do capital tendem a seguir um círculo vicioso, tendo em vista sua lógica imanente e suas mediações de segunda ordem, que estão na base dos complexos sociais e das relações sociais. Tais limites representam para o sistema o seu fim, refletindo objetivamente para o conjunto da sociedade uma cadeia de destruição no nível material e espiritual. De forma incontrolável, o capital se nega a admitir que sua lógica é a causa de todos os problemas latentes e assim busca incansavelmente atingir seu processo de reprodução ampliada.

Na base da sociedade regida pelo capital prevalece uma forma específica de trabalho que determina esse momento histórico extremamente desumano. Para entender melhor como funciona o capital, a crise atual e as mediações perversas que imperam na atualidade, foi necessário recorrer à análise inédita de Marx, seu conceito-chave acerca do trabalho alienado e suas implicações para a reprodução social. Do trabalho alienado decorrem desdobramentos entendidos enquanto mediações alienadas de segunda ordem, que em sua grande maioria são fundadas pelo capital ou redimensionadas para servir ao seu pleno desenvolvimento. A propriedade privada que emana do trabalho alienado e ao mesmo tempo é condição necessária para permanência dessa forma de trabalho, é um dos sustentáculos que proporciona a permanência da sociabilidade capitalista e seu processo contínuo de desumanização.

Existe para Mézáros uma relação de reciprocidade entre trabalho alienado e propriedade privada, sendo a última expressão objetiva da primeira. Deste modo, podemos afirmar que a propriedade privada configura-se, de modo geral, na oposição concreta entre capital e trabalho, sendo esse trabalho alienado, deturpado e desumanizador. Os seres humanos alienados, por meio da propriedade privada, tornam-se estúpidos e os objetos que deveriam satisfazer suas necessidades, servem apenas para a realização da propriedade privada. Sua finalidade é a finalidade do capital, cuja necessidade e objetivo é o acúmulo de riqueza privada, seu movimento e origem tem no trabalho alienado o fundamento primeiro. Porém, pressupomos que a supressão de uma, implicará também na destruição da outra.

Assim como a propriedade privada, a divisão do trabalho na sociedade capitalista apresenta-se como uma mediação alienada, também decorrente do trabalho alienado. Nela o trabalhador deixa de ter domínio sobre o produto e a produção, resumindo-se a uma atividade repetitiva e incansável. O trabalhador não é redimensionado para além do trabalho, sua subjetividade permanece presa em

movimentos que o esgotam fisicamente e espiritualmente, sendo um entrave para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Desta forma, a atividade produtiva no capitalismo “não pode lhe trazer realização porque as mediações de segunda ordem institucionalizadas se interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre o homem e o homem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Diante do estudo da crise atual, vinculada à análise do trabalho alienado e dos seus desdobramentos, a “crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica” (MÉSZÁROS, 2006, p. 15). Compreendemos que na esteira de Marx, Meszáros busca uma fundamentação ontológica, resgatando e apreendendo como se deu a constituição do ser social e da sociabilidade humana, ao mesmo tempo em que busca dentro do processo social o caminho percorrido pelos seres humanos no processo histórico que possibilitou a instauração de relações sociais desumanas e como os seres humanos poderão superar os processos alienatórios gerados pelo trabalho alienado. Diante disso, seus esforços intelectuais se encaminharam na direção de uma teoria que possibilite uma transição para um projeto socialista.

Portanto, as mediações de segunda ordem do capital afetam de forma negativa a “verdadeira relação” do homem e sua relação com a natureza e do homem na relação com os próprios homens, desfigurando qualquer atividade que tenha como fim as necessidades e potencialidades humanas.

Ao trazer as mediações de segunda ordem do capital, **a família nuclear, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho estruturalmente separado da possibilidade de controle, as variedades de formação do Estado do capital e o mercado mundial**, Mézárós expressa a urgente necessidade de combater o capital e suas mediações alienadas, como meta principal da classe operária.

Tais questões se tornam urgentes, na medida em que, se depender da dinâmica e lógica do capital, a crise estrutural só assumirá contornos cada vez mais contraditórios, tendo em vista que a necessidade de acumulação e expansão imanente é incontrolável, contribuindo ainda mais para gerar os antagonismos que ativam seus limites absolutos. Paralelo a essa constatação, seus esforços são sempre potencializados pelo sistema circular de mediações de segunda ordem, que estão articulados através de uma poderosa interconexão construída ao longo da história, a qual caracteriza esse círculo vicioso que Mézárós dá ênfase. Além disso, alerta para o poder monumental desse círculo de mediações alienadas que vem sustentando e

intensificando os antagonismos na atualidade, paralisando as lutas isoladas que são travadas no interior da práxis. Afirma ainda que as mediações de segunda ordem têm em sua dinâmica o poder de “contrabalançar a força alienadora e paralisante de qualquer uma isoladamente enquanto se mantiver intacto o poder de autorregeneração e auto imposição do sistema global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 181).

Desta forma, as lutas parciais como a questão da emancipação das mulheres tornam-se limitadas perante a força esmagadora do sistema. Por outro lado, lembramos de forma também enfática que esse poder que emana das estruturas do capital em seu socorro não significa que o conjunto de mediações de segunda ordem e os mecanismos que compõem o todo orgânico do capital seja algo insuperável.

Por fim, todos os esforços de Marx e de Mészáros foram incansáveis na luta para demonstrar que o capital não é o fim da história; por mais que possua uma lógica circular, não quer dizer que seja eterno, e sim, como bem pontuou Marx, ele como qualquer outro sistema sociometabólico deve ser considerado transitório. As lutas que visam à superação desse sistema de mediações hierárquicas e discriminatório devem direcionar-se não somente para a “força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital [...]”, devem também direcionar seus esforços para a “força devastadoramente negativa de suas ligações circulares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 181)

A partir de tudo que foi exposto, podemos afirmar que o capital em tempos de crise necessita de mediações ainda mais desumanas, para assim impor a humanidade, a todo custo, suas contradições a medida que intensifica a exploração e agudiza seus limites últimos. Através da análise das mediações de segunda ordem conseguimos visualizar os gigantescos limites impostos pelo capital ao trabalho, bem como a possibilidade de sua superação, tendo em vista que suas determinações são eminentemente históricas e, neste sentido, superáveis. Deste modo, a grande questão que se impõe na ordem do dia, é a necessidade histórica de superação do tripé – trabalho alienado, capital e Estado de forma global. Seria,

inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital [...]. Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um

controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 16).

Contudo, a superação de todos os antagonismos inerentes à sociedade do capital só será possível com os esforços revolucionários da classe operária. Deste modo, esse ato revolucionário deve estar intrinsecamente relacionado com a negação ontológica da sociabilidade do capital e suas mediações de segunda ordem.

## REFERÊNCIAS

- BARAN A. Paul; SWEEZY, M. Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, (Biblioteca básica de serviço social; v.2), 2012.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, Georg. **Para a Ontologia do Ser Social**, Volume 14, Tomo II. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- LESSA, Sérgio. Para Compreender a Ontologia de Luckàs – 3ª ED. EDITORA : UNIJUI (2007).
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **O capital**. V. I, Tomo II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Rubens Enderle. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **A Mercadoria. Capítulo I**. In: MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. Netto, José Paulo. Cadernos de Paris Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844**. Categorias Clássicos Etiquetas: Coleção Clássicos do Marxismo, Expressão Popular 2015.
- MARX, K.; ENGELS; F.. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A Montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo, Editorial, maio de 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Prefácio. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Tonet, Ivo. **Método Científico: Uma Abordagem Ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.